

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Polyanna Venturela da Silva

O PRONATEC-FIC no Rio Grande do Sul: quem é o seu participante?

Porto Alegre

2016

Polyanna Venturela da Silva

O PRONATEC-FIC no Rio Grande do Sul: quem é o seu participante?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador:

Prof. Dr. Jorge Alberto Rosa Ribeiro

Linha de Pesquisa: Trabalho, Movimentos Sociais e Educação.

Porto Alegre

2016

CIP - Catalogação na Publicação

Silva, Polyanna Venturela da
O PRONATEC-FIC no Rio Grande do Sul: quem é o seu
participante? / Polyanna Venturela da Silva. -- 2016.
107 f.

Orientador: Jorge Alberto Rosa Ribeiro.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de
Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. PRONATEC. 2. Qualificação Profissional. 3. FIC.
4. perfil. I. Ribeiro, Jorge Alberto Rosa, orient.
II. Título.

Polyanna Venturela da Silva

O PRONATEC-FIC no Rio Grande do Sul: quem é o seu participante?

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jorge Alberto Rosa Ribeiro (orientador)

Prof. Dr. Gabriel Grabowski (FEEVALE)

Profa. Dra. Elisabete Zardo Búrigo (UFRGS)

Profa. Dra. Naira Lisboa Franzoi (UFRGS)

Ao Ricardo, filho amado,

era isso que a mamãe fazia quando ficava longe de ti.

Dedico-te este trabalho que é a materialidade do meu esforço, do meu cansaço e ao mesmo tempo, da minha alegria.

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação da UFRGS, seus professores, funcionários e colegas, por todas as trocas, auxílio, crescimento e amizade neste período de realização do Mestrado.

Ao CNPq pela bolsa que me foi concedida, possibilitando a realização do Mestrado com dedicação e empenho.

Ao Professor Jorge Ribeiro, por ter acreditado no meu potencial e no meu trabalho, me oportunizando crescimento e trocas que me modificaram como profissional e como pessoa.

A turma de 2015/2 da disciplina de História da Educação no Brasil, que me acolheu em meu estágio docente, possibilitando que eu vivesse a experiência da sala de aula.

Aos servidores e estagiários da Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social do Rio Grande do Sul, em especial ao Departamento do Trabalho, sem eles esse trabalho não teria acontecido.

Ao grupo de estudos MHD, pelos encontros, pelas leituras e pelas trocas que auxiliaram na realização deste trabalho.

Ao meu amigo Leonardo Geliski, por entender minhas limitações e por ter se empenhado em me ajudar a saná-las.

Aos demais amigos que souberam compreender as minhas recusas e as minhas ausências.

Aos meus familiares, em especial meus pais, Mauro e Edison, minhas irmãs e irmão, e minha avó Ana pelo incentivo, pelo apoio, pela compreensão, pelas palavras de carinho, pela torcida incessante e pelo amor incondicional.

A minha Dinda Raquel, minha Vó Xú, meu Vô Luiz Carlos e a Dona Maria, por terem ajudado a cuidar do meu filho com tanto amor e zelo enquanto essas páginas eram escritas.

A minha Dinda Dada por sempre me apoiar e me ajudar de todas as formas possíveis, seja alugando um apartamento, seja levando fones de ouvido para o hospital, seja fazendo uma comidinha boa na minha casa, obrigada por sempre acreditar em mim.

Ao meu psicólogo, Cléber Ratto pela escuta e pelo cuidado. Muitas vezes foi apenas contigo que consegui dividir as minhas angústias e compartilhar as minhas lágrimas.

Ao meu guia espiritual em quem nunca deixei de acreditar, obrigada por estar sempre ao meu lado, me inspirando e iluminando meus pensamentos.

Ao meu marido Néelson por todo apoio, compreensão, incentivo, amor e parceria não apenas neste momento, mas em todos os outros dias das nossas vidas.

Por último, mas não menos importante, agradeço a minha mãe, Patrícia. Foste tu quem me fizeste acreditar que o Mestrado na Educação era possível, parece que já prevendo tudo que viria pela frente. Obrigada por sempre acreditar que a Academia era o meu lugar e por me fazer acreditar nisso também. Obrigada pelos cuidados, pelos ensinamentos e pelos valores que passastes para mim e que hoje transmite ao meu filho ainda com mais amor.

“O homem, como ser histórico, inserido num permanente movimento de procura, faz e refaz o seu saber”.

(Paulo Freire)

RESUMO

Esta pesquisa de mestrado, inserida na linha de pesquisa Trabalho, Movimentos Sociais e Educação, tem como objetivo apresentar o perfil dos participantes do PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego), na modalidade FIC (Formação Inicial Continuada) no Estado do Rio Grande do Sul. A pesquisa se utilizou de dados de todos os alunos pré-matriculados no Programa, no período de 2011 a 2014. A partir da análise de produções científicas sobre o Programa, foi detectada a falta de informações sobre seus participantes, havia um desconhecimento de quem eram as pessoas que estavam tendo acesso real a esta política pública. De forma a sanar esta lacuna, este trabalho se propõe a apresentar o público de participantes do programa no Rio Grande do Sul, não apenas descrevendo suas características, mas buscando compreender o perfil social destas pessoas que buscam uma política que tem como objetivo garantir o acesso à qualificação profissional como forma de inclusão social a pessoas em situação de extrema pobreza. Além de apresentar os participantes que fazem parte da política, este trabalho busca compreender o que possibilitou a existência do PRONATEC, e de suas características, como política pública de qualificação profissional neste período histórico e econômico de acumulação flexível do capitalismo brasileiro e para isso se utiliza do método materialista histórico dialético, além de abordagens quantitativas e qualitativas para a investigação, análise e compreensão destes fenômenos. Os resultados obtidos nos mostram uma grande participação da população jovem, com Ensino Médio Completo e Incompleto, em sua maioria mulheres de cor branca, realizando cursos na área de Gestão e Negócios.

Palavras-chave: Qualificação profissional. PRONATEC. Formação Inicial Continuada. Trabalhador. Perfil.

ABSTRACT

This master's research, part of the research line Work, Social and Education Movements, aims to present the profile of participants PRONATEC (National Program for Access to Technical and Employment Education), the FIC mode (Continued Initial Training) in the State of Rio Grande do Sul. The research used data of all pre-registered students in the program, from 2011 to 2014. From the analysis of scientific works on the program, it was detected that there was a lack of information about its participants, there was ignorance of who the people were who were having real access to this public policy. In order to remedy this shortcoming, this paper aims to present the public participating in the program workers in Rio Grande do Sul, not only describing its features, but trying to understand the social profile of the people who seek a policy that aims to ensure the access to professional qualification as a form of social inclusion for people in extreme poverty. In addition to presenting the workers who are part of the policy, this work seeks to understand what made possible the existence of PRONATEC, and its characteristics as a public policy professional qualifications in historical and economic period of flexible accumulation of Brazilian capitalism and it is used the historical dialectical materialist method, and quantitative and qualitative approaches to research, analysis and understanding of these phenomena. The results show us a large share of young population with High School degree (completed and incompleting), mostly women white, conducting courses in Business and Management.

Keywords: Professional qualification. PRONATEC. Continued Initial Training. Worker. Profile.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACESSUAS	Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
APLs	Arranjo Produtivo Local
BPC	Benefício de Prestação Continuada
BID	Banco Interamericano do Desenvolvimento
BSM	Brasil Sem Miséria
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
CODEFAT	Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
DETRAB	Departamento do Trabalho
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EP	Educação Profissional
EPT	Educação Profissional Tecnológica
EPTNM	Educação Profissional Técnica de Nível Médio
E-TEC	Educação Profissional e Tecnológica na modalidade à distância
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FEE	Fundação de Economia e Estatística
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIC	Formação Inicial Continuada
FIES	Fundo de Financiamento do Estudante de Ensino Superior
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFs	Institutos Federais
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MEC	Ministério da Educação
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PBF	Programa Bolsa Família
PBSM	Plano Brasil Sem Miséria
PCD	Pessoa com Deficiência
PEA	População Economicamente Ativa
PIPMO	Programa Intensivo de Preparação de Mão de obra
PLANFOR	Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNQ	Plano Nacional de Qualificação
PPA	Plano Plurianual de Ações
PPGEDU	Programa de Pós-Graduação em Educação
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos.
PROMINP	Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROUNI	Programa Universidade para Todos
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SINE	Sistema Nacional de Emprego
SISTEC	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SISTEMA S	Sistemas Nacionais de Aprendizagem
SPSS	Statistical Package for the Social Sciences
STDS	Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Levantamento do tipo de produção com a temática do PRONATEC	51
Quadro 2 – Levantamento do tipo de temática abordada sobre o PRONATEC	51
Quadro 3 – Pré-matrículas do PRONATEC-FIC no Rio Grande do Sul por ano	66
Quadro 4 – Situação detalhada das pré-matrículas do PRONATEC-FIC no RS por ano.....	74
Quadro 5 – Situação detalhada das pré-matrículas do PRONATEC-FIC no quadriênio	74
Quadro 6 – Pré-matrículas do PRONATEC-FIC dos municípios gaúchos com mais de 100mil habitantes	76
Quadro 7 – Percentuais de ocupações das pré-matrículas por eixo tecnológico	79
Quadro 8 – Percentual dos cursos mais ofertados do PRONATEC-FIC no RS.....	80

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Crescimento de vagas ofertadas pelo PRONATEC (TEC e FIC) no Brasil	72
Gráfico 2 – Crescimento de pré-matrículas e matrículas do PRONATEC-FIC no RS	73
Gráfico 3 – Percentual de pré-matrículas por rede ofertante.....	77
Gráfico 4 – Percentual de autodeclaração de cor da pele dos participantes	86
Gráfico 5 – Percentual de faixas de idade dos participantes do PRONATEC-FIC.....	90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Situação percentual das pré-matrículas do PRONATEC-FIC por sexo	83
Tabela 2 – Percentual de escolaridade entre homens e mulheres	84
Tabela 3 – Percentual de cor da pele por sexo dos participantes do PRONATEC-FIC	87
Tabela 4 – Percentual de escolaridade por cor da pele	88
Tabela 5 – Sexo e eixos de cursos do PRONATEC - FIC	93

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 O PRONATEC COMO POLÍTICA PÚBLICA	22
2.1 OS CAMINHOS ATÉ O PRONATEC	22
2.2 A INCLUSÃO SOCIAL E A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	29
2.3 ASPECTOS QUE PERMITIRAM A IMPLANTAÇÃO DO PRONATEC	32
3 O RESGATE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA - PRONATEC	35
3.1 LEVANTAMENTO DAS PRODUÇÕES	35
3.2 O QUE SE TEM DITO/ESCRITO	36
3.3 O QUE NÃO SE TEM ESCRITO/DITO	52
4 A TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DA PESQUISA	55
4.1 AS ORIGENS DA PESQUISA	55
4.2 A ESCOLHA DO MÉTODO	56
4.3 AS FONTES DE INFORMAÇÕES	62
4.4 O REFERENCIAL METODOLÓGICO	64
4.5 POPULAÇÃO E AMOSTRA	65
4.6 PROCEDIMENTOS	66
5 CONHECENDO E ANALISANDO O PERFIL DO TRABALHADOR DO PRONATEC - FIC	71
5.1 A SITUAÇÃO DO PRONATEC – FIC NO RIO GRANDE DO SUL	71
5.2 OS PARTICIPANTES DO PRONATEC	82
4.3 OS PARTICIPANTES DO PRONATEC-FIC NO RIO GRANDE DO SUL E OS LIMITES DA PESQUISA	91
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
BIBLIOGRAFIA	99
APÊNDICE	104

1 INTRODUÇÃO

A dissertação intitulada *O PRONATEC-FIC no Rio Grande do Sul: quem são os seus participantes?*, trata-se de uma pesquisa inserida na linha de pesquisa Trabalho, Movimentos Sociais e Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, abordando um tema importante para esta linha de pesquisa, a qualificação profissional, mas mais do que isso, busca contribuir com algo que ainda não fora feito no nosso estado, a esquematização e análise do perfil participante desta política pública em especial.

No ano de 2012, quando ainda era estudante de graduação em Políticas Públicas nesta mesma Universidade, atuei como estagiária na Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social do Estado, mais especificamente no Departamento do Trabalho, onde tive a oportunidade de me aproximar do programa e da temática da qualificação profissional. Esta atuação gerou um trabalho de conclusão de curso que abordou a temática da implementação do PRONATEC em parceria com o sistema prisional do estado. Em 2014, com a possibilidade de ingresso no Mestrado em Educação, foi aberta uma nova possibilidade de investigação abordando a mesma política pública, mas desta vez, com uma visão mais madura, mais crítica e com maior distanciamento analítico em relação ao tema.

A partir deste breve histórico que marca minha trajetória e minha aproximação com o PRONATEC, é que foi se consolidando este trabalho que mais do que descrever seus participantes, busca compreender que fatores favoreceram o surgimento deste programa no ano de 2011 em um contexto de acumulação flexível do sistema capitalista brasileiro, em um momento onde as taxas de desemprego são apresentadas como as baixas da história do país (RIBEIRO, 2014).

Pautado sob a justificativa de necessidade de mão de obra qualificada, o PRONATEC surge com o objetivo de “expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos técnicos e profissionais de nível médio, de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores; ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores por meio do incremento da formação e qualificação profissional; estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda” (BRASIL, 2011).

A modalidade FIC do PRONATEC, que é analisada nesta dissertação, está inserida em uma iniciativa do Governo Federal, o Plano Brasil Sem Miséria, um plano desenvolvido no Governo Federal que propõe ações no intuito de melhorar a vida de brasileiros em situação de extrema pobreza. Desta forma, dá-se prioridade na participação do programa a pessoas inscritas ou em processo de inclusão no Cadastro Único de Políticas Sociais, beneficiários de programas federais de transferência de renda (como o Programa Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada), pessoas cadastradas em situação de extrema pobreza, além da condicionalidade para beneficiários pela segunda vez, no período de dez anos, dos assegurados pelo Seguro-Desemprego.

Considerando desta forma o debate sobre a qualificação profissional, as políticas de emprego e o mercado de trabalho, assim como a repercussão deste debate sobre a economia e a política brasileira, é que este trabalho se propõe a analisar o PRONATEC na modalidade FIC, durante o período de 2011 a 2014, no estado do Rio Grande do Sul. Muitos são os trabalhos que abordam a temática do PRONATEC, principalmente quando se trata da questão do financiamento público do programa e a sua implementação pela rede privada, assim como a sua desvinculação com políticas que incentivem a elevação da escolaridade, desta forma, este trabalho apresenta um eixo de estudo que até o momento havia sido pouco explorado. A política tem um público-alvo, as pessoas em situação de extrema pobreza, mas não conhecíamos até o momento as características destas pessoas, não sabíamos quem eram os trabalhadores que estavam acessando esta política, por isso cabe ressaltar a importância deste trabalho que analisa as características do programa e busca responder a questão chave: quem é o participante do PRONATEC-FIC no Rio Grande do Sul?

Para responder esta pergunta foi desenvolvida uma pesquisa de natureza quantitativa e qualitativa. Os dados utilizados foram disponibilizados pela STDS/DETRAB, com informações referentes ao formulário de preenchimento de pré-matrículas do PRONATEC e com o acompanhamento do direcionamento que foi dado a estas pré-matrículas, uma vez que algumas se tornam matrículas e outras por diversas questões que serão apontadas neste trabalho, acabam não virando matrículas. Estes dados possibilitam investigar o alcance da política em nosso estado em termos geográficos e inclusivos, uma vez que tem como objetivo interiorizar o acesso à qualificação profissional e garantir o acesso daqueles que estão em situação de exclusão social e

econômica. Infelizmente, devido a uma limitação do próprio banco de dados, não foi possível identificar a situação de trabalho destas pessoas antes de realizar os cursos e a situação de trabalho após a qualificação.

Este trabalho está dividido em quatro capítulos que se apresentam da seguinte forma:

O primeiro capítulo o PRONATEC é apresentado como a atual política pública de qualificação profissional e são discutidas as políticas anteriores que abriram caminho para a existência do programa no contexto do ano de 2011 até o ano de 2014, além de explorar o significado da existência desta política.

O segundo capítulo intitulado “O Resgate da Produção Acadêmica – PRONATEC” está dividido em três seções e apresenta aquilo que já foi dito sobre o programa, analisando as produções mais relevantes sobre a temática, incluindo teses, dissertações, artigos e publicações oficiais do governo, além de analisar aquilo que não foi dito, referenciando a originalidade do tema proposto por este trabalho.

No terceiro capítulo destaca-se a discussão teórica do tema, onde é apresentada a trajetória metodológica que possibilitou a realização desta pesquisa. O método de análise utilizado nesta pesquisa é o Materialismo Histórico, que toma a dialética como lógica e teoria do conhecimento. Em outra seção deste mesmo capítulo é apresentado o referencial metodológico de abordagem qualitativo e quantitativo e por fim a descrição dos procedimentos adotados para execução da pesquisa.

Finalmente, no capítulo quatro são apresentados os resultados que foram encontrados com a análise dos dados, destacando primeiramente as características do programa no Rio Grande do Sul, além de apresentar o perfil dos trabalhadores inscritos no programa, finalizando com uma análise da relação do programa com a chamada “inclusão produtiva” do público-alvo da política.

É importante salientar que a pesquisa compreende o período de 2011 a 2014, período correspondente ao primeiro mandato da então presidente Dilma Rouseff. Desta forma, a denominação dos Ministérios e Secretarias corresponde ao período citado, considerando que 2014 foi um ano eleitoral e tivemos mudança de governo estadual, modificando as secretarias e

suas denominações, e no ano de 2016, a posse do vice-presidente Michel Temer, modificando as competências e denominações dos Ministérios.

Esta pesquisa permitiu observar a realidade do programa no nosso estado e a realidade dos trabalhadores participantes, apresentando não apenas um perfil descritivo destes, mas um perfil social, possibilitando a reflexão quanto ao tipo de qualificação está sendo ofertada a população mais pobre e a relação que se estabelece entre esta qualificação e o desenvolvimento e manutenção do capitalismo. De forma geral, este trabalho busca contribuir para a compreensão desta política pública, mas principalmente, tem como propósito contribuir para o aprofundamento da análise sobre como esta política atua e influencia a vida destes participantes. Conhecer quem participa da política é conhecer a política e desta forma podemos refletir sobre o tipo de sociedade que estamos vivendo e que tipo de sociedade desejamos.

Não podemos deixar de lado a questão da incerteza quanto à continuidade do programa e o quanto isso pode significar para este trabalho. Já no ano de 2015, ainda no governo Dilma, o programa já sofreu com cortes no orçamento que resultaram na diminuição de vagas. Neste ano de 2016 nenhuma vaga foi aberta, o investimento do ano foi utilizado apenas para a manutenção dos alunos que se matricularem em edições anteriores e cujos cursos ainda não acabaram. O plano social do atual governo de Michel Temer propõe a desvinculação de recursos, ou seja, acaba com a obrigatoriedade dos governantes de investirem certo percentual do valor arrecadado na saúde e na educação, o que pode levar ao enfraquecimento e a perda de conquistas sociais.

Apesar desta nova situação e das mudanças que ocorreram nos últimos meses, é dito pelo atual governo que o PRONATEC não acabará, mas que há uma proposta de redesenhá-lo.

O capítulo 1 deste trabalho permite que conheçamos as políticas anteriores ao PRONATEC e como nos aponta FRANZOI *et al* (2013), em muitos casos as políticas de governos anteriores são reformuladas, recicladas e acabam muitas vezes reunindo ações que já vinham acontecendo em outros programas, sendo o PRONATEC um destes exemplos. Desta forma, esta é uma situação que a pesquisa não consegue prever e nem dimensionar. Talvez estejamos diante de um trabalho de um programa já sentenciado ao fim, encerrando-se desta forma o ciclo de uma política.

2 O PRONATEC COMO POLÍTICA PÚBLICA

As razões que fazem com que as políticas educacionais sejam elaboradas ou modificadas por governos, estão permeadas por motivações econômicas, sociais, políticas e culturais. Não seria diferente com o PRONATEC.

Thomas Dye (1972) define uma política pública como sendo “tudo o que um governo decide fazer ou deixar de fazer”. Esta é uma explicação bastante sucinta, mas que nos leva a pensar que a política pública é em sua forma mais simples uma escolha feita no sentido de empreender um determinado curso de ação (HOWLETT *et al*, 2013).

Esta pesquisa se propõe a elaborar e analisar o perfil dos participantes do PRONATEC-FIC no Estado. Todavia, não podemos analisar este perfil e desconsiderar as motivações, o contexto que permite que este programa exista neste determinado momento, sob condições que são específicas e únicas.

Desta forma, este capítulo se propõe a tentar explicar as razões que propiciaram o surgimento do programa neste momento histórico, político e econômico, assim como busca compreender aquilo que surgiu antes do PRONATEC como política de qualificação profissional e que abriu os caminhos para a sua existência.

2.1 OS CAMINHOS ATÉ O PRONATEC

Este item tem o objetivo de mostrar como a temática da qualificação profissional e das políticas de geração de trabalho, emprego e renda se desenvolveu no país, de forma a tornar compreensível o contexto histórico que permitiu a existência do PRONATEC.

Na Constituição de 1937, a implementação do ensino profissionalizante aparece como uma obrigação de promoção do Estado, uma vez que este nível de ensino ficou destinado às classes mais pobres. A educação desta forma passou a legitimar uma divisão social em classes. A partir de 1942, foram postos em execução decretos-lei com o objetivo de organizar o ensino profissional, dentre eles o decreto de criação do SENAI. Sua criação acontece em resposta a uma solicitação do empresariado que reivindicava uma formação de mão de obra especializada para o

setor industrial, em um contexto de expansão do setor e de bloqueio à exportação de mão de obra pelos países europeus, provocado pela Segunda Guerra Mundial (ALAM, 2013, p. 38).

No ano de 1963, com a intenção de durar apenas vinte meses, devido ao seu caráter transitório e emergencial, o PIPMO acabou durando aproximadamente vinte anos. Concebido durante o período de Ditadura Militar brasileira, em um contexto de crise econômica e de escassez de empregos. O programa oferecia cursos profissionalizantes de curta duração, de natureza prática e operacional, para trabalhadores com baixa escolaridade, encaminhando-os para o emprego (BARRADAS, 1986).

O PIPMO foi uma resposta paulatina e palpável ao estrangulamento imputado ao desenvolvimento brasileiro em razão de sua estrutura ocupacional inapta e inapropriada à industrialização. A educação profissional ganhou a função basilar de desenvolver os conhecimentos e habilidades requisitadas dos trabalhadores para o projeto desenvolvimentista brasileiro. O propósito do PIPMO não foi a formação dos trabalhadores e, tampouco, a qualificação profissional. Tratou-se de oferecer às massas operárias um treinamento que, em razão de seu forte caráter de adestramento¹, fosse capaz de prepará-los para ingressar nos exércitos de reserva (BARRADAS, 1986).

Após o fim do PIPMO, apenas em 1995 o Brasil foi ter novamente um programa de qualificação profissional, o PLANFOR. O objetivo do programa que durou até 2002, financiado com recursos do FAT, era o de qualificar e requalificar a força de trabalho, em especial aqueles que enfrentavam maiores dificuldades para se profissionalizar: os desempregados, os trabalhadores do mercado informal e as pessoas com baixa escolaridade. Além disso, o plano almejava atender populações em situação de vulnerabilidade social e econômica e aquelas tradicionalmente excluídas do mercado de trabalho – negros e negras, mulheres, pessoas com necessidades especiais – e demais sujeitos ou grupos em situações de miséria social (MONTALVÃO, 2015).

De acordo com Peixoto (2008), o programa seguiu uma tendência internacional que visava a educação profissional como uma estratégia de enfrentamento ao desemprego. A

¹ Por adestramento Barradas (1986) explicita como sendo a separação do planejamento da execução, a divisão simplificada das tarefas, a desqualificação da força de trabalho. O trabalhador não tem autonomia, está impedido de tomar decisões e de intervir nos processos de trabalho, resta-lhe apenas a execução de suas atividades laborais.

concepção do programa está vinculada às políticas neoliberais da década de 1990. Foi considerado um elemento estratégico para o Brasil a formação profissional como forma de ajustar às exigências da “economia competitiva”. O PLANFOR baseou-se em recomendações internacionais como o Banco Mundial, o FMI e a UNESCO, que difundiam a educação como tendo um papel decisivo no crescimento econômico e na redução da pobreza, possibilitando aos países de capitalismo periférico a inserção no processo de globalização e de reestruturação produtiva.

Essas orientações nortearam uma série de políticas implantadas no Brasil que, na realidade, buscam estabelecer relações favoráveis às mudanças necessárias ao padrão de acumulação dos países periféricos, tornando os trabalhadores “adaptáveis” e “receptivos”. A concepção de educação profissional que fundamentou o Plano configurou-se na capacidade de aprendizagem contínua do trabalhador em incorporar os princípios da polivalência e da multifuncionalidade, em conformidade com as exigências do processo produtivo e tecnológico. Os objetivos do Plano se estruturavam segundo a oferta de educação profissional em uma perspectiva continuada, de modo a contribuir para a redução do desemprego e do subemprego da PEA, combater a pobreza e a desigualdade social, além de aumentar a produtividade, a qualidade e a competitividade do setor produtivo (PEIXOTO, 2008, p. 62).

Inicialmente as ações do PLANFOR foram pensadas seguindo o conceito da empregabilidade². Desta forma as ações se focalizaram nas demandas do mercado de trabalho e no perfil do público-alvo, sendo voltadas para dois segmentos: (a) foco nas pessoas desempregadas ou com risco de desemprego, autônomos, populações que atuassem no mercado informal e (b) pessoas mais vulneráveis, tanto econômica e socialmente, quanto por situação no mercado de trabalho.

No ano PPA do período de 2004 a 2007 do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o MTE alavancou o desafio de constituir uma política de promoção do desenvolvimento, articulado a estratégias das políticas de emprego, trabalho e renda com uma política de desenvolvimento econômico, apontando direções à promoção do crescimento sustentável com trabalho,

² De forma implícita estava presente à ideia de que a formação profissional proporcionaria a obtenção de emprego e que a situação de desemprego derivaria de uma falta de adequação – escolar ou de qualificação – do indivíduo ao novo contexto produtivo.

democratização do acesso ao crédito e a inclusão social. Neste cenário, foi lançado o PNQ. Esse programa se configurou em uma ação política do governo federal em conceber a qualificação profissional como direito, como política pública, como espaço de negociação coletiva e como elemento constitutivo do desenvolvimento sustentável.

O PNQ estruturou-se segundo o desafio de propiciar o empoderamento dos espaços públicos de gestão participativa e de controle social, a partir do fortalecimento do CODEFAT e das comissões estaduais e municipais de trabalho e emprego. Nessa perspectiva, o PNQ tem buscado superar a condição de política compensatória e assim ajustar-se às diretrizes das políticas nacional, regional, estadual e local, como uma forma de construção social do Plano, por meio da democratização das relações de trabalho, na construção de um modelo de desenvolvimento baseado no caráter social e participativo (PEIXOTO, 2008, p. 76).

São apresentados três grandes objetivos: (a) inclusão social e redução das desigualdades sociais; (b) crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais e (c) promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia. Desta forma, o desenvolvimento econômico e social, a geração de trabalho e renda e a distribuição de renda são colocados como objetos do planejamento público, o objetivo é reorientar o modelo de desenvolvimento do país, centrando-o na estratégia de crescimento pela expansão do mercado de consumo de massa e na incorporação progressiva das famílias trabalhadoras ao mercado consumidor das empresas modernas, apontando uma nova política de desenvolvimento regional, privilegiando o desenvolvimento solidário entre as diferentes regiões do país (MTE, 2003).

Em seu caráter pedagógico, o plano propôs um aumento de carga horária média dos cursos e a criação de um sistema integrado de planejamento, monitoramento, avaliação e acompanhamento do egresso dos cursos do PNQ. A ideia de qualificação do programa está associada ao processo de construção, transmissão e acesso dos conhecimentos, que ocorrem pelas vias formais ou informais. A qualificação é posta como uma forma de inserção e atuação cidadã no mundo do trabalho, refletindo na vida e no trabalho dos indivíduos³.

³ Peixoto (2008) destaca que a noção de qualificação defendida está em consonância com a discussão difundida pela OIT, em que a Qualificação Social e Profissional refere-se ao direito, elemento indispensável para a garantia do trabalho decente. A OIT aponta que o trabalho decente se caracteriza pelo direito dos homens, independente de cor, etnia, sexo, idade, entre outros aspectos, a possuírem condições dignas para trabalhar de modo a garantir a sua sobrevivência.

De forma geral o PLANFOR mostrou-se um programa de baixa qualidade e baixa efetividade social, apresentando poucos mecanismos de controle social e de participação no planejamento das ações, além de oferecer curso com habilidades muito específicas e de curta duração. Por outro lado, o PNQ acabou reproduzindo muitas das práticas do PLANFOR, embora tenha apresentado um avanço conceitual no que diz respeito às categorias relativas às relações entre trabalho e educação, a partir da ótica dos trabalhadores (KUENZER *apud* MINETTI, 2015).

Chegamos a um novo ponto, a formulação de uma “nova” política de qualificação profissional no Brasil. Percorreu-se um longo caminho para chegar até ela e parece que esta ainda carrega muitas características das políticas anteriores, mas possui algo que é único: o momento.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego está integrado à estratégia do Plano Brasil Sem Miséria, que tem como meta erradicar a pobreza do país através de qualificação sócio-profissional por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira. O PRONATEC resulta de uma parceria entre os ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e da Educação. Os objetivos do programa são: expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e à distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica; contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional; ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional; estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica; e estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda (BRASIL, 2011). O programa visa ampliar a oferta de vagas na educação profissional e melhorar as condições de inserção no mercado de trabalho de principalmente: estudantes do ensino médio da rede pública, incluindo a educação de jovens e adultos, trabalhadores e de beneficiários dos programas federais de transferência de renda, através de cursos técnicos ou de cursos de formação inicial continuada.

O PRONATEC possui diversas características dos programas anteriores, como o tempo de duração de seus cursos e apesar de ser um programa com maior quantidade de recursos destinados à sua implementação – R\$14 bilhões até dezembro de 2014-, e com a maior previsão de taxa de beneficiários – 8 bilhões de matrículas-, sendo o maior percentual de matrículas para a modalidade FIC⁴, como afirma Ribeiro (2014, p.20): “O modelo formativo proposto pelo programa reúne ações que não são muito novas. Não será à toa que trate “parte” do público como vulneráveis socialmente, a exemplo do antigo programa de qualificação – PLANFOR- dos anos 90”. Segundo Saldanha (2016), o contexto de constituição do PRONATEC inicia-se ainda nas falas de posse da presidenta Dilma Rouseff após a campanha eleitoral presidencial de 2010. A proposta inicial foi a de: “aumentar o investimento público no Ensino Médio e estender a experiência do PROUNI para o Ensino Médio profissionalizante”. Mais do que uma adaptação do PROUNI (transferência de recursos públicos para instituições privadas através de bolsas), a Lei 12.513/2011 que instituiu o PRONATEC alterou configurações do FAT, do seguro desemprego, do FIES e dos programas de transferência de renda.

Nos “Textos para Discussão” do IPEA na edição do PRONATEC, Cassiolato (2014) ao justificar a existência do Programa afirma que em algum momento de suas histórias, todos os países considerados desenvolvidos, concederam prioridade à formação de uma força de trabalho competente para enfrentar os desafios impostos pela concorrência e pelo progresso técnico. De alguma forma, estes países ditos desenvolvidos prepararam sua mão de obra nacional para lidar com os processos de industrialização, e posteriormente, o provimento de serviços de suporte para as atividades burocráticas governamentais e as requeridas pelas grandes empresas privadas. A autora dá continuidade chamando a atenção para o caso brasileiro:

O Brasil não conheceu um projeto semelhante caminhando junto com a sua industrialização substitutiva de importações. Mesmo que a primeira escola técnica federal date de 1909, o crescimento da rede de ensino técnico-profissional não acompanhou a expansão econômica e a diversificação da estrutura produtiva. A escolaridade de nossa força de trabalho ainda é, comparativamente, muito baixa, em que pese o significativo conjunto de ações desencadeadas nos últimos quase vinte anos. As cinco décadas anteriores, nas quais a educação geral e profissional foi negligenciada, não deixam de cobrar o seu preço no presente (...). A indústria sediada no país adotava, até muito recentemente, um importado padrão tecnológico-organizacional fordista,

⁴ Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=19278:ministro-lembra-investimento-no-pronatec-para-recuperar-atraso&catid=209&Itemid=86 (Acesso em 19 out. 2016).

pouco exigente em escolaridade, e preparava a sua força de trabalho no próprio ambiente produtivo (CASSIOLATO, 2014, p. 8 e 9).

Segundo Gallindo *et al*, em publicação do MDS (2015), o Brasil tem apresentado desde os anos 2000, uma redução nas taxas de desemprego, assim como um aumento da renda e a formalização das relações de trabalho; contudo, ainda vivenciamos dificuldades no que tange a inserção e reinserção profissional de jovens e trabalhadores. Segundo a autora, fatores de ordem econômica, social e cultural participam deste processo, ao passo que a escolaridade e a qualificação profissional são fatores condicionantes para o acesso ao mundo do trabalho. Neste sentido, o Brasil tem implementado ações, especificamente na educação profissional e tecnológica, no quadriênio 2011-2014, ampliando a democratização e o acesso a cursos técnicos e FIC com a criação do PRONATEC.

De forma mais crítica, Saldanha (2012) apresenta o caráter intersetorial da política que envolveu diversos Ministérios, como o da Educação, da Cultura, do Trabalho e Emprego, da Fazenda, do Planejamento e do Desenvolvimento Social. De acordo com a autora, houve uma urgência em aprovar a lei que institui o PRONATEC. Seus cursos foram concebidos como instrumentos de “inclusão social” para o atendimento das demandas econômico-sociais, com o objetivo de desenvolver a empregabilidade dos trabalhadores e dos estudantes. Desta forma, o programa acaba por legitimar o que foi disseminado pelas empresas, pelo senso comum da sociedade e pelo próprio governo, de que o país sofria de escassez de mão de obra qualificada, sendo esta uma das principais causas do desemprego, desconsiderando outros aspectos como a baixa escolaridade dos trabalhadores. Esta urgência em preparar os trabalhadores para o mercado de trabalho apresenta seus pressupostos em outros programas como o PLANFOR, como a linearidade entre a formação e a colocação no mercado de trabalho.

Esta reivindicação da agenda empresarial de uma melhor preparação para o mundo do trabalho e uma vez que o programa está associado a uma pauta do empresariado, é inegável que o programa seja estruturado de forma subordinada a essas relações. Como diz Silva (2014): “o programa traz em si e para si a naturalização da dualidade estrutural que é obscurecida com a instrumentalização da educação – tratada como solução para os males da reestruturação produtiva subjacente a noção de empregabilidade”.

2.2 A INCLUSÃO SOCIAL E A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

A entrada do Brasil nos anos 2000 foi marcada por estratégias governamentais voltadas a inclusão social para as camadas mais pobres da população. Como ilustra Silva (2014, p. 15): “são apresentadas como diretrizes a massificação da qualificação profissional e a inserção do subproletariado no mercado de trabalho”.

A inclusão social em uma sociedade capitalista como a nossa muitas vezes gera uma inclusão parcial, atendendo as demandas históricas e imediatas, sobretudo da população mais pobre. Kuenzer (2007) diz ser possível fazer uma identificação das formas que a dualidade assume no regime de acumulação flexível⁵. A dualidade citada pela autora encontra-se nas diferenças entre as classes que se tornam mais profundas, aumentando desta forma a dualidade estrutural, ao passo que o Estado acaba assumindo funções relativas ao financiamento da educação.

As políticas e programas de educação profissional para a classe trabalhadora visam a inclusão o social e são sempre concepções subordinadas às demandas do processo de acumulação. Por esta razão, as ações da política de educação profissional voltadas à inclusão social são uma forma de inclusão excludente. De acordo com a autora, no regime de acumulação flexível os desempregados e populações em situação de risco social, ou a parcela de trabalhadores que não está ocupando postos de trabalho, experimentam dois processos que mantém uma relação dialética entre si. Como afirma:

[...] do ponto de vista do mercado, ocorre um processo de exclusão da força de trabalho dos postos reestruturados, para incluí-la de forma precarizada em outros pontos da cadeia produtiva. Já do ponto de vista da educação, se estabelece um movimento contrário, dialeticamente integrado ao primeiro: por força de políticas públicas 'professadas' na direção da democratização, aumenta-se a inclusão em todos os pontos da cadeia, mas se precarizam

⁵ Para a autora este regime que se denomina flexível é confrontado com a rigidez do fordismo e encontra uma flexibilidade nos processos de trabalho, no mercado, nos produtos e nos padrões de consumo; contudo, esta flexibilização exige novas formas de disciplinamento dos agentes econômicos e políticos (KUENZER, 2007, p. 1176).

os processos educativos, que resultam em mera oportunidade de certificação, os quais não asseguram nem inclusão nem permanência (KUENZER, 2007, 492-493)

A autora diz ainda que a exigência para este novo regime de acumulação flexível é a transformação das condições de produção e de reprodução dos assalariados, fazendo com que haja um disciplinamento entre as necessidades do sistema produtivo em relação à formação do trabalhador e de seus dirigentes; ou seja, esta relação que se estabelece entre a base material e as superestruturas, têm por objetivo o disciplinamento da força de trabalho, tendo em vista o processo de acumulação.

Silva (2014) diz que a exploração do capital se utiliza desta vulnerabilidade e desta situação de extrema pobreza para expor esta população a condições de trabalho degradantes e desumanas. Para o autor o desemprego não é algo que impressione no sistema capitalista, mas sim a sua capacidade de absorção da força de trabalho que garante a renovação do sistema, que cria condições de integrar na produção e no consumo um número imenso de pessoas.

Viccari e Martins (2014) chamam a atenção para a experiência do PRONATEC-FIC como política de qualificação profissional e inclusão social, como sendo um programa que envolve a participação de diversos atores sociais, além de uma grande mobilização que visa alcançar a meta da qualificação profissional como forma de inclusão no mercado, seja de forma assalariada, ou através de formas alternativas de geração de renda. Uma das mais importantes questões apontadas pelas autoras é quanto ao movimento constante de diálogo como tentativa de buscar apreender a totalidade da realidade social deste público que deve ser qualificado para ser “incluído”. Há a incerteza quanto à efetiva participação da população mais pobre na política pública. Um dos limites que ainda barram o acesso e a inclusão, segundo Viccari e Martins (2014), é a baixa escolaridade que mesmo em uma modalidade FIC que busca a inclusão, ainda é mais baixa do que o mínimo necessário para acessar aos cursos, a falta de vagas na educação infantil que inviabiliza o acesso de mulheres com filhos que desejam a qualificação e questões de saúde e estética. Esta inclusão, forçada criada pelo capitalismo, submete a força de trabalho a um disciplinamento para a sobrevivência do sistema. O capitalismo inclui porque precisa transformar as pessoas, não importando as suas características, em membros da sociedade capitalista.

Silva (2014) chama a atenção para a forma como ocorre à demanda de força de trabalho qualificada no sistema capitalista brasileiro. Sabemos que o mercado de trabalho no Brasil deixa a margem uma parcela significativa da população que não é incorporada as relações de assalariamento, com uma baixa escolaridade e uma baixa qualificação. Na primeira década do século XXI o mercado de trabalho no Brasil, apresentou indicadores muito positivos, especialmente o crescimento do emprego com registro e protegido, a diminuição do desemprego, a redução das desigualdades dos rendimentos do trabalho, a elevação da renda média dos trabalhadores e a elevação mais substantiva dos salários de bases, principalmente com a política de valorização do salário mínimo. A escassez de trabalhadores com maior qualificação, o aumento no número de empregos com carteira assinada e baixas taxas de desocupação teriam aproximado o Brasil da situação de pleno emprego (SILVA, 2014, p. 42).

A qualificação profissional tem sido apontada como forma de enfrentamento a pobreza e ao desemprego, ao mesmo tempo em que a falta de trabalhadores qualificados tem sido apontada como uma demanda do empresariado brasileiro. O chamado “apagão da mão de obra qualificada” é veiculado como forma de escassez generalizada da força de trabalho qualificada tendo em vista as demandas de diferentes setores do processo produtivo e do setor de serviços.

Silva (2014, p. 46) diz que os argumentos utilizados para garantir a qualificação de forma imediata é uma forma de captação para se qualificar o subproletariado pobre urbano. Tal como ocorre no PRONATEC e em outros programas semelhantes, a ideia de qualificar para o mercado de trabalho, é algo que se legitima dentro de um quadro de necessidades e interesses, seja dos trabalhadores, seja dos donos dos meios de produção.

2.3 ASPECTOS QUE PERMITIRAM A IMPLANTAÇÃO DO PRONATEC

O processo de produção da força de trabalho como compósito socioeconômico da sociedade brasileira é o espaço em que vários fatores e aspectos da formação e profissionalização da força de trabalho acabam sendo reproduzidos de forma imediata e mediata. Portanto, desse

modo, a política educacional integra o quadro de necessidades formativas que o processo social de produção exige como mediações socioeconômicas (DEITOS et al, 2015, p. 987).

O PRONATEC surge como um programa integrador da política educacional para a educação profissional no país, articulando ações educativas e formativas da força de trabalho. A educação é tomada como requisito indispensável ao processo de produção e desenvolvimento econômico.

Segundo Leemann *apud* DEITOS (2015), sem fugir dos seus propósitos econômicos e ideológicos, a visão do empresariado ao falar de questões econômicas e de produtividade, manifestam que para a economia crescer de acordo com os interesses do empresariado, é necessária uma mão de obra qualificada, que no momento encontra-se como atividade cara no país, a qualificação seria uma forma de melhorar os custos neste sentido. Esta fala do empresariado representa também uma reprodução do discurso do governo. Já é histórico que os custos da escolarização e da qualificação da força de trabalho sejam transferidos para o Estado e se apresentem como um conjunto de Políticas Públicas. O PRONATEC como política permanece com as estruturas que condicionaram as demais políticas de qualificação profissional, integrando interesses nacionais e internacionais da globalização econômica. Deitos sintetiza bem o que o PRONATEC representa no cenário nacional e como suas ações interagem com o empresariado demandante da política:

Esta mesma política é, sem dúvida, o alimentador teórico-ideológico e político-funcional da articulação macroinstitucional-econômica e microeconômica-político-institucional regional (estados/municípios; empresas/setores econômicos/trabalhadores) da parceria público-privada de desenvolvimento da política pública de educação profissional no país e nas unidades federativas e suas respectivas localidades municipais, além do fomento às instituições privadas, setores estes que hegemonizam os recursos e a direção teórica e funcional do processo e expansão da oferta e conteúdos requeridos, pela educação profissional, em cursos e treinamentos básicos e nos cursos de nível médio e técnico profissional, como também daqueles em nível tecnológico em instituições públicas e privadas no âmbito do ensino superior. Os fundamentos socioeconômicos e políticos, teórico-ideológicos e educacionais da política educacional, nessa direção, produzem vertiginoso discurso governamental, empresarial e funcional de que a ineficiência funcional e profissionalizante, de jovens e adultos trabalhadores, é mecanismo requerido pela dinâmica econômica, ao mesmo tempo em que leva os próprios trabalhadores a assumir (internalizar) como condição individualizada para a sua desqualificação/escolarização/qualificação, que acaba sendo reforçada e adotada como uma condição unilateral para o seu ingresso e permanência no processo produtivo (emprego e empregabilidade), e para a sua própria manutenção como força de trabalho, gerando internamente (nos indivíduos) as condições de aceitabilidade de expectativas

sociais de desempenho escolar, qualificação e empregabilidade como condição unilateral à conquista de emprego no contexto econômico produtivo nacional. (DEITOS, 2015, p.997).

No contexto brasileiro, podemos ver que o Estado passou a desempenhar um papel de executor das políticas públicas como parte de um plano estratégico de indução da economia. Há um fortalecimento do setor privado com o objetivo de sustentar a competição do país no mercado mundial, criando condições para que o sistema capitalista permaneça se reproduzindo.

Rodrigues (2014) salienta que o programa se origina em um cenário contraditório do neodesenvolvimentismo, apontando dois elementos característicos do novo papel desempenhado pelo Estado: (i) que a intervenção na economia se dá de forma focalizada e mais indireta, com baixos graus de estatização, preponderando as estratégias de regulação; e (ii) que o Estado está subordinado a um maior controle por parte da sociedade em “dois níveis: gestão e controle social (participação deliberativa, *accountability*, administração gerencial) e o da finalidade de sua ação (via inclusão e distribuição)”. Estas mudanças operam muito mais na constituição de uma nova formatação das relações entre capital e trabalho do que indicam uma significativa alteração de rumo do Estado, pois continua a preponderar o polo do capital. O papel do Estado no neo-desenvolvimentismo acontece da seguinte forma segundo Branco *apud* Rodrigues:

(...) garantir condições macroeconômicas e salvaguardas jurídicas que reduzam a incerteza do ambiente econômico, propiciando um horizonte mais previsível do cálculo do risco do investimento privado, e aumentando, por sua vez, a demanda por fatores de produção, o emprego e a desigualdade social [...] O projeto de intervenção na “questão social”, portanto baseia-se no crescimento econômico e na promoção da equidade social via a igualdade de oportunidades (BRANCO *apud* RODRIGUES, 2014, p. 5).

Neste sentido, o PRONATEC pode ser compreendido como vinculado ao processo de proliferação de políticas, que visa compensar a dispersão de poder pelas diferentes organizações sociais, públicas e privadas, que passam a oferecer os serviços sociais e a busca dos governos por tentar controlar este processo no tempo curto dos seus mandatos. Desta forma, estratégias de convencimento próprias das concorrências por mercado são colocadas em prática para dar

visibilidade para os programas e projetos dos governos buscando construir na sociedade uma noção de controle e efetividade.

3 O RESGATE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA - PRONATEC

Para iniciar este capítulo, é importante destacar que existem diversos trabalhos realizados na área da Educação Profissional no Brasil. Contudo, trata-se de um desafio ao investigador desta área, principalmente a quem investiga em especial o Pronatec, conhecer e mapear as diversas produções acadêmicas que vem sendo desenvolvidas com este objeto. Este levantamento auxilia na compreensão do Estado da Arte do Pronatec, viabilizando um panorama do que vem sendo discutido com esta temática. Sendo assim, são apresentados de formas descritivas, alguns trabalhos que têm como foco este fenômeno que passa a ser analisado.

3.1 LEVANTAMENTO DAS PRODUÇÕES

Por este trabalho não se tratar de uma revisão bibliográfica, não traço como objetivo central conhecer a totalidade de estudos e pesquisas desta área, mas sim, o de apresentar algumas reflexões que estão sendo desenvolvidas e que se encontram disponíveis nos principais mecanismos de busca acadêmica online⁶. Para realizar este levantamento, foi feita uma busca no Portal de Periódicos da CAPES, onde foram obtidos 10 resultados para a chave de pesquisa Pronatec. Foi feita também uma busca no Google Acadêmico, sendo obtidos inúmeros resultados, sendo selecionados aqueles que apareceram com maior número de citações. Além de encontrar artigos com esta temática, os quais estão descritos, foram mapeadas algumas produções do próprio Governo Federal, referentes a esta política pública, sendo algumas também descritas, assim como algumas teses e dissertações.

Apesar de encontrar diversos trabalhos sobre este tema, são diversas as abordagens que se dão a este; contudo, o que chama maior atenção são as pesquisas voltadas, principalmente à crítica da relação que o Programa estabelece no âmbito público e privado, o financiamento público da política a organizações privadas, a “reciclagem” do programa como um retorno de

⁶ Para realização deste mapeamento, foram consultados o Portal de Periódicos da CAPES, até o dia 20 /07/2016 , com a palavra de busca PRONATEC e o site de busca Google Acadêmico, também com a mesma chave de busca, desconsiderando citações.

políticas já existentes, a desarticulação entre o programa e a educação básica, a falta de compromisso com a elevação da escolaridade, a falta de integração com uma formação humana integral.

3.2 O QUE SE TEM ESCRITO/DITO

Em artigo publicado, Ribeiro (2014, p. 16), chama a atenção para a “Carta de Natal”⁷, na qual destaca quatro principais pontos críticos do programa, que podem ser posteriormente comprovados pela descrição dos demais trabalhos analisados por esta dissertação. São eles: a) o financiamento público do programa a organizações privadas, preferencialmente o Sistema S; b) a não integração do Pronatec com a educação básica; c) a delegação às entidades patronais da formação dos estudantes das redes públicas de ensino (financiamento do processo); d) devido a curta duração dos seus cursos, o Pronatec tem concepção oposta ao fortalecimento e a integração de uma formação humana integral. Neste sentido, o autor define o programa da seguinte forma:

Para nós não resta dúvida de que se trata de um programa inserido no contexto de acumulação flexível capitalista brasileira, no momento em que as taxas de desemprego são as mais baixas da histórica brasileira. É um programa inserido em um quadro no qual o governo trata de trazer para o mercado de empregos trabalhadores até então excluídos por variadas razões econômicas, sociais, políticas e culturais. Um programa de inclusão dos excluídos, com objetivo de garantir a oferta de mão de obra com baixos salários, no intuito de reduzir a pressão por elevações salariais e de tornar viável a expansão das relações capitalistas no país (RIBEIRO, 2014, p.17).

Como podemos perceber, há uma preocupação do autor em situar o Pronatec dentro de um contexto socioeconômico, e esclarecer se o Programa atende aos objetivos explicitados pela lei, e aqueles não explicitados, para isso chama a atenção para duas proposições: o emprego e a formação pontual.

⁷ Carta elaborada por um grupo de pesquisadores da educação profissional, aprovada em reunião da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (2013).

O foco no emprego pretende, por um lado minoritário dos matriculados, propiciar ao estudante de ensino médio de escola pública frequentar cursos técnicos de 800h e, por outro lado, o majoritário, envolver trabalhadores desgarrados do mercado de trabalho a uma formação pontual de 160h, associados nas estatísticas ao desemprego oculto pelo desalento e/ou na ocupação incerta, sem remuneração regular, na dependência de “bicos” e da sazonalidade das necessidades (RIBEIRO, 2014, p. 17).

A partir desta produção, podemos observar algumas características do programa que são postas também por outros autores e que permitem compreendê-lo a partir do contexto socioeconômico sob o qual foi concebido e que dão maior espaço para a compreensão de suas críticas e análises.

Lima (2012), em seu artigo faz uma crítica sob a perspectiva marxiana ao Programa, chamando a atenção para as mudanças que ocorreram historicamente na história da educação profissional até chegarmos ao PRONATEC.

Com o Pronatec, o governo brasileiro completa o ciclo da privatização, precarização e aligeiramento da formação técnica de nível médio. O que antes era apenas enunciado, com o Pronatec a educação explicitamente torna-se uma atividade central no processo de transferência de recursos públicos na tentativa de contenção da crise estrutural do capital. (LIMA, 2012, p.13).

A educação profissional, historicamente, estava marcada pela rigidez da divisão entre aqueles que iriam desempenhar o papel do planejamento e o papel da execução, ou seja, a divisão entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. As escolas profissionalizantes cumpriam o papel de reprodução da força de trabalho. Os governos Lula e Dilma vêm demonstrar a permanência da imposição do projeto do capital na formação profissional.

Sob este ponto de vista, o autor chama a atenção para a “coisificação” das relações pessoais. Nesta sociabilidade, o que interessa não é mais o homem, mas a sua capacidade de produzir mercadorias, e é sob esta crítica que está o Pronatec, que não rompeu com a lógica neoliberal dos governos anteriores, que utilizava entidades privadas para atuarem na formação do trabalhador, pelo contrário, o programa enuncia e torna a educação uma atividade central no processo de transferência de recursos públicos na tentativa de contenção da crise estrutural do capital (LIMA, 2012).

Outro trabalho que chama a atenção é o de Lima (2012), o qual aponta a ameaça do direito a educação profissional, pela via privatizante e mercantil do Pronatec, assim como a sua forma precária de conexão com o Ensino Médio.

A política educacional busca, no contexto da crise global, resolver a problemática da formação profissional para o mercado por meio da criação do mercado da formação (...) o governo atual, no contexto da crise aguda do capital e aumento das demandas de por mão de obra qualificada, criou uma estratégia (...) (LIMA, 2012, p.496).

Este autor chama a atenção para o Estado brasileiro que, pressionado pelo crescimento econômico e pela demanda social, busca fazer a formação profissional para o mercado via a formação do mercado da formação por meio do financiamento público, utilizando mecanismos das bolsas de estudo, além de mercantilizar a formação humana, transformando-a em mercadoria e mostrando sua inviabilidade como direito. São destacados alguns dos principais beneficiários do Programa: a) os empresários que empregam os egressos dos cursos; b) os empresários que vendem os cursos, colocando em disputa uma mercadoria e um direito social, o público contra o privado; c) os governantes que utilizam o programa como forma de barganha política via distribuição de bolsas. Segundo Lima, é necessário ultrapassar a crítica ao economicismo e estar atento às mudanças no currículo da educação profissional.

Santos e Rodrigues (2012) chamam a atenção para as estratégias do sistema capitalista que vem redefinindo o papel do Estado, e diminuindo o seu protagonismo como executor das políticas sociais. Neste sentido, os autores chamam a atenção para o fortalecimento do setor privado, a fim de que este possa se sustentar na competição do mercado mundial. Sob esta crítica, os autores chamam a atenção para a análise desta política considerando principalmente à questão do desenvolvimento econômico e a redefinição do Estado.

Utilizando as definições de Bresser Pereira (2006), Branco (2009) e Veiga (2006), os autores apresentam uma alteração na função do Estado, que passa a operacionalizar estratégias a partir do final da década de 1990, quando o modelo neoliberal apresenta sinais de esgotamento e estagnação econômica, caracterizando assim o Novo-Desenvolvimentismo (SANTOS e RODRIGUES, 2012). “Na dinâmica do sistema do Capital, o Estado configura-se como ator

fundamental reforçando, através de suas políticas, sua atuação como representante dos interesses do Capital, criando as condições necessárias para a reprodução do sistema” (SANTOS e RODRIGUES, 2012, p.4).

Apesar de o Programa estar inserido em um planejamento de nação soberana e democrática, comprometida com uma educação emancipatória vinculada ao mundo do trabalho, os documentos, segundo os autores, contraditoriamente orientam o Pronatec para uma concepção de educação com forte vinculação ao mercado. Evidencia-se uma preocupação com a preparação do trabalhador para ingressar no mercado de trabalho de forma autônoma, com o objetivo de atender as demandas do mercado de trabalho. Ainda neste sentido, os autores criticam a preferência para a implementação de estes cursos serem realizados pelo Sistema S e pelo setor privado de forma geral, sustentando uma competição e, segundo os autores, criando as condições necessárias para a reprodução do sistema.

Em um breve artigo, a Diretoria Executiva da CNTE (2011) também aponta suas análises sobre o programa e chama a atenção para o papel do Estado na oferta pública e gratuita da educação profissional, a flexibilização do compromisso do Estado com a oferta de educação técnica; criação de mercado para empresas educacionais, atentando para os cursos de curta duração (160h), que não atendem aos requisitos de qualidade da educação; o aumento de matrículas gratuitas no Sistema S; inibição da expansão das instituições públicas de formação técnica, redução do currículo para formação para o trabalho; a condicionalidade do trabalhador que está assegurado pelo seguro-desemprego de realizar um curso sem direito de escolha.

Machado e Garcia (2013), chamam a atenção para a identificação entre passado e presente de dois programas, o PIPMO (proposto, implantado e concluído em período de Ditadura Militar) e o PRONATEC, ainda sendo implementado. Segundo estes autores novamente encontra-se em pauta a privatização da educação profissional e a negação de uma educação integral, com a permanência dos cursos e da escolarização de forma isolada. Ambos os programas são apontados como estratégias de transferência de recursos para os executores, com a justificativa da necessidade de preparação dos trabalhadores para os desafios do mercado de trabalho.

Ainda neste mesmo artigo, os autores chamam a atenção principalmente para a oferta de cursos de formação inicial e continuada, que apenas indica a escolaridade mínima exigida para a realização dos cursos, mas não prevê uma forma de articular a política pública com a elevação da escolaridade. Pensando nesta tensão entre a elevação da escolaridade e a qualificação profissional, é que pela primeira vez, considerando os artigos analisados, foi referida a palavra perfil para participantes, considerando além da situação de “vulnerabilidade social”. Os autores apontam que 53,9% dos 134 milhões de brasileiros com 18 anos ou mais com mais de 8 anos de estudo, são os que configuram o público que demanda a qualificação profissional correspondente ao nível fundamental de estudo (a modalidade FIC); contudo, para este público, não estão previstas ações de elevação de escolaridade, voltando para a prática já conhecida de políticas anteriores de treinar para trabalhar, sem compromisso com a realização da educação de uma forma mais integral.

Neste sentido, é feito o seguinte questionamento: qual a perspectiva de formação está em curso pelas instituições que desenvolverão o Pronatec? A resposta põe em questão o projeto de nação que se deseja buscar. Neste sentido, o Pronatec passa a reforçar a lógica da privatização da educação profissional, financiada com recursos públicos. A primeira forma de privatização é dada quando a modalidade de cursos ofertados abre mão de conteúdos de formação geral, articulando-se bem a tão criticada forma empresarial de “maior eficiência com menor gasto”, e quando a escola ensina a trabalhar; o outro sentido da privatização está com o repasse de recursos, a exemplo de como funcionava com o PIPMPO, com o “controle social” do Sistema S. A proposição de pactuação de parcerias com o Sistema S adia a construção de um sistema nacional público de educação profissional (MACHADO e GARCIA, 2013).

Em artigo publicado da IX ANPED SUL, Saldanha (2012), chama a atenção para sua pesquisa sobre o Pronatec onde problematiza os pressupostos do programa, a concomitância da qualificação profissional com o Ensino Médio, mediante as parcerias público/privado. Para discutir o Programa, a autora retorna à educação profissional da década de 1990 ao século XXI, para após tratar das ações, conjunturas e forças políticas presentes no Pronatec.

A formação para reprodução do trabalho simples⁸ foi característica da política de educação profissional no Brasil na década de 1990, uma vez que recursos públicos foram transferidos para as instituições privadas. O Decreto n. 2208/97 materializou uma política profissional separada da educação básica, o que propiciou uma formação mais aligeirada e precária (SALDANHA, 2012). Com o governo Lula, foram observadas algumas mudanças, acompanhadas de um contexto econômico mundial marcado pela “acumulação flexível”⁹ do capital. Com a instituição do Pronatec, a autora chama a atenção para a convivência de uma proposta oficial para a educação profissional que a direciona exclusivamente para o mercado de trabalho, colocando a educação como um problema econômico. O Pronatec oficializa sua intenção de melhoria da qualidade do ensino médio público, mas segundo Saldanha não explicita o que compreende essa “qualidade”, levando a uma possível interpretação de que a qualidade da educação no contexto atual está ligada a orientação econômica-produtiva de desenvolvimento de competências para o trabalho, pelo regime de acumulação flexível.

De forma geral, a autora nos leva a reflexão de que o Pronatec retoma, em certa medida, políticas anteriores, com a sua gestão centralizada no nível federal e sua implementação descentralizada, juntamente com o impacto das parcerias privadas. As políticas podem ser contraditórias, pois se modificam conforme o tempo e o espaço.

Chamo a atenção para três artigos que se utilizam do ciclo de políticas públicas para abordar o Pronatec. Franzoi *et al* (2013) destacam as semelhanças que o programa tem com as políticas do governo FHC¹⁰.

A concepção que pauta o PRONATEC é a urgência da preparação para o mercado de trabalho, apoiado nos mesmos pressupostos do PLANFOR: a linearidade entre a formação e colocação no mercado de trabalho; a estreita articulação entre público e privado, com ênfase no Sistema S; cursos de formação aligeirados, voltados

⁸ A autora toma como base o conceito de trabalho simples em Marx, caracterizado como o dispêndio da força de trabalho do homem comum, sem educação especial, par do conceito de trabalho complexo, que requereria uma especialização, uma educação com tempo maior de formação. A conformação do trabalho simples e do trabalho complexo relacionam-se com o lugar que ocupam na divisão internacional do trabalho. Na educação brasileira tem predominado a formação para o trabalho simples, de baixo valor agregado (SALDANHA, 2012, p.4).

⁹ Segundo Saldanha (2012), o regime de acumulação flexível exige um trabalhador qualificado, com o domínio de conhecimentos científico-tecnológicos e sócio-históricos.

¹⁰ Neste caso as autoras fazem referência ao PLANFOR – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador, que foi o principal programa de formação de trabalhadores deste governo. O programa tinha como pressuposto que o mercado de trabalho estava em “constante mutação”, cabendo aos trabalhadores adaptarem-se as mudanças.

estritamente para a preparação restrita para ocupação imediata de postos de trabalho [...]. [...] aparecem às demandas imediatas do mercado de trabalho: aos trabalhadores cabe novamente preparar-se para adaptar-se a suas demandas [...] (FRANZOI *et al*, 2013, p.95).

Neste artigo, são apresentadas críticas ao programa que acaba por “tirar lugar” do PROEJA, uma vez que o PRONATEC entra em cena com um caráter emergencial, dando uma formação aligeirada aos trabalhadores, e dando maior prioridade aos cursos de formação inicial e continuada, sem ações voltadas à elevação da escolaridade. Ao contrário do PROEJA, o Pronatec propõe cursos rápidos que formem para o mercado de trabalho.

Ainda considerando o Pronatec, analisado sob a luz do ciclo das políticas públicas, em especial considerando o impacto das políticas públicas na organização das instituições, bem como na própria lógica de formação da política, Godoi e Campos (2014), novamente chamam a atenção para a discussão da relação público-privado que se estabelece com o programa. Neste caso, o trabalho se utiliza de uma análise documental, que permitiu concluir que apesar de existirem necessidades de profissionalização no país, o Pronatec possibilitou a ampliação das parcerias público-privado e não oportunizou superar a dualidade estrutural que acompanha o desenvolvimento do ensino médio e da educação profissional do Brasil.

Ao mesmo tempo em que o programa cria oportunidades, ele retoma problemas históricos na educação de jovens e adultos do país, como é o caso dos cursos na modalidade de Formação Inicial e Continuada (FIC) e de ensino médio concomitante, que acabam por reforçar uma dualidade estrutural do programa, que segundo as autoras, começou a ser implementado deixando lacunas que não esclarecem algumas ações do Pronatec (GODOI e CAMPOS, 2014, p. 201).

Outro artigo que faz abordagem referente ao ciclo das políticas é o de Almeida e Souza (2015). Neste trabalho, que se trata de um estudo de caso, o ciclo é utilizado para compreender em que lugar encontra-se a comunicação e que papel esta exerce na tomada de decisão dos alunos em permanecer nos cursos, ou não. É explicitado como objetivo principal deste trabalho, compreender como as ações de comunicação contribuem para a tomada de decisão dos alunos que se inscrevem nos cursos ofertados pelo Pronatec e de que forma estes cursos profissionalizantes auxiliam na construção da cidadania das pessoas que os concluíram.

Por se tratar de um estudo de caso, este estudo aborda os diferentes atores que participam do programa, não apenas no âmbito comum a todos, mas no caso do município de São Borja, no Rio Grande do Sul, em particular. Entre os atores que participam do programa, é dado destaque para os que estão em situação de vulnerabilidade social e que são beneficiados pela política. O que diferencia este trabalho dos demais é justamente o acompanhamento que é feito com os participantes, tanto durante a capacitação do aluno, até a finalização do curso e a sua certificação. Dentre as principais reflexões do autor está o que muda na vida dos indivíduos que acessam os cursos do Pronatec? Quais são as oportunidades que surgem com a sua qualificação e de que forma essas indagações atuam na conquista de cidadania pelo acesso ao trabalho? (ALMEIDA e SOUZA, 2015).

Para responder as problemáticas propostas, os autores selecionaram uma amostra aleatória e realizaram entrevistas e ouviram os relatos dos ex-alunos, onde retiraram informações, percepções e experiências em profundidade. Os autores conseguiram tirar algumas conclusões, e entre elas puderam identificar duas dimensões do Pronatec: (i) o ensino contribui para a revelação de novos horizontes na conquista pela cidadania; (ii) o despertar para a profissionalização como modo de inserção no mundo do trabalho, sendo uma forma de melhorar a renda familiar. Podemos perceber que, diferentemente dos outros trabalhos apresentados até o momento, este trabalho para compreender a implementação do programa se utiliza de outros mecanismos que não apenas os dados oficiais da política, ele dá voz ao seu participante e compreende a implementação através da comunicação.

Outro estudo de caso é o de Trogiani (2012), que se pergunta sobre qual o próximo passo para após a realização dos cursos de qualificação, para inserir o egresso no mercado de trabalho. Neste caso, é analisado o município de Osasco, em São Paulo. Inicialmente este trabalho parece apontar para um caminho onde serão apresentadas características dos participantes, mas se desvia e analisa as ações políticas do programa em conjunto com outras ações específicas do município que são realizadas para inserir de forma “sustentável” o egresso no mercado de trabalho.

Não se pode perder de vista a importância de se viabilizar a continuidade da formação dos participantes dos cursos de qualificação. Para muitos, esses cursos significam um retorno ao mundo escolar, do aprendizado, passo que precisa ser cultivado em ciclos

sequenciais que se reforçam e propiciam ao indivíduo uma formação integral e com maiores perspectivas profissionais (TROGIANI, 2012).

Apesar de o trabalho apresentar argumentos que parecem ser dos participantes, não há espaço para conhecer as pessoas que “falam”. Apenas o que se sabe é que são pessoas em situação de vulnerabilidade social e que não estão, segundo o autor, em um processo de sensibilização e aprendizagem dos compromissos laborais.

No artigo de Silva *et al* (2014), é apresentado como objetivo principal a reflexão acerca da evasão nos cursos do Pronatec, assim como sugestões, adequadas a análise dos motivos da evasão, como forma de diminuir ou evitar a evasão neste contexto. A pesquisa foi realizada em uma escola do Sistema S, localizada no município da Serra, no Estado do Espírito Santo¹¹. Os egressos entrevistados que evadiram podem ser divididos em dois grupos: (i) os estudantes que não se identificaram com o curso, infere-se que o fato de esses alunos escolherem um curso técnico-profissionalizante ainda cursando o ensino médio e com pouca ou nenhuma experiência profissional; (ii) os estudantes que abandonaram o curso por terem sido selecionados para realização de cursos superiores.

Assim, pode-se inferir que os evadidos de ambos os grupos foram inclinados a abandonar o curso em virtude de seu direcionamento profissional. Por um lado, existem estudantes desmotivados com o conteúdo oferecido e que passam a não desejar a prática deste curso em questão para sua vida profissional. Por outro lado, o diploma de curso superior é associado a melhores condições de emprego.

No Boletim Técnico do SENAC (2014), são encontrados dois aspectos referentes ao Pronatec que são importantes para esta pesquisa, à questão da evasão e o perfil dos participantes. Segundo os gestores, a evasão no Pronatec ocorria em maior número nos Cursos de Qualificação, enquanto nos Cursos Técnicos de Nível Médio ela era menor. Nos Cursos Técnicos, os motivos da evasão eram: reprovação, dificuldade de conciliar trabalho e estudo, mudança de endereço e gravidez. Em um dos artigos deste boletim, de Contarine e Oliveira (2014), foi realizada uma

¹¹ Este artigo trata da evasão em um curso específico, o Técnico em Administração, não podendo ser feitas generalizações, mas por considerar o tema de fundamental importância para as futuras análises do Programa, optei por mantê-lo.

entrevista e aplicação de um questionário com gestores, instrutores e alunos participantes de um curso técnico de Nível Médio ofertado pelo SENAI em Minas Gerais, desta forma, foi possível montar um “perfil” dos sujeitos participantes da pesquisa.¹²

Alguns dos resultados foram os seguintes: 56,67% dos participantes residiam na capital (Minas Gerais); 70% eram mulheres. A faixa etária predominante foi a de 14 a 19 anos (93,33%), todos se declararam solteiros e sem filhos; 73,33% dos alunos já haviam concluído o Ensino Médio; 33,33% declararam uma renda familiar de até três salários mínimo e 93,33% declarou não possuir uma renda individual.

A apresentação deste perfil não permite generalizações por se tratar de um caso muito específico, apenas um curso, em apenas uma rede ofertante e em apenas um município; porém, apresenta características que podem vir a ser confirmadas ou confrontadas com os resultados que esta dissertação apresentará, além de tratar da temática do perfil, o que a torna de grande valia para a construção do Estado da Arte.

Na procura por produções que abordassem o Pronatec como sua temática principal, encontramos muitas publicações do próprio Governo Federal, chamando a atenção entre elas, às publicações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Na publicação de Cassiolato (2014) nos textos para discussão do IPEA, é exposto o protagonismo que se dá ao programa. São apresentadas as políticas que antecederam o Pronatec, traçando um histórico da rede de educação profissional e tecnológica, a expansão da rede federal de ensino, as bases legais, os objetivos e as ações do programa, os arranjos institucionais que amparam as ações deste e por fim os resultados e os desafios da educação profissional. Chamo a atenção para a descrição do momento econômico que leva a criação do programa, um momento de crescimento econômico, onde o Estado se vê como protagonista na criação de novos postos de trabalho devido à demanda e a concorrência gerada por este crescimento.

Assim, com o mercado demandando protagonismo do Estado na organização da educação profissional e técnica no Brasil, e com o governo ciente do contexto oportuno e da necessidade de se criar ambiente competitivo à produção de bens e serviços no país, à organização do PRONATEC veio como resposta a essa demanda. Por seu

¹² Na pesquisa feita por CONTARINE e OLIVEIRA (2014), é apresentado o perfil de todos os sujeitos participantes do programa (gestores, instrutores e alunos); porém, considerando a temática desta dissertação, optei por apresentar algumas ponderações apenas sobre o perfil dos alunos.

potencial transformador das condições de produção e da qualidade da inserção dos trabalhadores no mercado e pelo lugar que ocupa no processo de desenvolvimento, em seu sentido amplo, é importante estudar o programa, investigando o modo como o arranjo institucional em torno dele tende a levar a determinados resultados e analisando suas capacidades à luz do debate sobre a relação entre democracia e Estado desenvolvimentista (CASSIOLATO, 2014, p.11 -12).

Em um Caderno de Estudos, desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o programa é destacado como uma das iniciativas do Governo Dilma frente ao destaque da qualificação profissional como uma das principais pautas da agenda política. O programa aparece como uma estratégia de inclusão que busca expandir, interiorizar e democratizar a educação profissional. Este Caderno busca sistematizar a experiência do Pronatec em sua iniciativa Bolsa-Formação, desde seu momento inicial, em 2011, até o final de 2014. Para isso, apresenta estudos das equipes do Ministério da Educação - MEC e de equipes do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS que retratam diferentes aspectos do programa, com ênfase na iniciativa Bolsa-Formação, na qual se destacam os beneficiários dos programas do MDS (MDS, 2015).

É importante destacar um importante achado que esta publicação faz¹³: a identificação de três perfis do público participante, sendo eles (i) alunos jovens e escolarizados, filhos de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família; (ii) mulheres mais velhas, com filhos em idade escolar; (iii) homens mais velhos, “chefes de família. Foram achados outros materiais elaborados pelo Governo Federal, mas de forma geral, todos tratam de apresentar o programa, assim como suas iniciativas na busca pela superação da pobreza extrema, destacando o programa dentro do Plano Brasil Sem Miséria. Além da busca por artigos de pesquisas que tratassem do tema Pronatec, foram selecionados alguns trabalhos produzidos em dissertações ou teses que também se utilizassem do programa como objeto de análise¹⁴.

Na tese de Silva (2014), é feita uma análise do Programa como estratégia de inclusão produtiva do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), chamando a atenção para o debate da massificação da qualificação profissional no enfrentamento à extrema pobreza. Para isto, o autor

¹³ Trata-se de uma pesquisa qualitativa, realizada nos intervalos de julho de 2013, a janeiro de 2014. A pesquisa quantitativa debruça-se sob as características demográficas das matrículas, assiduidade e escolha dos cursos de acordo com o mercado de trabalho local.

¹⁴ Os critérios para escolha das produções deu-se da mesma forma como foi realizado nos artigos, utilizando como palavra-chave Pronatec, sendo selecionados aqueles com maior destaque dentro da busca no Portal da Capes e do Google Acadêmico.

se utiliza do método materialista, histórico-dialético em uma pesquisa documental. Segundo Silva, seus estudos apontaram para o programa como sendo uma iniciativa positiva do Governo Federal como forma de aumentar a formação e a qualificação da força de trabalho no país; porém, aponta críticas e incertezas quanto à modalidade FIC, que oferta cursos em sua maior parte através do Sistema S, se utilizando de fundos públicos.

Outra questão apontada nesta tese é quanto à formação aligeirada do programa com a intenção de colocação imediata no mercado de trabalho, privatizando e mercantilizando a educação. São destacadas também pelo autor ações positivas em relação ao processo de inclusão produtiva do programa, principalmente para os beneficiários dos programas de transferência de renda, como o Bolsa-Família. É referida a aposta do governo Dilma no Pronatec como estratégia de enfrentamento da pobreza extrema; contudo, não parece que se espere da qualificação profissional uma “porta de saída” imediata para solucionar este problema. A massificação da qualificação tem sido marcada pela ideologia da empregabilidade e do empreendedorismo, adequados ao modo de ser da acumulação flexível.

Chamo a atenção em especial para um ponto específico desta tese que dá destaque para o Pronatec-FIC, objeto de análise dessa dissertação, onde são apresentadas as justificativas no Plano Brasil Sem Miséria para ofertar cursos de curta duração, que pretendem aproximar o mundo do trabalho do universo da educação, promovendo o retorno ao sistema educacional de pessoas há muito distantes das salas de aula. O autor aponta a formação aligeirada do programa com vista para o mercado de trabalho como uma forma de o governo de resolver o “apagão de mão de obra qualificada”, uma formação rápida, mas que deixa a desejar em termos de qualidade efetiva, não se sustentando a médio e longo prazo, novamente o proletariado é obrigado a abrir mão da formação educacional de que realmente necessita (SILVA, 2014, p.153).

Na tese de Saldanha (2016), é analisado em que medida o Pronatec contribuiu, considerando que o período analisado foi de 2011 a 2014, para a democratização da educação profissional e quais as razões para o abandono e a permanência dos alunos de cursos técnicos em concomitância do ensino médio com a qualificação. A autora chama a atenção para a constituição e a legislação que dão suporte ao programa e aponta o seu foco expansionista, o que pode revelar uma conotação política articulada junto com a democratização da Educação Profissional (EP). O programa é contextualizado enquanto política de Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) no Brasil, para então analisá-lo de forma mais focal no estado

do Paraná, aproximando-se da temática proposta de compreender a democratização da educação profissional; por fim, são apresentados dados do estado do Paraná referentes ao abandono, a reprovação e a conclusão dos cursos do Pronatec na forma concomitante, na unidade ofertante do SENAI.

Na dissertação de Alam (2013), estamos diante de um estudo de caso realizado no período de janeiro a dezembro de 2012, na unidade ofertante do SENAI no município de Pelotas/RS. Seu principal objetivo é a análise dos resultados encontrados na realização do Pronatec nesta unidade. O foco da pesquisa está principalmente nos ex-alunos dos cursos Pronatec e seus instrutores, na modalidade Bolsa-Formação Trabalhador, como sujeitos avaliadores da política.

Podemos destacar como objetivos específicos desta pesquisa os seguintes pontos: investigar o perfil dos beneficiários do programa; descobrir a opinião dos instrutores, e ex-alunos sobre o Pronatec; verificar a contribuição do programa para a qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho de seus participantes; e, ainda, dar visibilidade aos aspectos a serem revisados para o aperfeiçoamento do programa.

Em especial um dos objetivos específicos deste trabalho chama a minha atenção: a análise do perfil dos participantes do programa. Apesar de ser uma amostra restrita ao município de Pelotas, este objetivo é o que mais se aproxima do objetivo principal deste trabalho. As variáveis utilizadas para esta análise foram idade, sexo, grau de instrução, beneficiários de prestação continuada, bairro, renda familiar e atividade atual. De forma breve, a autora apresenta os seguintes resultados:

Na concepção dos entrevistados esta política apresenta limites, como a falta de formação básica dos alunos; a não qualificação para abertura de negócio próprio; falta de conhecimento dos interessados sobre as exigências do curso e a falta de adequação do nível dos cursos para os beneficiários preferenciais do programa. Porém, também consideram o Programa como possibilidade de aprendizagem, ascensão profissional, e convivência social. Apresentam sugestões de mudanças para contribuir com a melhoria do programa: diversificação da oferta de cursos, garantia de bons equipamentos adequados ao número de alunos, oferecimento de creches, oferecer capacitação de nivelamento básico, esclarecer sobre habilidades requeridas para o curso, controle mais rígido na distribuição de vales e incentivar às pessoas mais humildes. A análise evidenciou, ainda, que o Programa não está atendendo plenamente ao perfil de usuários previsto na política de qualificação e que pouco alterou a “empregabilidade” dos mesmos (ALAM, 2013, p. 8).

Na dissertação de Ramos (2014), o Pronatec é analisado politicamente a partir da Lei de Criação e, segundo o autor, é uma fonte de transferência de recursos públicos para a iniciativa privada, além de não priorizar uma Educação Profissional integrada ao Ensino Médio.

Na monografia de Santos (2013), diferentemente dos demais, é proposta uma construção teórica para esta política pública em especial. O estudo tem por objetivo identificar aspectos institucionais e organizacionais que afetam o desempenho da política, verificando a contribuição da teoria do programa na formulação de avaliações de desempenho da atuação governamental.

Na dissertação de Pinto (2013), são analisadas algumas políticas de educação profissional no Brasil, visando apresentar programas voltados a inclusão de jovens e adultos no espaço educacional formal e não-formal e no mundo do trabalho, analisando principalmente as categorias trabalho e empregabilidade no PROEJA, no e-TEC e no PRONATEC. Para analisar como essas categorias estão subentendidas nos programas, parte-se do pressuposto de que a educação profissional está historicamente envolta num processo de reivindicações dos profissionais da educação, da classe trabalhadora e dos interesses do capital.

Focando o Pronatec, a autora observa uma tendência nas ofertas dos cursos na modalidade FIC, pelo atendimento imediato ao mercado de trabalho, desconsiderando a oferta de integração curricular. É identificada pela autora, na análise do discurso da presidenta Dilma Rouseff, que está se constituindo um novo perfil de trabalhador que depende da educação profissional permanente, focalizado no mercado, garantindo ao trabalhador chances de entrada e saída no processo de formação, ao longo de sua vida profissional, considerando o aspecto de empregabilidade do programa.

De forma geral, são destacadas as contraditoriedades existentes no Programa como a direção entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre instrução profissional e instrução geral, abrindo mão de uma formação humana integral ou politécnica; a prevalência de instituições não-estatais na oferta, principalmente dos cursos FIC, com o intuito de oferecer atendimento imediato às exigências postas pelo mercado de trabalho, sem a preocupação com a formação do trabalhador. Dessa forma, incorporando-se com a ideia central da submissão da formação humana à pedagogia das competências remetida à concepção de empregabilidade e às necessidades imediatas do mercado de trabalho (PINTO, 2013).

A pesquisa de Bezerra (2015) faz uma avaliação política da interpretação que o SENAC do Rio Grande do Norte faz do Pronatec, explicitando os princípios ideológicos, objetivos e

teorias que são reproduzidos e reforçados pela instituição através da formação profissional ofertada pelo programa. Há a identificação de uma transferência da responsabilidade do poder público para a iniciativa privada na execução do programa, o que acaba por precarizar a formação, subordinando-a a formação dos interesses ideológicos, políticos e econômicos da instituição privada. Foi ainda demonstrado que a “flexibilização” do Pronatec aos interesses do SENAC, acaba por gerar uma formação profissional aligeirada para o trabalho, neste sentido a instituição se utiliza da política pública para se fortalecer no mercado da educação profissional, legitimando um modelo de sociedade neoliberal.

O objetivo da dissertação de Costa (2015) é o de identificar contradições no Pronatec, como a proposta de educação profissional para a classe trabalhadora. Os resultados indicaram a privatização do fundo público e da educação profissional direcionada à classe trabalhadora, bem como o enfraquecimento da educação pública. Assim, a autora conclui que o programa está adequado às necessidades do mercado para a formação do trabalhador, além de contribuir para a organização dos interesses burgueses quanto à educação da classe trabalhadora.

Para finalizar a análise de teses e dissertações com o tema Pronatec, Souza (2015) faz uma análise da modalidade FIC do programa nos anos de 2012 e 2013, em Paraíso do Tocantins, a pesquisa se guiou dentro dos eixos da condição profissional, educacional e social dos egressos do Programa, sobretudo quanto à inserção destes no mercado de trabalho, aos resultados na vida estudantil e à influência da política em sua renda. Os resultados apontam que uma parte dos egressos se encontra frustrada por estarem desempregados e outra parte por estarem ocupados em setores diferentes da qualificação obtida. Os que estão ocupados ganham no máximo um salário mínimo e estão inseridos em atividades informais e precarizadas. A renda, por sua vez, não foi alterada no período do curso; os egressos não perceberam nenhuma melhoria nesse sentido. Por outro lado, a influência do programa na vida estudantil dos egressos se mostrou positiva, muitos tiveram contato com novos conhecimentos e acessaram disciplinas que os levaram a seguir na área ou mesmo a descartá-las por falta de identificação. Apesar deste ponto positivo, os resultados, de forma geral, não confirmam uma melhoria na condição de vida dos egressos nos eixos norteadores da pesquisa (SOUZA, 2015).

Dentre todos os artigos, teses, dissertações e demais publicações que foram apresentadas, percebe-se de uma forma geral uma forte crítica ao programa, devido ao retorno de características anteriores a estes, tirando o lugar de outras ações que dão mais espaço ao estímulo

e a elevação da escolaridade, mas principalmente, se pode perceber a crítica em relação a privatização da qualificação profissional, que dá espaço para uma formação aligeirada e voltada para o mercado de trabalho, dando qualificação para as vagas em aberto, mas que ao menor tempo podem novamente se fechar. De uma forma geral, podemos perceber que o governo abre mão com esta política da elevação da escolaridade para uma formação rápida, para não permitir o “apagão de mão-de-obra”, abre-se mão até mesmo de um ideal de formação em prol do “desenvolvimento econômico”.

De forma a ilustrar o que foi encontrado e sobre que temas foram abordados nesta seção, apresento os quadros que de uma forma resumida mapeiam estes levantamentos.

Quadro 1 – Levantamento do tipo de produção com a temática do PRONATEC¹⁵

Publicações analisadas - Total	24
Artigos	10
Dissertações	6
Documentos técnicos	4
Teses	2
Monografia	1
Anais	1

Fonte: levantamento de temáticas encontradas nas publicações do Portal de Periódicos da CAPES e no Google Acadêmico.

Quadro 2 – Levantamento do tipo de temática abordada com o tema do PRONATEC

Financiamento público / privatização da educação	12
Qualidade / Aligeiramento da educação	7
Desvinculação com a educação básica	6
Avaliação do programa	4
Retorno a políticas antigas	4
Evasão	3
Perfil	3
Egressos	2

Fonte: levantamento de publicações realizadas pela autora no Portal de Periódicos da CAPES e no Google Acadêmico.

¹⁵ Pode ser observado que o número total de publicações é menor que o número de temáticas, isso se deve ao fato de que em uma mesma publicação podem abordar mais de uma temática..

Considerando aquilo que foi escrito/dito, seguimos para aquilo que não foi escrito/dito.

3.3 O QUE NÃO SE TEM ESCRITO/DITO

Na publicação de Machado e Garcia (2013), pela primeira vez, entre as publicações analisadas, foi referida a palavra perfil dos participantes, neste caso em especial foi exposta apenas a questão da escolaridade dos participantes acima de 18 anos; Cassiolato (2015), na publicação do MDS aponta a existência de três tipos de participantes. No Boletim do SENAC (2014), Contarine e Oliveira descrevem os participantes de um curso técnico ofertado pelo SENAI, e apontam suas principais características e em sua dissertação, Alam (2013), dentre um dos seus objetivos, busca apresentar o perfil do participante dos cursos no município de Pelotas/RS, apresenta suas variáveis e realiza sua pesquisa através da aplicação de questionários com uma amostra de egressos.

Podemos perceber que muitas das pesquisas que vem sendo realizadas se preocupam com o desenho da política e, principalmente, com a sua implementação pela via da iniciativa privada. Contudo, podemos perceber que muito pouco se olha para quem está realizando, ou realizou os cursos do Pronatec, e de modo geral, fala-se muito pouco dos cursos FIC, a ênfase maior está na modalidade de Nível Técnico, onde encontram-se muitas das críticas ao programa.

Sabemos que a política foi pensada e formulada com um público-alvo, no caso da modalidade FIC, pessoas inscritas ou em processo de inclusão no Cadastro Único da Assistência Social¹⁶, com idade a partir de 16 anos, beneficiários de programas federais de transferência de renda, como o Bolsa-Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC), e as pessoas cadastradas em situação de pobreza extrema (com renda familiar per capita de até R\$70,00), as iniciativas da inclusão produtiva são as de criar estratégias de superação da extrema pobreza e a inserção destas pessoas no mercado de trabalho. Diante desta situação, temos um público pré-estabelecido, mas na prática, quem é o participante do Pronatec-FIC? Sabemos sua cor, sua idade, seu sexo, sabemos qual curso realizou, onde fez e onde mora? A política tem um alvo,

¹⁶ O Cadastro Único para Programas Sociais é o sistema que registra as informações sobre cada família de baixa renda, identificando seus membros e suas condições econômicas e sociais: o endereço, as condições de moradia, a situação escolar e de trabalho de cada pessoa da família, entre outras informações.

mas não conhecemos o rosto do seu participante, e se a política foi feita para pessoas, devemos conhecer as pessoas.

Considerando tudo aquilo que se foi escrito e dito sobre o Programa, podemos perceber que temos uma lacuna. Objetivando preencher este vazio é que esta dissertação se insere, esta dissertação quer apresentar o participante do Pronatec. Utilizando-se dos dados disponibilizados pela STDS¹⁷, informações referentes a todos os pré-matriculados do Pronatec-FIC no Rio Grande do Sul, no período de 2011 a 2014, é que este trabalho vai responder a lacuna dos participantes.

Saldanha (2012) chama a atenção para os textos legais e obrigatórios das políticas educacionais, incluindo entre elas o Pronatec, que quando analisados isoladamente muitas vezes não revelam a neutralidade que se diz presente. Para a autora, os textos são produzidos em um determinado contexto sociocultural que envolve interesses econômicos articulados a projetos políticos de sociedade, revelando os sujeitos que foram ouvidos e a correlação de forças políticas que se encontram presentes.

De acordo com a Cartilha Pronatec – BSM (2014), o programa é um estímulo de retorno ao sistema educacional de pessoas há muito distantes das salas de aula e que necessitam de qualificação profissional para elevar suas chances de inclusão produtiva ou melhorar sua condição de inserção no mundo do trabalho.

Chamo a atenção também, para as contribuições de Ribeiro (2014), ao dizer que este se trata de “um programa de inclusão dos excluídos”, chamando a atenção para os objetivos de garantir uma mão de obra com baixos salários, no intuito de reduzir a pressão por elevações salariais e de tornar viável a expansão das relações capitalistas no país (RIBEIRO, 2014, p.17).

Ao qualificar o programa como sendo de “inclusão dos excluídos”, podemos perceber que estamos lidando com um público específico que até então não estava sendo incluído nas políticas públicas, desta forma, o autor nos dá indícios sobre o perfil social dos participantes do programa. Diante do exposto é possível perceber a complexidade da abordagem que se está analisando. Alguns trabalhos, como já fora mencionado anteriormente, já levantaram alguns perfis, mas em situações bastante pontuais, em um único curso, ou em apenas um município, este trabalho, diferentemente dos demais, aborda o estado todo do Rio Grande do Sul e analisa a modalidade FIC, o que podemos destacar como ponto de originalidade.

¹⁷ Dados disponibilizados pela Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social do Rio Grande do Sul, Departamento do Trabalho, no dia 10/06/2015, após envio de solicitação.

Ao analisarmos o perfil do participante da política, podemos refletir sobre que tipo de qualificação que se está executando no Brasil. Ao que as publicações analisadas indicam uma qualificação que atende as lógicas do mercado de trabalho e que acompanha o contexto da sociedade capitalista a qual vivemos.¹⁸

¹⁸ O trabalho reduzido à mercadoria, transformador de valor de troca, com o fim de gerar mais lucro, como uma atividade produtiva imediata, tendendo a se configurar como emprego (FRIGOTTO, 2005).

4 A TRAJETÓRIA METODOLÓGICA DA PESQUISA

Neste capítulo é apresentada a caminhada que levou até a escolha do PRONATEC como objeto de estudo desta pesquisa. Após, é apresentado o método utilizado nesta pesquisa e por fim, são descritos os procedimentos que viabilizaram esta exploração.

4.1 AS ORIGENS DA PESQUISA

O interesse em analisar o PRONATEC-FIC teve início ao ingressar como estagiária, ainda no curso de graduação, na Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social do Rio Grande do Sul (STDS), em especial no Departamento do Trabalho (DETRAB), onde tive a oportunidade de vivenciar as rotinas que davam suporte a existência do Programa no Estado. A experiência neste ambiente levou a vários questionamentos referentes ao Programa, levando ao interesse e ao aprofundamento da temática da qualificação profissional, mas principalmente, a busca de quem são as pessoas que acessam esta política. Apesar da formação em Políticas Públicas, foi no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEDU), que vi a receptividade em estudar este tema.

Sabendo que a existência de uma “nova” política pública sempre gera estudos e pesquisas, foi feito um levantamento, apresentado no primeiro capítulo deste trabalho, buscando aquilo que se foi produzido com a temática do PRONATEC. Esta análise mostrou a falta de trabalhos que revelassem o reconhecimento¹⁹ dos participantes da política. A disponibilidade em acessar os dados dos participantes do programa no estado e a falta de trabalhos que se dedicassem a conhecê-los criou uma janela de oportunidade.

¹⁹ A política do PRONATEC estabelece um público-alvo de participantes; contudo, o levantamento de produções com a temática desta política, comprovou que apenas em casos muito pontuais, de municípios específicos, se sabia quem eram os participantes da política. Desta forma, o reconhecimento é a identificação das características das pessoas que participam do programa, considerando o público-alvo e também categorias que podem ser consideradas como discriminatórias. Assim, o perfil não se torna apenas “físico”, não se trata apenas de uma mera descrição, o perfil considera, principalmente, características sociais dos participantes, desta forma é que se busca o reconhecimento.

Na banca de qualificação do projeto de dissertação, foram feitas diversas contribuições que foram acatadas e, desta forma, chegamos à questão: Quem é o participante do PRONATEC na modalidade FIC no Rio Grande do Sul? Assim, a pesquisa procurou obter subsídios que dessem condições de analisar os resultados encontrados a partir do perfil do participante do programa, explorando variáveis como: gênero, cor da pele, idade, escolaridade, PCD, escolha de curso, rede ofertante e município, procurando dar visibilidade as principais características do participante do programa.

4.2 A ESCOLHA DO MÉTODO

Triviños (1987) chama a atenção que se observarmos o mundo, podemos descobrir que ele está constituído por fenômenos e objetos e aponta três tipos de enfoques na pesquisa em educação: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. A delimitação do objeto implicou em uma opção a respeito do método, o materialismo histórico, que toma a dialética como lógica e teoria do conhecimento. Este enfoque teórico contribui para o desvelamento da realidade, buscando compreender o real, conhecendo as diferentes determinações históricas, sociais e econômicas da realidade pesquisada. Existe uma realidade concreta, a existência do PRONATEC como política pública, que está condicionado sob diversos fatores que estão em constante processo de mutação, uma vez que a dialética situa-se no plano da realidade, sob a forma de relações contraditórias, conflitantes.

Para Frigotto (2002), na perspectiva materialista histórica, o método está vinculado a uma concepção de realidade, de mundo e de vida no seu conjunto. Desta forma, o método constitui-se como uma espécie de mediação no processo de apreender, revelar e expor a estruturação, o desenvolvimento e a transformação dos fenômenos sociais.

O materialismo histórico atribui às relações econômicas (técnicas de trabalho, relações de trabalho e de produção) peso preponderante na determinação dos acontecimentos históricos. Para Marx, a personalidade humana é constituída intrinsecamente por relações de trabalho e de produção de que o homem participa para prover às suas necessidades. As formas e a consciência do homem são resultados dessas relações. (ABBAGNANO, 2012).

Marx (1982) diz que para se analisar um país de um ponto de vista da Economia Política, é necessário iniciar pela sua população; contudo, a população é uma abstração se desconsiderarmos as classes e seus elementos, como: o trabalho assalariado, o capital, a troca, a divisão do trabalho, os preços. Para Marx, o valor de troca, por exemplo, pressupõe uma população que produz em determinadas condições e também sobre certos tipos de famílias, de comunidades, de Estados. A sociedade burguesa é a organização histórica mais desenvolvida e diferenciada da produção. As categorias que exprimem suas relações, a compreensão da sua própria articulação, permite penetrar na articulação e nas relações de produção de todas as outras formas de sociedade desaparecidas.

Conforme o método materialista histórico, para se analisar dialeticamente a realidade, categorias devem ser utilizadas, como síntese de múltiplas determinações. Estas se modificam a partir das condições históricas determinadas no momento da análise, considerando a realidade como um todo. O conhecimento científico, que se utiliza destas bases como ferramenta para compreender a realidade, também pode se utilizar destas como possibilidades de transformação do mundo.

Esta dissertação propõe uma apresentação e uma análise do perfil do participante do PRONATEC-FIC e para isso se utiliza de variáveis (gênero, idade, escolaridade, cor da pele, entre outras) que carregam dados que expressam uma realidade, mas que somente podem ser determinadas sob um contexto social e histórico. O uso destas variáveis, sob a perspectiva do método materialista histórico, se mantém pela possibilidade de desvendar o seu caráter conflitivo e histórico.

Os fenômenos que se apresentam a partir destas variáveis precisam ser compreendidos. É necessário captar os seus significados, desvendar o seu sentido ou seus sentidos. A compreensão destas variáveis só é possível quando relacionadas à totalidade às quais pertencem. Na pesquisa dialética o homem é tido como ser social e histórico, embora determinado por contextos econômicos, políticos e culturais. Desta forma, estas variáveis, que expressam qualidades, permitem a possibilidade deste desvelamento (GAMBOA, 2002).

Ao analisar os dados que foram utilizados nesta pesquisa, algumas categorias do método materialista histórico, se mostraram importantes para esta análise. Assim, buscamos captar a

realidade do programa na sua *totalidade*, o que não significa que apreendemos todos os fatos, mas sim, consideramos que estes fatos “são parte integrante de um processo de concretização que se dá através do movimento e das relações que ocorrem das partes para o todo e do todo para as partes. Assim, este fenômeno pode ser compreendido como um momento do todo, que ao mesmo tempo o explicita e o esconde” (KUENZER, 2013). Segundo Bottomore:

A totalidade social na teoria marxista é um complexo geral estruturado e historicamente determinado. Existe nas e através das medidas e transições múltiplas pelas quais suas partes específicas ou complexas – isto é, as “totalidades parciais”- estão relacionadas entre si, numa série de inter-relações e determinações recíprocas que variam constantemente e se modificam. A significação e os limites de uma ação, medida, realização, lei, etc. não podem, portanto, ser avaliados, exceto em relação à apreensão dialética da estrutura da totalidade (BOTTOMORE, 2012, p. 562).

A investigação com base na concepção de totalidade significa buscar explicitar as múltiplas determinações e mediações históricas que constituem o objeto de pesquisa. Por outro lado, “a totalidade sem contradição é vazia, inerte”. A *contradição* promove o movimento que permite a transformação dos fenômenos. O ser e o pensar modificam-se na sua trajetória histórica, movidos pela contradição, pois a presença de aspectos e tendências contrários contribui para que a realidade passe de um estado qualitativo a outro (MASSON, 2012). Desta forma, é necessário a todo tempo se mover durante a investigação, buscando o movimento e a complexidade do real.

A pesquisa deverá captar a todo o momento o movimento, a ligação e a unidade resultante da relação dos contrários, que ao se opor dialeticamente, um incluindo-se/excluindo-se no/do outro, se destroem ou se superam (...). O pensamento deverá mover-se durante o transcurso da investigação, entre polos dialeticamente relacionados, buscando compreender onde e como se incluem/excluem, desaparecem ou originam uma nova realidade (...) (KUENZER, 2013, p.65).

O estudo de uma política, seja ela de que natureza for, requer uma consideração da correlação de forças no processo pelo qual se define e se implementa. O processo de formulação e de implementação de uma política pública é marcado por interesses econômicos, políticos e

ideológicos, uma vez que esta não se define sem disputas, sem contradições e sem antagonismos de classe.

No desenvolvimento existem elementos chamados *contrários*. Estes, no processo de transformação, são *opostos*. Mas não podem existir um sem o outro, apesar de possuírem algum aspecto importante ou essencial que o outro não possui. Os opostos estão em *interação* permanente. Desta maneira, a contradição é a fonte genuína do movimento, da transformação dos fenômenos (TRIVIÑOS, 1987, p.69).

Desta forma, o *trabalho* é categoria fundamental para a compreensão da sociedade e das relações sociais, uma vez que seja diretamente exercido ou armazenado, ele representa o recurso exclusivo da humanidade para enfrentar a natureza.²⁰ O PRONATEC é parte da política brasileira de qualificação profissional, carrega em seu nome a palavra emprego, ou seja, estamos diante de um tipo de qualificação que visa possibilitar o acesso ao mercado de trabalho; todavia, não podemos esquecer que esta política de qualificação profissional não pode ser analisada de forma isolada, ela se manifesta em uma determinada realidade que é histórica e que acontece dentro de um modo de produção, o capitalista.

Para Marx, a essência do ser humano está no trabalho. O que os homens produzem é o que eles são. O homem é o que ele faz e a natureza dos indivíduos depende, portanto, das condições materiais que determinam sua atividade produtiva. O trabalho é pressuposto de uma forma que o caracteriza como exclusivamente humano, o trabalho humano é proposital, ao passo que o trabalho dos outros animais é instintivo.

Marx pensa as relações do homem com sua história não de uma maneira especulativa, mas na perspectiva do ser social historicamente determinado. O trabalho, desta forma, deve ser reconhecido como o centro da ontologia do ser social, uma vez que todas as demais formas de atividade humana dependem fundamentalmente da capacidade de nossa espécie de prover sua subsistência. O trabalho é a base (ou o determinante) do desenvolvimento social.

²⁰ Qualquer ato de trabalho é uma “atividade produtiva” de um determinado tipo, que visa um objetivo determinado. Esse aspecto da atividade de trabalho “é uma condição da existência humana independente de qual seja a forma de sociedade; é uma necessidade natural eterna que medeia o metabolismo entre o homem e natureza e, portanto, a própria vida humana”. Qualquer ato de trabalho pode ser considerado separadamente de suas características específicas, simplesmente como dispêndio de força de trabalho humana “o trabalho humano puro e simples, o dispêndio do trabalho humano em geral” (BOTTOMORE, 2012, p. 564).

A capacidade de trabalho faz com que o homem seja um ser histórico; isto porque cada geração recebe condições de vida e as transmite a gerações futuras, sempre modificadas – para pior ou para melhor. Embora tenha o potencial transformador da realidade, o que o homem mais recusa é trabalhar. Foge do que o tornaria humano porque não se reconhece no que faz, no que produz, no mundo que transforma. Porque trata-se de trabalho alienado (MARX, 2015, p. 14).

Frigotto (2009) aponta que para Marx e Engels, os sentidos e significados do trabalho resultam e constituem-se como parte das relações sociais em diferentes épocas históricas. O autor trata da polissemia da categoria trabalho, trata-se de captar os sentidos e os significados do trabalho, implica em analisar como se produz a sociedade nos âmbitos da economia, da cultura, da política, da arte e da educação.

O autor traz diferentes abordagens para a categoria trabalho, entre eles a especificação que Bottomore faz no *Dicionário do Pensamento Marxista*, até estudos que buscam explicitar como surgiu e se desenvolveu o sentido que temos hoje de trabalho reduzido a emprego como quantidade de tempo pago por uma determinada atividade. Nas obras de Lukács sobre a ontologia do ser social em Marx, que tratam o trabalho na sua dimensão ontocriativa, diferentemente do animal, os seres humanos criam e recriam a natureza pela ação consciente do trabalho. Em Kosik, a compreensão de trabalho aparecerá como um processo que permeia todo o ser do homem e constitui a sua especificidade. Por isso ele não se reduz à atividade laborativa ou emprego (FRIGOTTO, 2009).

A produção capitalista exige um intercâmbio de relações, mercadorias e dinheiro, mas sua diferença mais específica é a compra e venda de força de trabalho. Estamos lidando com uma relação social onde o trabalhador faz o contrato de trabalho porque as condições sociais não lhe dão outra alternativa para ganhar a vida. O empregador por outro lado, é o possuidor de uma unidade de capital que ele se esforça por ampliar e para isso converte parte dele em salários. O que o trabalhador vende e o que o capitalista compra não é uma quantidade contratada de trabalho, mas a força para trabalhar por um período contratado de tempo (BRAVERMAN, 1981).

A divisão do trabalho, essencial ao processo de implantação do modo de produção capitalista, é o eixo sobre o qual se articulam as colocações de Marx em torno do tema da

educação. Estabelece-se uma divisão entre os tipos de atividade e os tipos de aprendizagem, prolongando-se uma divisão social e técnica que interfere no desenvolvimento do indivíduo.

O modo de produção capitalista se caracteriza pela exploração, isto é, pela apropriação da força de trabalho. O capital se apropria da força de trabalho e a objetiva, a realiza a fim de gerar mais-valia. Trabalho produtivo é aquele que gera mais-valia. Ora, por ele mesmo o capital somente se apropria daquela força de trabalho que pode gerar mais-valia, procurando que toda força de trabalho esteja em condições de gerá-la. Esse “estar em condições de” é obtido através da qualificação com um ensino adequado (MARX, 1992, p.6).

De forma geral, considero ser este o método mais adequado para a análise que esta pesquisa se propõe, justamente porque estamos trabalhando com uma política pública de qualificação profissional, ou seja, o Estado em ação, pela sua análise podemos perceber algumas das mediações do Estado, a sua natureza e o seu papel perante a sociedade. A existência deste programa está intimamente relacionada com as condições e as relações econômicas do sistema capitalista brasileiro.

Ribeiro (2014) chama a atenção para a inserção do PRONATEC dentro de um contexto de acumulação flexível do capital no Brasil. Segundo o autor, o governo traz para o mercado de empregos trabalhadores até então excluídos, chamando a atenção para as políticas governamentais da primeira década do século XXI (metas de inflação, política de valorização do salário mínimo, políticas de transferência de renda, expansão do crédito) e as mudanças no mundo do trabalho, como a queda do desemprego e a expansão do chamado “emprego formal”, para então propor um programa que enfatiza a formação pontual, com foco no emprego²¹.

Segundo Cassiolato (2014), o programa está inserido em um arranjo político-institucional de políticas representativas do governo, na busca pela promoção do desenvolvimento. De acordo com este estudo, a partir de 2003 o país iniciou uma nova trajetória no mercado de trabalho, com a criação de novos postos e com a formalização de contratos. Com o crescimento econômico do país, começa a aparecer uma “escassez localizada de mão de obra qualificada”, diante deste

²¹ “Os termos trabalho e emprego, interagiram tanto no seu desenvolvimento quanto em sua inter-relação. Com efeito, com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, o trabalho, na sua dimensão ontológica, forma específica da criação do ser social, é reduzido a emprego – uma quantidade de tempo vendida ou trocada por alguma forma de pagamento. Dessa redução ideológica resulta que, no senso comum, a grande maioria das pessoas entenda como *não trabalho* o cuidar da casa, cuidar dos filhos etc.” (FRIGOTTO, 2009, p.176).

crescimento e desta criação de novos postos de trabalho, o mercado demandou um protagonismo do Estado na organização da educação profissional, sendo o PRONATEC a resposta a esta demanda. Considerando a concepção marxista do Estado como o instrumento de uma classe dominante, esta exerce a sua função de assegurar e conservar os interesses das classes economicamente dominantes, que a despeito das disposições ideológicas e políticas daqueles que dirigem o Estado, suas políticas devem assegurar a acumulação e a reprodução do capital. Assim, penso que o materialismo-histórico disponibiliza categorias e ferramentas que permitem compreender este fenômeno de uma forma não isolada, mas sim considerando as condições históricas, econômicas, políticas e sociais que viabilizaram a existência deste programa neste momento.

4.3 AS FONTES DE INFORMAÇÕES

Como já fora referido anteriormente, a aproximação com a temática do PRONATEC surgiu ainda no período em que era estagiária do curso de graduação. Após ingressar no mestrado do PPGEDU, foram surgindo diferentes interesses em relação a este tema e entre eles surgiu a necessidade de conhecer o público que acessa a política. Desta forma, foi disponibilizado pelo DETRAB²² um arquivo que continham os dados de todos os alunos pré-matriculados no PRONATEC-FIC no Rio Grande do Sul, no período de 2011 a 2014, a partir destes dados, foi possível retirar as seguintes informações, que se transformaram em variáveis: (a) ano de realização do curso; (b) município de realização do curso; (c) sexo do participante; (d) data de nascimento/idade; (e) PCD; (f) cor da pele; (g) escolaridade; (h) rede ofertante do curso; (i) curso inscrito; (j) situação do curso (matriculado/não matriculado, concluinte/não concluinte).

Neste mesmo arquivo disponibilizado pelo DETRAB as seguintes informações não foram consideradas na análise, sendo elas: nome do participante data de inscrição da pré-matrícula, previsão de conclusão, CPF do aluno, e-mail, telefone, data de confirmação da situação detalhada, rede demandante, na empresa.

²² Foi encaminhada ao DETRAB uma solicitação, onde foi pedido acesso as informações que seriam necessárias para esta pesquisa. No dia 10/06/2015, através de e-mail, foram enviados os dados solicitados.

As informações que foram descartadas na análise dizem respeito em sua maior parte a preservação do sigilo dos dados dos participantes, as datas de inscrição e confirmação não foram consideradas por já termos a definição da situação detalhada de cada participante, não havendo necessidade de cruzamento de datas, em relação à rede demandante todos os cursos foram demandados pelo MDS e a variável na empresa não foi considerada por não haver nenhum caso de curso sendo ofertado em empresas, todos eram de demanda do MDS e pactuados com a rede ofertante.

É importante destacar que essas informações foram obtidas a partir do preenchimento das fichas de inscrições dos participantes, no município onde foram ofertados os cursos. Estes dados são enviados ao DETRAB a partir de um sistema chamado SISTEC²³. Os dados contêm informações inclusive dos alunos que não tiveram suas matrículas efetivadas, estavam apenas pré-matriculados, mas achamos que seria interessante conhecer a situação destas pessoas, também, pois a situação final do aluno no registro do SISTEC trazem informações interessantes sobre os rumos do Programa.

Assim, selecionados os dados que seriam analisados para traçar o perfil do participante, as informações foram organizadas e transferidas para o software estatístico SPSS, versão 22, uma vez que através desta ferramenta foi possível se fazer os levantamentos estatísticos necessários. Foi-nos enviada apenas a data de nascimento dos participantes, de forma que estas datas foram convertidas em idade para facilitar a interpretação dos dados.

Outra informação que não constava nas planilhas do DETRAB, mas que foi acrescentada no banco de dados foi o Eixo Tecnológico²⁴ dos cursos. Por se tratar de um banco com muitos participantes e muitos tipos de curso ofertados, a visualização muitas vezes não se tornava clara, de forma que os cursos ofertados foram encaixados nos seus respectivos Eixos.

²³ Como o DETRAB é um órgão do Estado do Rio Grande do Sul, ele unifica as informações referentes do PRONATEC-FIC de todo o estado.

²⁴ Os cursos ofertados estão disponíveis no Guia Pronatec de Cursos FIC, sendo que cada um dos cursos pertence a um determinado Eixo Tecnológico (Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br/fic/>. Acesso em 26/09/2016).

4.4 O REFERENCIAL METODOLÓGICO

Esta pesquisa se guiou por um referencial de abordagem qualitativo e quantitativo. Uma vez que:

A primeira tem como campo de práticas e objetivos trazer à luz dados, indicadores e tendências observáveis. Deve ser utilizada para abarcar, do ponto de vista social, grandes aglomerados de dados, de conjuntos demográficos, por exemplo, classificando-os e tornando-os inteligíveis através de variáveis. A segunda adéqua-se a aprofundar a complexidade dos fenômenos, fatos e processos particulares e específicos de grupos mais ou menos delimitados em extensão e capazes de serem abrangidos intensamente (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 247).

O método quantitativo visa quantificar dados, fatos ou opiniões, na forma de coleta de informações. A coleta de dados enfatizará números (ou informações conversíveis em números), os dados são analisados com apoio da Estatística (inclusive multivariada) ou outras técnicas matemáticas. No planejamento deste tipo de estudo, um dos mais importantes passos a serem dados é a identificação das variáveis específicas que possam ser importantes, para assim explicar as complexas características de um problema. (DALFOVO *et al*, 2008).

As hipóteses estão constituídas por uma, duas ou mais variáveis. Isto significa salientar a importância das variáveis, já que sem elas é impossível ter uma ideia clara dos rumos e conteúdos da pesquisa. As variáveis são “características observáveis de algo” que podem apresentar diferentes valores. As variáveis que foram escolhidas para este trabalho são como já fora referenciado anteriormente: (a) ano de realização do curso; (b) município de realização do curso; (c) sexo do participante; (d) data de nascimento/idade; (e) PCD; (f) cor da pele; (g) escolaridade; (h) rede ofertante do curso; (i) curso inscrito; (j) situação do curso (matriculado/não matriculado, concluinte/não concluinte) (TRIVIÑOS, 1987).

Deve-se exercer certo julgamento de que qualidades são relevantes para a explicação de um determinado problema. Ao determinar estas qualidades, faz-se necessário quantificá-las, objetivando obter resultados que permitam a análise e a interpretação dos dados. O objetivo da quantificação não é o de descaracterizar os fenômenos e os processos sociais, mas sim permitir a sua interpretação, sem desconsiderar o contexto social, econômico e político do fenômeno.

Triviños (1987) esclarece que não há porque se estabelecer uma dicotomia entre as pesquisas qualitativas e quantitativas, segundo o autor, toda pesquisa pode ser ao mesmo tempo qualitativa e quantitativa. O dado estatístico serve de instrumento para uma interpretação mais ampla, verificando empiricamente as hipóteses.

O uso da pesquisa qualitativa neste trabalho é amparado pela necessidade de não simplesmente quantificar uma população, muitas informações sobre a vida destas pessoas que participam do programa precisam ser exploradas. Desta forma:

(...) justifica-se a busca de uma metodologia que, considerando também o contexto do fenômeno social que se estuda, privilegia a prática e o propósito transformador do conhecimento que se adquire da realidade que se procura desvendar em seus aspectos essenciais e acidentais. Por isso, consideramos como válido o enfoque histórico-estrutural para nossa realidade social que, empregando o método dialético, é capaz de assinalar as causas e as consequências dos problemas, suas contradições, suas relações, suas qualidades, suas dimensões quantitativas, se existem, e realizar através da ação um processo de transformação da realidade que interessa (TRIVIÑOS, 1987, p. 125).

De forma geral, esta pesquisa não busca apenas descrever um perfil, ela busca ir além, ela tenta capturar não apenas a aparência deste fenômeno, mas compreender a sua realidade. Busca compreender e explicar a origem deste perfil, as suas relações com o contexto sob o qual está inscrito, e de alguma forma se esforça para compreender as consequências que este perfil de participante pode ter em nossas vidas.

4.5 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população que é analisada neste estudo são a de alunos pré-matriculados nos cursos do PRONATEC-FIC no Estado do Rio Grande do Sul, entre os anos de 2011 e 2014. A escolha deste recorte temporal inicia-se pelo ano em que entra em vigor a lei que institui o PRONATEC como política pública²⁵ e segue pelos anos seguintes, encerrando no ano de 2014, uma vez que quando estava sendo elaborado o projeto de dissertação que deu origem a esta pesquisa no ano de

²⁵ Lei 12.513 de 26 de outubro de 2011.

2015, o programa estava suspenso em muitas das unidades ofertantes, não havendo quase dados para o ano de 2015, sendo assim, optou-se por se trabalhar com os dados que estavam disponíveis até a plena execução do programa.

Este trabalho não trabalha com um cálculo de amostragem, ele se utiliza da população que se pré-matriculou no programa no período compreendido, assim, temos a seguinte situação:

Quadro 3 – Pré-matrículas do PRONATEC –FIC no Rio Grande do Sul por ano

ANO	PRÉ-MATRÍCULAS
2011	241
2012	69230
2013	70934
2014	99726
TOTAL	240131

Fonte: DETRAB/STDS – Compilado pela autora

Não foi estabelecido um cálculo de amostragem para esta pesquisa, desta forma, utilizou-se o número total de participantes nos anos que compreendem a análise.

4.6 PROCEDIMENTOS

Inicialmente, considero importante salientar e justificar as razões que levaram a escolha e a utilização das variáveis, que permitiram apresentar o perfil do participante do PRONATEC-FIC. Para isso, devemos compreender o que o governo, ao formular esta modalidade de participação, compreendia como sendo seu público-alvo.

O PRONATEC, de forma geral, é um programa de iniciativa do Ministério da Educação, que visa ampliar a oferta de vagas na educação profissional brasileira e, melhorar as condições

de inserção no mundo do trabalho. O programa atua em parceria com outros ministérios e apresenta diversos eixos; contudo, minha atenção está principalmente na modalidade FIC.

A modalidade FIC está inserida no eixo PRONATEC/BSM e atua em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Esta modalidade prevê o atendimento prioritário aos beneficiários de programas federais de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família e o Benefício de Proteção Continuada, o PRONATEC alinha-se ao esforço de superação da extrema pobreza do Plano Brasil Sem Miséria. Essa linha de atuação do programa é voltada ao público do programa Bolsa Família e aos inscritos no Cadastro Único de Programas Sociais (CADÚNICO).

São estabelecidos como objetivos do PRONATEC: oferecer cursos de formação profissional para os beneficiários de programas federais de transferência de renda, de forma a ampliar suas possibilidades de inserção qualificada no mercado de trabalho e expandir a abrangência da oferta de cursos de qualificação social e profissional dos beneficiários de programas federais de transferência de renda, levando em conta as variadas demandas por mão de obra qualificada nas localidades e o perfil dos beneficiários das transferências de renda.²⁶ Segundo o próprio governo, para alcançar os objetivos do Plano Brasil Sem Miséria, na busca pela superação da extrema pobreza, foi necessária uma mudança de postura do próprio Estado, que esteve centrada no reconhecimento do direito de todas às políticas públicas e no acesso dos mais pobres a bens e serviços públicos, que facilitasse o acesso aos mais frágeis, aos menos informados e aos mais isolados (BRASIL, 2014).

²⁶ O Plano Brasil Sem Miséria tem por objetivo alinhar ações voltadas para a população mais pobre do país, fazendo com que esse público, que muitas vezes não era “alcançado” pelas políticas públicas, fosse reconhecido. Para isso foi necessário inicialmente se traçar uma “Linha de Extrema Pobreza”, que se utilizou do valor de R\$77,00 de renda familiar *per capita*, desde 2014. Com o apoio do Cadastro Único para Programas Sociais, possibilitou-se que as ações do Plano fossem direcionadas para as famílias em situação de extrema pobreza. São identificados pelo Cadastro Único, diferentes públicos seja em áreas urbanas (moradores de periferia, catadores de material reciclável, população em situação de rua), seja no meio rural (assentados e acampados, indígenas, quilombolas, agricultores familiares). O Cadastro busca desenhar um mapa da pobreza, trazendo informações sobre sexo, raça/cor, idade, nome e endereço das famílias e de cada um dos seus membros. No Cadastro estão disponíveis também informações sobre a situação do domicílio, benefícios recebidos pela família, natureza do trabalho e da remuneração, nível de escolaridade e frequência escolar e documentação. O Cadastro tem também campos específicos para identificação da família como público específico (ciganos, quilombolas, indígenas, extrativistas, catadores de material reciclável, população em situação de rua, entre outros) (BRASIL, 2014).

O ponto de partida do Plano é que a pobreza atende por diversos nomes: insuficiência de renda; acesso precário à água, energia elétrica, saúde e moradia; baixa escolaridade; insegurança alimentar e nutricional; formas precárias de inserção no mundo do trabalho, entre outros. As diversas características que traduzem as distintas manifestações da pobreza têm expressão no território e assim se pode afirmar que a miséria tem nome, endereço, cor e sexo e, embora a renda também seja um indicador de pobreza, trata-se de um mecanismo insuficiente para medir o bem estar. A pobreza se manifesta, sobretudo, em privação do bem estar. Com isto, afirmamos que a pobreza é um fenômeno multidimensional e, portanto, requer também indicadores não monetários para seu dimensionamento (FONSECA, 2011, p.87).

Fonseca (2011) apresenta características daqueles que são considerados extremamente pobres, entre eles podemos encontrar diferenças de cor, de sexo, de faixa etária, qualidades que apresentam diferenciações e discriminações que possuem uma história pregressa que se manifesta ainda hoje. Desta forma, ao escolhermos variáveis, qualidades, para analisar o perfil dos participantes do Programa, não estamos apenas trabalhando com simples características, estamos debruçados sobre o caráter social destas categorias e sobre o aspecto social desta política pública, que atende um público que está em uma situação de vulnerabilidade²⁷, permeado por discriminações e por desigualdades das mais diferentes formas. A escolha das variáveis justifica-se pela possibilidade de analisar a diversidade e as desigualdades que envolvem a população participante desta política pública, além de possibilitar a compreensão do que se entende por vulnerabilidade social e a forma de superação desta vulnerabilidade através da “inclusão produtiva”, ou seja, de sua inserção econômica²⁸.

O banco de dados disponibilizado pelo DETRAB continha dados de todos os pré-matriculados nos cursos do PRONATEC desde o início da implementação do programa até o ano de 2014. Este banco é abastecido por informações dos próprios municípios onde são realizados os cursos. Para gerar o perfil dos participantes o banco foi “limpo” ficando apenas as variáveis utilizadas para a análise. Uma das variáveis que não existia no banco era a de Eixo Tecnológico

²⁷ O uso do termo “vulnerabilidade social” já foi utilizado anteriormente em outras políticas de qualificação profissional, como o PLANFOR e o PNQ, como critério de público-alvo. De acordo com o MTE (2001), vulnerabilidade é a dificuldade de acesso ao trabalho e a outras formas de qualificação profissional, por razões de pobreza, baixa escolaridade e outros fatores de discriminação e seletividade do mercado de trabalho.

²⁸ O governo apresenta o diferencial do PRONATEC pela sua adaptação ao mercado de trabalho, possibilitando que os cursos ofertados estejam afinados com o desenvolvimento econômico local. Uma das principais formas de gerar esta aproximação é pelo incentivo da adesão do programa em parceria com o Acessuas Trabalho, fazendo uma busca pelas possibilidades de emprego formal, pelo empreendedorismo individual ou pelo empreendedorismo de economia solidária, objetivando o encaminhamento dos egressos do programa a ações de intermediação da mão de obra, principalmente em parceria com o SINE. (BRASIL, 2014).

dos cursos, assim como as idades, que estavam em forma de data de nascimento²⁹. Estas datas de nascimento, após convertidas em idade, foram agrupadas em faixas de idades, utilizando a mesma divisão realizada pelo IBGE no Censo Demográfico de 2010.

Na primeira etapa de apresentação dos resultados encontrados foi mostrada a situação do PRONATEC no Rio Grande do Sul e após a apresentação e análise do perfil dos trabalhadores participantes do programa. Para compreender o arranjo dos dados, fiz uso do método de “agrupamento de dados”, para, partindo desse agrupamento, obter as estatísticas descritivas já definidas. Com esses dados organizados em variáveis, foi possível designar as frequências relativas. A distribuição da frequência possibilitou agrupar os dados de modo que foram fornecidas as quantidades e as porcentagens para cada variável. Ainda fazendo uso da estatística descritiva, utilizei a “tabulação cruzada”, onde duas variáveis foram tabuladas simultaneamente. Nesta tabulação, a amostra ficou dividida em subgrupos, tornando possível a verificação das respostas e as suas diferenças de grupo para grupo, facilitando a análise dos dados.

Em relação a variável “Situação Detalhada”, considerou-se a denominação apresentada para dividir o grupo em Matrícula Efetivada. Nele, estão considerados os concluintes, evadidos, reprovados, transferência interna de curso e com o curso ainda em andamento, e Matrícula não efetivada, onde foram considerados os grupos que tiveram matrícula cancelada, vaga insuficiente, turma/curso cancelado, escolaridade insuficiente e pré-matrículas que aguardavam confirmação. Esta divisão tornou possível que conhecêssemos a situação de cada participante, ao passo que o banco de dados apresenta dados de Pré-Matrículas, considerando todos aqueles que preenchem formulário de interesse em participar do programa. Para analisar os municípios e a sua participação no programa, uma vez que temos 332 municípios³⁰ do Rio Grande do Sul com inscrições, consideramos primeiramente aqueles com população acima de 100 mil habitantes, de acordo com a classificação da FEE, e após analisamos aqueles municípios com maior número de inscrições percentuais. A análise interpretativa dos dados se apoiou nos seguintes aspectos: (a) nos resultados do estudo; (b) na fundamentação teórica; (c) na minha experiência pessoal e (d) análise da revisão bibliográfica sobre o tema.

²⁹ As datas de nascimento foram transformadas em idade, levando em consideração o ano em que foi realizada a pré-matrícula, ou seja, considerou-se a idade do participante quando ele estava realizando o curso. Os eixos tecnológicos foram retirados do Guia Pronatec de Cursos FIC e os cursos foram direcionados para seus respectivos eixos de acordo com o Guia.

³⁰ Listagem com todos os municípios participantes encontra-se no Apêndice I.

É importante ressaltar que a metodologia qualitativa é abordada neste trabalho procurando enfatizar, principalmente, o social como um mundo de significados passível de investigação. Ambas as abordagens, qualitativa e quantitativa, se fazem necessárias neste trabalho, e são utilizadas de forma complementares.

O banco de dados nos oportunizou diversas análises, contudo, é necessário reconhecer as suas limitações. Infelizmente, não foi possível analisar a situação de trabalho dos participantes antes da realização dos cursos e após, assim como não foi possível analisar a situação de oferta dos cursos em relação às vocações econômicas dos municípios.

5 CONHECENDO E ANALISANDO O PERFIL DO TRABALHADOR DO PRONATEC-FIC

Este capítulo apresenta os dados que permitem que conheçamos o perfil dos participantes do PRONATEC-FIC no Rio Grande do Sul. Mais do que apresentar o perfil destes trabalhadores que realizaram os cursos ofertados pelo programa, queremos compreender quem estas pessoas são socialmente, uma vez que estão sendo beneficiadas por uma política pública, que ao ser elaborada é pensada para um público-alvo. Desta forma, este capítulo se dividirá em seções que permitirão análises separadas de determinadas variáveis significantes para a compreensão deste fenômeno que é a execução do PRONATEC.

5.1 A SITUAÇÃO DO PRONATEC-FIC NO RIO GRANDE DO SUL

Esta seção tem como objetivo apresentar inicialmente a situação do PRONATEC-FIC no estado no quadriênio 2011-2014. É possível visualizar o crescimento do programa, desde as pré-matrículas realizadas, até a situação detalhada do resultado final destas pré-matrículas em cada ano³¹.

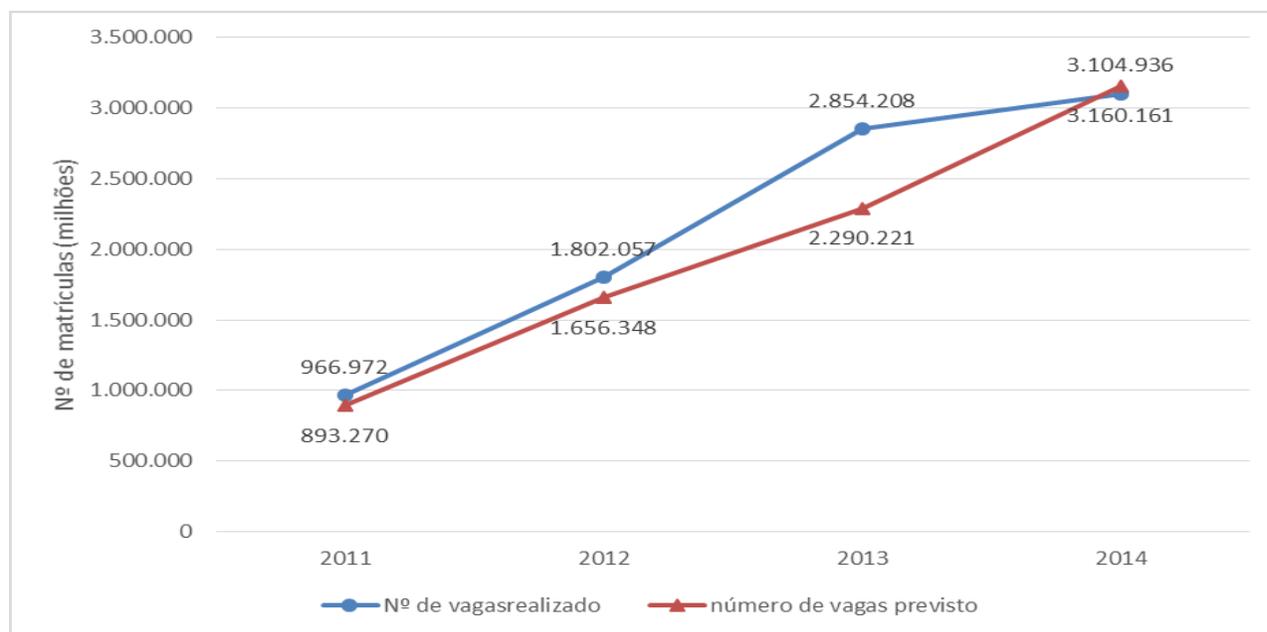
Desde os anos 2000, com o governo Lula e posteriormente com o governo de Dilma Rouseff, há uma intensificação por parte do governo em combater à pobreza, um dos maiores exemplos é a criação do Programa Bolsa Família (PBF). O PRONATEC/BSM também é uma das ações do governo como política de enfrentamento da pobreza extrema, uma vez que prioriza trabalhadores inscritos no Cadastro Único dos Programas Sociais³².

³¹ A pré-matrícula é um documento preenchido pelo trabalhador que tem interesse em realizar os cursos, não necessariamente esta pré-matrícula vira uma matrícula, por isso a necessidade de se detalhar o que acontece mesmo com aqueles que não efetivam matrícula, e com aqueles que realizam a matrícula, é necessário saber qual a sua situação ao final do curso.

³² O Cadastro Único para Programas Sociais é um instrumento criado para identificar e localizar as famílias com renda mensal per capita de até meio salário mínimo (ou de até três salários mínimos no total), de forma a subsidiar a formulação e a implementação de políticas sociais nas três esferas de governo.

A superação da pobreza extrema, uma das principais metas do governo, traz o PRONATEC-FIC, um dos eixos do BSM, como forma de oportunizar a ocupação e a geração de renda, com a intenção de inserir este público no mercado de trabalho, desta forma, dificilmente teríamos outra situação senão a de crescimento do programa. Implementado inicialmente no final do ano de 2011, o programa já previa um aumento do número de ofertas de vagas até o ano de 2014. A meta nacional era de 893.270 vagas para o ano de 2011, ao passo que em 2014 a meta estipulada era de 3,1 milhões de vagas. O Gráfico 1 nos apresenta os dados de crescimento de vagas do programa de forma nacional. Como podemos perceber, o programa superou as metas de crescimento em todos os anos, com exceção do ano de 2014, onde as vagas ofertadas ficaram abaixo das vagas previstas.

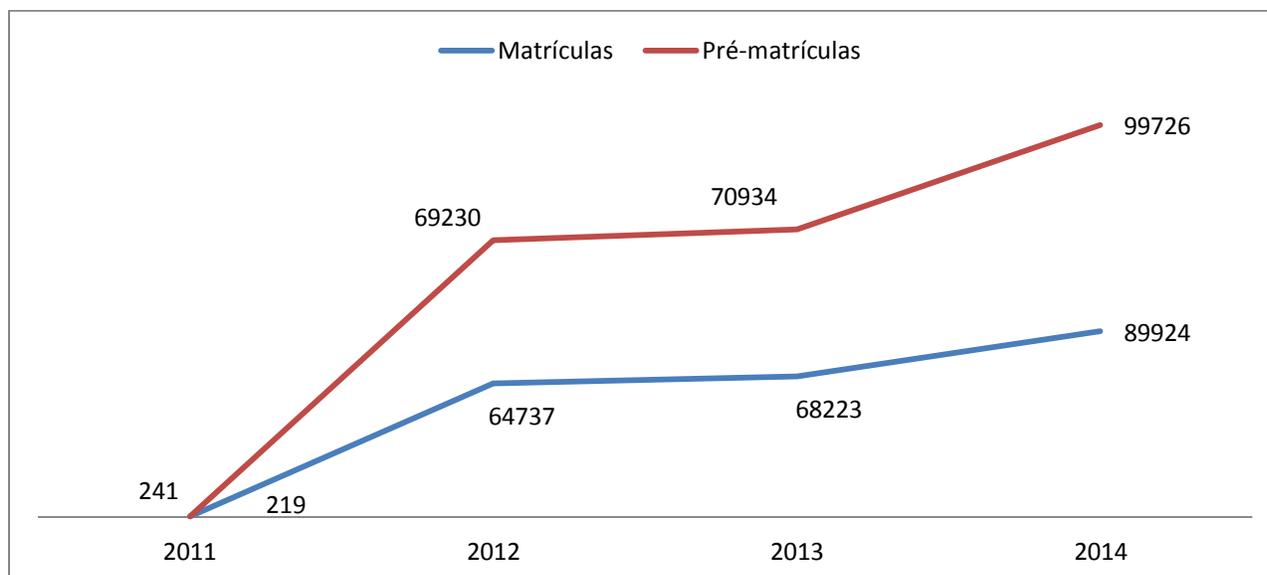
Gráfico 1 – Crescimento de vagas ofertadas pelo PRONATEC, em modalidades técnicas e FIC, no Brasil



Fonte: SETEC (2013)

No Rio Grande do Sul, o programa acompanhou o crescimento nacional. Apesar de não ter acesso ao número de vagas pactuadas para o estado em cada ano, podemos observar pelo Gráfico 2 que o número de pré-matrículas e matrículas aumentou ano a ano³³.

Gráfico 2 – Crescimento de Pré-matrículas e matrículas do PRONATEC – FIC no Rio Grande do Sul



Fonte: SISTEC/STDS/DETRAB - elaborado pela autora

Podemos perceber que apesar de haver crescimento no número de matrículas em cada ano, o número de pré-matriculados é sempre maior, muitos dos trabalhadores que se inscreveram nos cursos, acabaram por alguma razão não efetivando a sua matrícula. Tentando compreender o que acontece com essas pré-matrículas, buscamos a situação detalhada de cada aluno em seus respectivos anos.

³³ Quando estagiária da Secretaria do Trabalho o estado era sempre apontado como destaque, pois o programa aparecia como tendo o maior número de matrículas do país; contudo, não encontrei dados oficiais que comprovassem esta situação, apenas uma notícia veiculada no Jornal de Novo Hamburgo, disponível em: http://www.jornalnh.com.br/_conteudo/2014/05/noticias/rio_grande_do_sul/39795-rio-grande-do-sul-e-destaque-no-pronatec.html (Acesso em 28 out. 2016).

Quadro 4 – Situação Detalhada das pré-matrículas do PRONATEC-FIC no Rio Grande do Sul por ano

Situação	2011	2012	2013	2014	Percentual
Concluintes	5	21529	40205	37528	41,3%
Reprovados	0	5525	3088	2841	4,8%
Em curso	0	31	72	3745	1,6%
Abandono	19	10074	14243	16671	17%
Não compareceu	194	27455	10463	29017	27,9%
Transferência Interna	1	123	152	122	0,16%
Turma Cancelada	20	2677	2711	3872	3,8%
Vagas Insuficientes	1	1462	0	553	0,8%
Aguardando Confirmação	0	34	0	15	0,02%
Escolaridade Insuficiente	0	1	0	145	0,06%
Inscrição Cancelada	1	319	0	5166	2,2%
Total	241	69230	70934	99675 ³⁴	100%

Fonte: SISTEC/STDS/DETRAB – compilado pela autora

O Quadro 4 nos apresenta a situação detalhada dos alunos pré-matriculados, desta forma podemos ter uma ideia de qual o destino das pessoas que se mostraram interessadas em participar dos cursos, sendo que temos um total para o quadriênio de 155.974 matrículas, o que corresponde a 64,9% do total. O Quadro 5 nos apresenta a mesma situação, porém, contabilizando todos os anos.

Quadro 5 – Situação Detalhada das Pré-Matrículas do PRONATEC-FIC no Rio Grande do Sul no quadriênio (2011-2014)

Situação	2011 - 2014	Percentuais
Concluintes	99267	41,3%
Reprovados	11454	4,8%
Em curso	3848	1,6%
Abandono	41007	17%
Não compareceu	67129	27,9%
Transferência Interna	398	0,16%
Turma Cancelada	9280	3,8%
Vagas Insuficientes	2016	0,8%
Aguardando Confirmação	49	0,02%

³⁴ Em especial no ano de 2014, há um número de alunos que não foram contabilizados por não estar claro se efetivaram matrícula. Por se tratar de um número muito pequeno, não houve prejuízo na análise.

Escolaridade Insuficiente	146	0,06%
Inscrição Cancelada	5486	2,2%
Total	240080	100%

Fonte: SISTEC/STDS/DETRAB – compilado pela autora.

Apesar de observarmos sempre aumento no número matrículas, chama a atenção o elevado número de evasão, que pode ser visto nas situações de abandono ou não comparecimento. Pereira, Campos e Medina (2012) apontam a evasão como um dos principais problemas das políticas públicas; contudo, para os autores as questões que possuem maior relevância sobre a evasão estão ligadas à complexidade do atendimento ao público alvo.

O pêndulo do oferecimento de vagas sempre varia entre a universalização da oferta e a focalização, que, por sua vez, pode ser entendida como destinada àqueles com maior potencial para conseguir um emprego a partir da realização dos cursos ou pode ser voltada para aliviar as condições de vulnerabilidade socioeconômica dos mais carentes de renda e serviços. A própria dinâmica do dia a dia do público-alvo descreve dificuldades para optar por uma oferta de qualificação mais consistente e de maior duração - com alto risco de evasão maciça de alunos, ou por cursos de rápida duração, porém com efeitos ainda mais limitados de cumprir a meta de inserção no mercado. (PEREIRA, CAMPOS E MEDINA, 2012, p. 35)

Outros trabalhos que estudam a questão da evasão do PRONATEC, como o de Minetti (2014), apontam a dificuldade de aprendizado e de acompanhamento do conteúdo ensinado, assim como as condições socioeconômicas dos participantes, como uma das causas da evasão. Outra condição que propicia a evasão e que chama a atenção é a questão do trabalho. Minetti chama atenção para a dificuldade de conciliação do horário do trabalho com o horário do curso, acompanhados pelo desgaste físico e emocional de conciliar estudos e trabalho.

Podemos perceber o crescimento do Programa no estado pelo número de municípios que fizeram a adesão ao programa³⁵. Até o ano de 2014, 332 municípios³⁶ do Rio Grande do Sul

³⁵ Para participar do programa é necessário que a prefeitura faça a adesão através do preenchimento de um formulário eletrônico. Os recursos para custear os cursos são transferidos diretamente do Governo Federal para a Instituição ofertante. Para acessar e preencher o formulário de adesão é necessário o uso da senha do SUAS, de uso das Secretarias Municipais de Assistência Social. O MDS providencia a habilitação da prefeitura e orienta o interlocutor municipal sobre os procedimentos. O interlocutor municipal é responsável pela negociação com as redes ofertantes de vagas e cursos a serem disponibilizados. É recomendado que se estabeleça uma mesa de negociação ampla, envolvendo as áreas de trabalho, educação e assistência social do município, as entidades ofertantes dos cursos e as representações empresariais e de trabalhadores (MDS, 2013).

³⁶ Conforme Apêndice I.

haviam aderido ao programa. A FEE destaca 18 municípios no Estado com população acima de 100 mil habitantes³⁷; contudo, o que pode ser percebido é que embora todos estes municípios tenham feito a adesão ao programa, estes mesmos não foram os maiores em termos de participantes.

Quadro 6 – Pré-matrículas do PRONATEC-FIC dos municípios gaúchos com mais de 100 mil habitantes

Município	Pré-matrículas	Percentuais
Porto Alegre	23029	9,6%
Caxias do Sul	10574	4,4%
Pelotas	8504	3,5%
Novo Hamburgo	7136	2,9%
São Leopoldo	7009	2,9%
Uruguaiiana	5527	2,3%
Canoas	4808	2%
Rio Grande	4545	1,8%
Santa Maria	4410	1,8%
Santa Cruz do Sul	4243	1,7%
Sapucaia do Sul	3295	1,3%
Bagé	3095	1,2%
Viamão	2487	1%
Passo Fundo	2016	0,8%
Bento Gonçalves	1908	0,7%
Gravataí	1899	0,7%
Cachoeirinha	1623	0,6%
Alvorada	1467	0,6%

Fonte: SISTEC/STDS/DETRAB – compilado pela autora

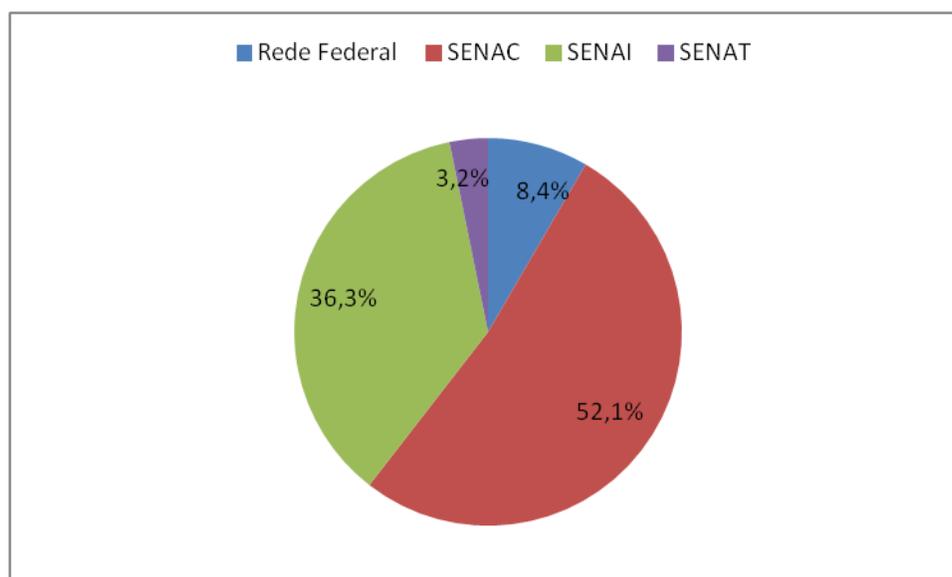
Porto Alegre é responsável por 9,6% das pré-matrículas realizadas no Estado, seguida por Caxias do Sul, que representa 4,4% do percentual de pré-matrículas. Chama a atenção o número de pré-matrículas em cidades com menos de 80 mil habitantes, como é o caso de municípios como Três Passos (1,2%), Santo Ângelo (2,1%), Venâncio Aires (1,3%), Santa Rosa (1,6%),

³⁷ São os municípios com mais de 100 mil habitantes no estado: Porto Alegre, Caxias do Sul, Canoas, Pelotas, Santa Maria, Gravataí, Viamão, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Alvorada, Rio Grande, Passo Fundo, Sapucaia do Sul, Uruguaiiana, Cachoeirinha, Santa Cruz do Sul, Bagé e Bento Gonçalves (FEE, 2016). Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/perfil-socioeconomico/estado/municipios-do-rio-grande-do-sul-com-mais-de-100-mil-habitantes/> (Acesso em 28 out. 2016)

Alegrete (1,2%), Farroupilha (1,3%) e Ijuí (1,6%), municípios menores e com percentuais de pré-matrículas superiores a de cidades maiores, o que nos mostra a interiorização do programa.

A interiorização do programa no Estado pode ser justificada pela realização das Caravanas de Inclusão no âmbito do RS Mais Igual³⁸ em diversas localidades do Estado. Nestas caravanas, realizadas pelo Governo Estadual, havia mobilização para visitar municípios mais pobres, com o objetivo de alcançar comunidades em situação de extrema pobreza e desta forma incluí-los nos programas sociais, entre eles, o PRONATEC. Em relação à Rede Ofertante dos cursos, temos uma situação que já fora prevista e criticada por muitos estudiosos do PRONATEC.

Gráfico 3 – Percentual de pré-matrículas por rede ofertante³⁹



Fonte: SISTEC/STDS/DETRAB – compilado pela autora

³⁸ O Programa RS Mais Igual está integrado ao Plano Brasil Sem Miséria e envolve um grande número de secretarias, além da Casa Civil. O RS Mais Igual tem como base a implementação de políticas públicas, buscando retirar gaúchos que vivem em condições degradantes e desumanas, através da inclusão nos programas federais e dos projetos e ações de cada uma das secretarias e órgãos do governo estadual. O desafio do RS Mais Igual é, constituir uma rede de parcerias com as prefeituras e a sociedade civil. Disponível em: <http://www.centraldeinformacao.rs.gov.br/conteudo/1024/o-que-e-e-como-funciona-o-programa-rs-mais-igual> (Acesso em 28 out.2016).

³⁹ A Rede Estadual e o SENAR não apresentaram número de pré-matrículas nos cursos significativos, por isso estão fora da apresentação.

Apesar de ter havido um crescimento da Rede Federal de Ensino, principalmente durante a gestão de Lula, incluindo a criação de novas escolas técnicas e a federalização de outras já existentes, a implantação dos Institutos Federais, justificadas pela necessidade de expansão da educação profissional e tecnológica, podemos perceber que o a Rede Federal perdeu o seu protagonismo quando se trata da oferta de cursos FIC no Rio Grande do Sul, ficando o Sistema S, e principalmente o SENAC, com a maior parte de oferta dos cursos. Na verdade, esta situação mantém uma característica brasileira de predomínio da oferta privada na educação profissional. Apesar de o PRONATEC apresentar como alguns dos seus objetivos: fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da Educação Profissional e Tecnológica, os dados comprovam que a rede privada é quem vem dando maior suporte para o atendimento desta demanda induzida pelo programa.

Como pudemos ver no Capítulo 3 deste trabalho, muitas pesquisas tem criticado esta relação público-privado que se estabelece com o PRONATEC. Santos e Rodrigues (2012) chamam a atenção para outra situação que se apresenta com o protagonismo do Sistema S na EPT, a criação dos Institutos Federais tinha como objetivo garantir outro tipo de oferta de educação profissional, com outra concepção de educação.

(...) Inserida num planejamento de nação soberana e democrática, comprometida com uma educação emancipatória vinculada ao mundo do trabalho, uma formação profissional mais abrangente e flexível, com menos ênfase na formação para ofícios e mais na compreensão do mundo do trabalho e em uma participação qualitativamente superior nele (SANTOS e RODRIGUES, 2012, p. 12).

Contrariando as expectativas que se tinha quanto a este novo modelo de EPT, o que se percebe é que houve uma manutenção da vinculação dos cursos com o mercado, com a intenção de garantir a continuidade do crescimento econômico do país, garantindo que a falta de mão de obra qualificada prejudicasse este crescimento. Podemos considerar esta situação analisando os cursos mais ofertados pelo programa e seus respectivos eixos.

Quadro 7 – Percentuais de ocupação das pré-matrículas do PRONATEC-FIC por Eixo Tecnológico⁴⁰

Eixo	Percentual Válido
Gestão e Negócios	32,40%
Infraestrutura	14,10%
Controle e Processos Industriais	13,40%
Ambiente e Saúde	12,80%
Informação e Comunicação	10,50%
Produção Cultural e Design	5,30%
Turismo, Hospitalidade e Lazer	5,70%
Desenvolvimento Educacional e Social	2,80%
Produção Industrial	1,60%
Produção Alimentícia	0,90%
Recursos Naturais	0,50%
Segurança	0%

Fonte: elaboração da autora.

O eixo que mais se destaca é o de Gestão e Negócios, tendo como suas principais características a compreensão de tecnologias associadas aos instrumentos, técnicas e estratégias utilizadas na busca da qualidade, produtividade e competitividade das organizações. Abrange ações de planejamento, avaliação e gerenciamento de pessoas e processos referentes a negócios e serviços presentes em organizações públicas ou privadas de todos os portes e ramos de atuação. Este eixo caracteriza-se pelas tecnologias organizacionais, viabilidade econômica, técnicas de comercialização, ferramentas de informática, estratégias de marketing, logística, finanças, relações interpessoais, legislação e ética⁴¹.

Dentro deste eixo é onde se encontra o curso com maior percentual de inscrições, o de Auxiliar Administrativo (13%). Analisando os cursos realizados este é o que tem maior oferta,

⁴⁰ Os cursos são orientados por um Guia PRONATEC de Cursos FIC, que é atualizado conforme a incorporação de novos cursos. Cada curso está inserido dentro de um eixo tecnológico, que tem como objetivo juntar as ofertas de acordo com as suas características científicas e tecnológicas. Disponível em: <http://spp.mec.gov.br/public/pdf/guia-cursos-fic.pdf> (Acesso em 29 out.2016).

⁴¹ A consulta aos eixos tecnológicos, os cursos correspondentes a cada eixo, assim como as suas características encontram-se disponíveis em: <http://pronatec.mec.gov.br/fic/> (Acesso em 16 dez.2016).

seguido do curso de Operador de Computador (7,6%), do mesmo eixo, como podemos ver no quadro 8⁴².

Quadro 8 – Percentual dos cursos mais ofertados no PRONATEC-FIC no Rio Grande do Sul

Curso	Percentual
Auxiliar Administrativo	13%
Operador de Computador	7,60%
Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão	3,70%
Vendedor	3,30%
Lubrificador Industrial	3,10%
Cuidador de Idoso	2,80%
Recepcionista	2,80%
Auxiliar de Recursos Humanos	2,60%
Costureiro	2,50%
Padeiro e Confeiteiro	2%

Fonte: SISTEC/STDS/DETRAB – compilado pela autora.

Estes dados que nos apresentam os cursos que estão sendo mais ofertados são de fundamental importância para compreendermos que tipo de formação a classe trabalhadora está recebendo. Temos dois caminhos que aqui parecem se manifestar o primeiro está relacionado à apropriação da proposta de formação da classe trabalhadora por parte dos empresários. O segundo aspecto diz respeito à apropriação privada do fundo público.

O primeiro aspecto diz respeito às entidades ofertantes dos cursos, uma vez que são dirigidas por grupos burgueses que atuam na indústria, no comércio, na agricultura, nos transportes, representando uma busca dessa classe pela impressão de suas necessidades à formação da classe trabalhadora. Em relação ao segundo aspecto, lidamos com a questão da transferência de recursos públicos para o Sistema S, maior ofertante de cursos do PRONATEC-FIC, como pode ser visto no Gráfico 3 (COSTA, 2015).

⁴² Quando atuava como estagiária no DETRAB, lembro-me de haver uma orientação para que não se aprovassem mais cursos de Auxiliar Administrativo. Havia uma sensação de que este curso era sempre ofertado pela rede (SENAC) devido à falta de necessidade de materiais e espaços específicos, tratava-se de um curso bastante teórico que poderia ser ministrado sem dificuldades de professores e espaços adequados. Não havendo custos nem dificuldades elevadas em ministrá-lo.

Estes cursos de curta duração que estão sendo ofertados, como diz Ribeiro (2014, p.17): “geram a ilusão, de maneira especial, quanto ao sucesso de em 160h preparar alguém para assumir um emprego como, por exemplo, o de torneiro mecânico ou auxiliar administrativo”. Para o autor, isso indica uma precária inserção profissional, uma inclusão excludente às relações salariais capitalistas. Há a orientação de que no momento onde são pactuadas as vagas, devem ser levadas em conta as características da população inscrita no Cadastro Único, as oportunidades de emprego e a vocação econômica do município, de forma a ampliar as chances de que os trabalhadores possam usar os conhecimentos para gerar renda para as suas famílias.

Braverman (1981, p. 268) em sua publicação aborda as questões das alternâncias ocupacionais, analisando a estrutura da classe trabalhadora e a maneira pela qual ela veio se modificando. Inicialmente o autor aponta as atividades de “escritório” como sendo de execução de um trabalho mental, a gerência científica deu ao escritório um monopólio da concepção, do planejamento, do julgamento e da apreciação dos resultados, ao passo que na oficina, na fábrica acontecia a execução concreta de tudo que fosse concebido no escritório. Mas uma vez que o escritório sujeitou-se à racionalização este contraste acabou perdendo força. As funções de pensamento e planejamento tornaram-se concentradas em grupos cada vez menores dentro do escritório, ao passo que para a massa de demais trabalhadores o escritório passou a ser o lugar do trabalho manual, como no chão de fábrica. O trabalho de escritório transformou-se em processos de trabalho administrativos, o trabalho manual se estendeu ao escritório e se tornou uma característica da massa de funcionários.

O autor ainda nos mostra que para o capitalismo o trabalho de pessoas mais instruídas não deve ser desperdiçado em assuntos que podem ser feitos para eles por pessoas menos instruídas. Assim, os trabalhadores com pouca instrução são necessários para a realização de trabalhos rotineiros, pois podem ser “comprados a preço baixo”. Há uma eliminação progressiva do pensamento no trabalho administrativo, reduzindo o trabalho mental à execução repetitiva das mesmas funções.

Devemos considerar desta forma que apesar de estarem sendo ofertados cursos que parecem envolver novas tecnologias e um trabalho menos repetitivo estamos diante de uma elevação talvez ilusória das qualificações, que na verdade permanecem dando ao trabalhador apenas condições de vender a sua força de trabalho sob a justificativa de estar “qualificado” para

desempenhar funções que exigiriam um tempo de preparo muito superior. Devido ao número elevado de cursos ofertados e de municípios com adesão ao programa, a capacidade de análise de cada município torna-se praticamente inviável; contudo, é importante chamar a atenção de um caso em especial que não acompanha a tendência de temáticas de cursos e eixos tecnológicos ofertados no estado, o município de Rio Grande.

Com uma população estimada no ano de 2016 pelo IBGE de aproximadamente 208.641 habitantes, 2,17% dos seus trabalhadores se inscreveram nos cursos do PRONATEC. Apesar de não estar entre os municípios com maior adesão em termos de pré-matrículas ao programa, os cursos ofertados apresentam um diferencial.

O município de Rio Grande viveu um momento de grande expectativa devido à implantação do Polo Naval e Offshore de Rio Grande e Entorno, gerando um potencial de crescimento econômico local e regional. A instalação do Polo de Rio Grande vem sendo um dos principais atores na retomada da indústria naval brasileira. O ressurgimento da indústria naval no país tem como propulsor a expansão da produção de petróleo e a exploração do pré-sal, demandando desta forma a construção de novas embarcações. No ano de 2011, os estaleiros instalados no polo de Rio Grande contavam com 5500 empregos diretos. De acordo com a FEE (2011), a retomada da indústria de forma sustentável enfrentaria desafios, como a qualificação da mão de obra e a incorporação de tecnologias mais avançadas. O investimento em capacitação e tecnologia tornaram-se fundamentais para o aumento da competitividade e da capacidade de disputa no mercado global.

Em 2013, a partir da motivação gerada pelo projeto PROMINP Ind P&G 75 “Propostas de Política para Mobilização e Desenvolvimento de APLs para o Setor de Petróleo, Gás e Naval”, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) e em consonância com o Plano Brasil Maior, foi criado o APL Polo Naval e de Energia de Rio Grande e Entorno⁴³. O PRONATEC desta forma acabou acompanhando as demandas do setor produtivo, sendo os eixos tecnológicos de Controle e Processos Industriais e de Infraestrutura os de maior destaque no município, compreendendo cursos como o de Caldeireiro Naval, Eletricista

⁴³ O APL reúne um conjunto de fatores econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, desenvolvendo atividades econômicas correlatas e que apresentam vínculos de produção, interação, cooperativismo e aprendizagem.

Naval, Soldador MAG Naval, Estivador, Marinheiro Fluvial, Marítimo de Embarcações Especiais, Torneiro Mecânico, Montador de Estruturas metálicas, Mecânico de Máquinas Industriais, entre outros. Podemos perceber que neste município, onde foi criada grande expectativa e uma grande mobilização nacional, envolvendo o desenvolvimento econômico na região, o PRONATEC conseguiu atender as demandas do APL, ofertando uma qualificação com o intuito de preencher as vagas e as oportunidades de trabalho que compõem o arranjo produtivo.

5.2 OS PARTICIPANTES DO PRONATEC

Esta seção apresenta as características dos participantes que se inscreveram no PRONATEC, com o objetivo de conhecer o público atingido por esta política pública. Considerando o total de pré-matrículas (240.131) podemos dizer que 64,8% foram do sexo feminino e 35,2% do sexo masculino. Esta diferença entre o sexo dos participantes é influenciada, entre outros aspectos, pela existência de um eixo do PRONATEC/BSM, o Programa Mulheres Mil⁴⁴. A situação detalhada para cada sexo é a seguinte:

Tabela 1 – Situação percentual das pré-matrículas do PRONATEC-FIC no Rio Grande do Sul por sexo

	Mulheres	Homens
Concluintes	41,90%	40,10%
Reprovados	4,90%	2,50%
Abandono	24,20%	26,20%
Não comparecimento	20,30%	19,60%
Escolaridade Insuficiente	0,06%	0,05%

Fonte: elaborado pela autora

⁴⁴ O Programa Mulheres Mil é constituído a partir da proposta de transformação dos saberes e do aprendizado feminino em qualificação profissional. O objetivo é promover a formação educacional, profissional e cidadã de mulheres pobres em situação de vulnerabilidade social. O programa começou a ser implementado em 2007 pelos IFs, e no início de 2014 firmou parceria com o MDS para integrar o PRONATEC/BSM. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=32231-setec-pmm-cartilha-pronatec-mulheres-mil-pdf&category_slug=janeiro-2016-pdf&Itemid=30192 (Acesso em 30 out.2016).

Na tabela 1, podemos observar o percentual de cada sexo e a sua situação detalhada, de forma geral há um equilíbrio entre homens e mulheres. Ambos apresentam diferenças não significativas na situação detalhada, apesar de o percentual de participação feminina ser maior. A baixa escolaridade como fator de não realização dos cursos não parece ser um impeditivo para a participação, visto o seu baixo percentual em ambas as situações. Uma questão que pode ser preocupante nos dois sexos é o alto percentual de abandono e não comparecimento, que se somados são superiores as ao percentual de concluintes.

Em relação à escolaridade, 41,2% dos participantes possuem Ensino Médio Completo, 23% Ensino Médio Incompleto, 17% Ensino Fundamental Completo, 12,2% Ensino Fundamental Incompleto. Apesar de o PRONATEC-FIC ser um curso de curta duração, direcionado para a população com a escolaridade mais baixa, podemos ver que o Ensino Médio Completo é predominante. O que chama a atenção é que estas pessoas estariam em situação compatível para a realização do PRONATEC Técnico e até mesmo aquelas com o Ensino Médio Incompleto poderiam realizar o curso técnico de forma concomitante. Esta situação nos mostra um aspecto do programa que é muito criticado, a sua desvinculação com o aumento da escolaridade, dando espaço para a qualificação de curta duração de forma bastante pontual.

Entre homens e mulheres a situação de escolaridade se manifesta da seguinte maneira, como ilustra a Tabela 2:

Tabela 2 – Percentual de escolaridade entre homens e mulheres gaúchos pré-inscritos no PRONATEC-FIC.

	Mulheres	Homens
Ensino Fundamental Incompleto (1 etapa) ⁴⁵	2,50%	1,89%
Ensino Fundamental Completo (1 etapa)	0,53%	0,42%
Ensino Fundamental Incompleto (2 etapa) ⁴⁶	11,53%	14,16%
Ensino Fundamental Completo (2 etapa)	16,50%	17,90%
Ensino Médio Incompleto	22,63%	23,60%
Ensino Médio Completo	42,40%	38,90%
Ensino Superior Incompleto	2,20%	2,13%
Ensino Superior Completo	1,40%	0,94%

Fonte: SISTEC/STDS/DETRAB – elaborado pela autora

⁴⁵ A primeira etapa do Ensino Fundamental corresponde do 1º ao 5º ano.

⁴⁶ A segunda etapa do Ensino Fundamental corresponde do 6º ao 9º ano.

De forma geral, mesmo entre mulheres e homens, as diferenças nos níveis de escolaridade são baixas, mas podemos considerar que o nível de escolaridade dos trabalhadores participantes do programa é alto, uma vez que entre as mulheres temos a maioria de 42,4% e entre os homens 38,9% de participantes com o Ensino Médio Completo, sendo que a média nacional de anos de estudos é de 8,7 anos para as mulheres e 7,7 anos para os homens (DIEESE, 2011). Outra questão que é importante salientar é que os cursos do PRONATEC/BSM são ofertados para pessoas com a escolaridade mais baixa, porém, não é necessária a comprovação da escolaridade, esta acontece pela forma de autodeclaração.

Apesar de observarmos um equilíbrio entre a escolaridade entre homens e mulheres, e em algumas situações as mulheres apresentarem um percentual de escolaridade um pouco superior aos dos homens, uma pesquisa divulgada pelo BID aponta que de forma geral, as mulheres latino-americanas ganham menos que os homens, sendo que o Brasil possui um dos maiores níveis de disparidade salarial. No país, os homens ganham aproximadamente 30% a mais que as mulheres de mesma idade e com o mesmo nível de instrução⁴⁷.

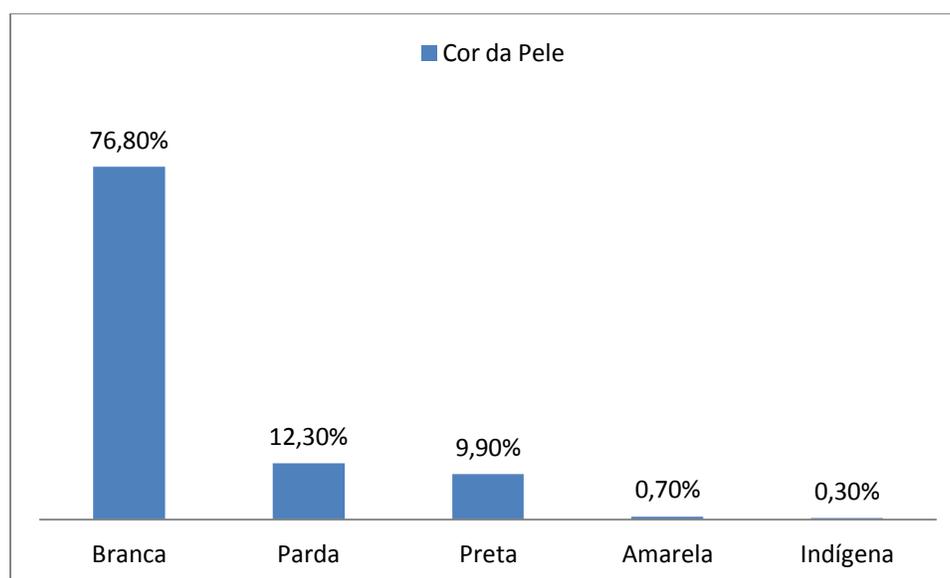
Sabemos que o aumento da participação feminina no trabalho acompanha um processo de emancipação das mulheres; todavia, como nos mostra Antunes (2000), o capital incorpora o trabalho feminino de modo desigual e diferenciado em sua divisão social e sexual do trabalho. Os salários, os direitos, as condições de trabalho ainda são desiguais. A mulher trabalhadora, em geral, realiza sua atividade de trabalho duplamente, dentro e fora de casa. Além da duplicidade do trabalho ela é duplamente explorada pelo capital: no espaço público por exercer seu trabalho produtivo e na vida privada, consumindo horas de sua vida no trabalho doméstico, o que possibilita ao capital a sua reprodução, nessa esfera de trabalho não diretamente mercantil, em que se criam condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos/as e de si própria (ANTUNES, 2000, p.108).

Considerando outra variável, nos dados referentes à autodeclaração quanto à cor da pele, 34,3% dos trabalhadores não declararam a sua cor, um alto percentual. Este alto percentual de certa forma prejudica a análise, não sendo possível que sejam feitas conclusões sobre esta

⁴⁷ Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/homens-recebem-salarios-30-maiores-que-as-mulheres-no-brasil/> (Acesso em 05 nov. 2016).

variável. Infelizmente, existe o limite dos dados que temos disponíveis que não nos permite investigar quais fatores fazem com que um número tão alto de participantes não declare a sua cor, não sabemos se tratou de um erro ao fazer a pré-inscrição, ou se as pessoas não conseguiram se sentirem representadas quanto a cor da sua pele⁴⁸. O gráfico 4 apresenta desta forma o percentual de autodeclaração com os casos válidos (157.754 trabalhadores).

Gráfico 4 – Percentual de autodeclaração de cor da pele dos participantes do PRONATEC-FIC



Fonte: SISTEC/STDS/DETRAB – elaborado pela autora

Pelo que é possível verificar, entre os autodeclarados, ou seja, entre aqueles que podemos analisar, há uma imensa maioria de cor branca participando dos cursos (76,8%); contudo, segundo o IBGE (2014), a população que se identifica como preta e parda representa 53,6% da população, enquanto a autodeclaração de brancos ficava em 45,5%. Os participantes do programa contrariam a predominância nacional de cor de pele, uma vez que o número de pardos e pretos participantes fica em 12,2%, um número bem inferior à população nacional. O Censo

⁴⁸ Quando o IBGE investiga cor ou raça, o instituto oferece aos entrevistados apenas cinco opções para a autodeclaração: negro, branco, pardo, amarelo e indígena. As mesmas opções utilizadas nas fichas de pré-matrículas do Programa. Contudo, em um próprio levantamento do IBGE, foi feita a mesma pergunta permitindo qualquer resposta e se comprovou que de forma espontânea muitos entrevistados se identificam de outras formas, como preto ao invés de negro e moreno ao invés de pardo.

Demográfico de 2010 aponta que existe uma diferença de acesso ao ensino pela população preta, principalmente em relação aos níveis mais altos de ensino.

Mesmo com a possibilidade de acessar um programa que tem como objetivo qualificar para superar a extrema pobreza pela inserção no mercado de trabalho, os negros e pardos de acordo com o IBGE, ganham de 2,4 vezes menos que brancos e amarelos, morrem em consequência da precariedade de condições de vida, da violência e do difícil acesso à saúde e possuem uma diferença dos brancos em relação à educação e ao emprego. Uma das propostas do programa é a busca ativa pelo público-alvo, mas parece que no Rio Grande do Sul, mesmo este público sendo um dos mais pobres e os que menos acessam as políticas, a população preta e parda ainda não foi motivada a participar desta política ou ainda não conseguiu acessá-la.

Tabela 3 – Percentual de cor da pele por sexo dos participantes do PRONATEC-FIC

	Feminino	Masculino
Branca	50,40%	26,40%
Parda	7,90%	4,30%
Preta	6,50%	3,20%
Amarela	0,50%	0,20%
Indígena	0,16%	0,09%

Fonte: SISTEC/STDS/DETRAB – elaborado pela autora

A Tabela 3 ainda nos mostra as diferenças no acesso aos cursos pela cor da pele e considera também a diferença de sexo. Estas informações nos mostram que os pretos e pardos, apesar de ser maioria na população, continuam tendo menos acesso a qualificação e a educação e consequentemente enfrentam maiores dificuldades para conseguir um posto de trabalho, recebendo salários menores. Ainda lidamos com a passividade de anos de escravidão.

Muitas das mulheres negras brasileiras exercem funções ligadas a atividades de trabalho extensivas do trabalho doméstico, sobretudo na preparação de alimentos e limpeza, as quais muitas vezes nem exigem qualificação, o que influencia nos baixos salários, se comparado às atividades de coordenação e administração em sua maioria ocupada por homens e até mesmo mulheres, com predomínio da cor branca. As mulheres negras da classe trabalhadora mais

empobrecida sofrem duplas, e até mesmo tripla discriminação: de gênero, de raça e de classe. Elas estão incluídas no cenário dos mais pobres entre os pobres, em situação de trabalho mais precária, com menores rendimentos monetários e as mais altas taxas de desemprego e conseqüentemente de maior falta de proteção previdenciária (MELO et al s/ano). Melo (s/ano) nos mostra que a discriminação de raça e gênero se reproduz pela ausência de equidade entre os sexos como também porque ela perpassa a divisão sexual do trabalho, a separação e suas hierarquias entre produção e reprodução, as que culturalmente têm sido naturalizadas e transformadas em costumes, hábitos, práticas cotidianas, reproduzindo a divisão sexual e racial do trabalho a exemplo do trabalho doméstico e informal em que predominam as mulheres negras, enfim, os afrodescendentes, colocando-os em situação de maior precariedade quando comparado à força de trabalho entre homens negros e não negros e mulheres negras e não negras.

Retomando a pesquisa realizada pelo BID referente às diferenças salariais entre homens e mulheres, da mesma forma, a população indígena e negra ganha em média 28% menos que a população branca de mesma idade e nível de instrução. Uma das conclusões do estudo é de que a diferença salarial étnica poderia ser reduzida em quase um quarto com a melhora dos níveis de instrução dessa população.

Tabela 4 – Percentual de Escolaridade por cor da pele dos participantes do PRONATEC-FIC

	Branco	Pardo	Pretos	Amarelos	Indígenas
Ens. Fundamental I - Incompleto	2,60%	4%	3,90%	2,30%	4,10%
Ens. Fundamental I - Completo	0,55%	0,64%	0,56%	0,68%	0,24%
Ens. Fundamental II - Incompleto	9,90%	14,13%	13,80%	12%	13,70%
Ens. Fundamental II - Completo	16,20%	20,64%	17,70%	19,14%	17,80%
Ens. Médio - Incompleto	22,50%	24,50%	23,70%	21,10%	24,80%
Ens. Médio - Completo	43%	33%	33,70%	40,05%	34,50%
Ens. Superior - Incompleto	2,90%	2,13%	2,30%	2,40%	3,30%
Ens. Superior - Completo	2,07%	0,92%	1,05%	1,70%	1,20%

Fonte: SISTEC/STDS/DETRAB – elaborado pela autora

Como nos mostra a Tabela 4, a cor da pele confirma a tendência do programa com a escolaridade mais concentrada na realização do Ensino Médio Completo e Incompleto. Apesar

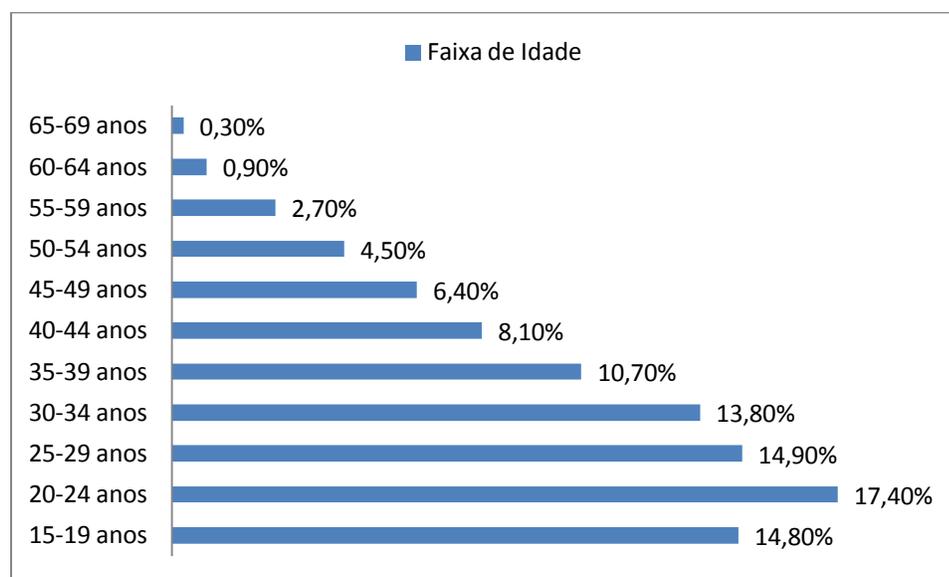
de muitos dos cursos do PRONATEC exigirem uma escolaridade de apenas 4 ou 5 anos (1ª Etapa do Ensino Fundamental), o percentual de participantes, independentemente da cor da pele, é pequeno. Contudo, os dados nos mostram que ainda há um predomínio de brancos e amarelos com escolaridade mais elevada, ficando os pardos e indígenas com a escolaridade mais baixa.

Não podemos ignorar o fato de o Brasil ter sido o último país do mundo a abolir o trabalho escravo de origem africana. Esta situação diz com que os ex-escravos se tornassem marginalizados em relação ao sistema econômico, refletindo a desigualdade até os dias de hoje. Normalmente o acesso à educação é apresentado como um dos principais fatores associado ao alcance de melhores oportunidades no mercado de trabalho, e conseqüentemente um melhor rendimento.

Entre todas as raças e cores, a escolaridade dos filhos é maior do que a dos pais, porém entre os negros essa proporção é ainda maior. A distância de escolaridade entre negros, pardos e brancos se dá principalmente pelo aumento de oportunidades da população negra, pois há alguns anos os negros tinham pouco ou quase nenhum acesso à educação. A formação educacional é um importante instrumento para assegurar o empoderamento da população negra. Muitos abandonam os estudos porque necessitam entrar no mercado de trabalho mais cedo, e lá permanecem por mais tempo, ocupando os piores cargos e recebendo os piores salários (FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES⁴⁹).

⁴⁹ Disponível em: <http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-gerais/2011/agosto/acesso-da-populacao-negra-a-educacao-ainda-deixa-a-desejar-segundo-dados> (Acesso em 05 nov. 2016).

Gráfico 5 – Percentual de faixas de idade dos participantes do PRONATEC-FIC



Fonte: SISTEC/STDS/DETRAB – compilado pela autora

Como podemos ver no Gráfico 5, a faixa etária dos participantes do Programa está compreendida entre 15 e 69 anos. Observa-se uma concentração de participantes na população jovem, com destaque para o público dos 20 aos 24 anos de idade. Esse número demonstra a busca de uma maior qualificação pelos jovens, o que em parte pode ser explicado, por ser este o segmento mais atingido pelo desemprego, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT)⁵⁰. Segundo a pesquisa, as análises indicam que boa parte da população entre 14 e 24 anos está em setores da economia com grande instabilidade, fato que pode ser provocado pela falta de qualificação.

Segundo a PNAD de 2007⁵¹ no Rio Grande do Sul, analisando características Complementares da Educação de Jovens e Adultos e Características da Educação Profissional, constatou-se que 25% de pessoas de 15 anos ou mais de idade frequentavam a Educação de

⁵⁰ De acordo com notícia veiculada, disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/oit-alerta-para-aumento-do-desemprego-entre-jovens-no-mundo-8324147> (Acesso em 05 nov.2016).

⁵¹ Disponível em: http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=rs&tema=pnad_supledu_2007 (Acesso em 06 nov. 2016).

Jovens e Adultos com o objetivo de conseguir melhores oportunidades de trabalho e 80,8% de pessoas com 10 anos ou mais de idade frequentavam anteriormente o curso de Educação Profissional no segmento da Qualificação Profissional.

Outra variável presente no banco de dados era sobre PCD, os dados de pré-matrículas mostraram que 99,3% dos trabalhadores inscritos não possuíam nenhum tipo de deficiência. Esta informação contraria o anúncio do Governo Federal de que no ano de 2012 estariam disponibilizadas 20 mil vagas para os cursos do PRONATEC na modalidade FIC. Esta ação faz parte do eixo educação no Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limites, que envolve diversos ministérios com o objetivo de promover a inclusão, a autonomia e os direitos das pessoas com deficiência⁵². No Estado do Rio Grande do Sul estas vagas, apesar de talvez existirem com esta reserva específica, foram ocupadas por apenas 0,7% de trabalhadores inscritos.

5.3 OS PARTICIPANTES DO PRONATEC-FIC NO RIO GRANDE DO SUL E OS LIMITES DA PESQUISA

A primeira seção deste capítulo apresentou um panorama do PRONATEC no estado, apresentando os municípios com maior participação, os cursos mais ofertados, a rede que mais ofertou cursos, assim como os números de homens e mulheres. A segunda seção buscou mostrar as características dos participantes, apresentando suas qualidades como sexo, cor da pele, escolaridade e idade. Esta última seção busca sintetizar tudo o que foi apresentado, apresentar algumas correlações que se mostraram significativas e abordar alguns limites da pesquisa.

Após analisar os dados da segunda seção, como forma de compreender se algumas variáveis que se apresentaram na análise estavam correlacionadas, foi feita uma regressão simples que tenta explicar uma variável, a qual é chamada variável dependente, usando a outra variável, chamada variável independente.

⁵² Notícia disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/205-noticias/1349433645/18019-pronatec-reserva-20-mil-vagas-para-pessoas-com-deficiencia?Itemid=164> (Acesso em 06 nov.2016).

No primeiro momento utilizamos como variável independente o sexo e como variável dependente a escolaridade. O resultado estatístico apresentou uma correlação de 0,21, o que significa que estas variáveis andam juntas. Em outra situação a escolaridade foi utilizada novamente como variável dependente, ao passo que se utilizou a cor da pele como variável independente, novamente a correlação foi significativa, com um valor de R^{53} em 0,74.

Podemos dizer nestas duas situações que o sexo está muito relacionado à escolaridade da pessoa, são variáveis que se acompanham e exercem influência uma sobre a outra, a mesma situação com a cor da pele e com a escolaridade, podemos dizer que o tipo de cor da pele que a pessoa tem, influenciará a sua escolaridade. Este procedimento estatístico comprova o que foi analisado na seção anterior, quando falamos sobre as diferenças de escolaridade entre homens e mulheres e as diferenças entre a escolaridade e a cor da pele.

Em outra situação foi feita uma regressão linear simples utilizando o sexo como variável independente e o curso realizado no programa como variável dependente. O resultado de R encontrado foi de 0,105, novamente uma correlação significativa, o que nos permite dizer que a escolha do curso realizado é influenciada pelo sexo da pessoa. A tabela 5 ilustra esta situação:

⁵³ O valor de R (coeficiente) de correlação mede a força da relação entre duas variáveis e o sinal indica se essa relação é diretamente proporcional (positiva) ou inversamente proporcional (negativa). Quanto mais próximo de 1 (ou de -1), maior será a relação linear entre as variáveis.

Tabela 5 – Sexo e Eixos de Cursos do PRONATEC – FIC

	Sexo		Total	
	Feminino	Masculino		
Eixos de Cursos do Pronatec-FIC	Ambiente e Saúde	27613	1567	29180
	Controle e Processos Industriais	6683	23831	30514
	Desenvolvimento Educacional e Social	4654	1702	6356
	Gestão e Negócios	59158	14655	73813
	Informação e Comunicação	14123	9871	23994
	Infraestrutura	9029	23056	32085
	Produção Alimentícia	1791	259	2050
	Produção Cultural e Design	10963	1077	12040
	Produção Industrial	2661	898	3559
	Recursos Naturais	594	645	1239
	Segurança	11	14	25
	Turismo, Hospitalidade e Lazer	10652	2409	13061
	Total	147932	79984	227916

Fonte: SISTEC/STDS/DETRAB – compilado pela autora.

Como podemos ver, existem diferenças significativas, e comprovadas pela regressão linear, na escolha dos cursos. O eixo de Infraestrutura e Controle e Processos Industriais, que compreende cursos como os de Mecânico, Pintor de Automóveis, Ajudante de Obra, Eletricista, Soldador e os eixos de Ambiente e Saúde e Gestão e Negócios com os cursos de Cabeleireiro, Cuidador de Idoso, Cuidador de Criança, Balconista de Farmácia, Recepcionista, Auxiliar Administrativo, mostram que ainda existe uma tendência a se procurar cursos que representam uma diferença entre os gêneros, para os homens um trabalho mais manual, mais braçal e pesado e para as mulheres os cuidados, a beleza e a assistência, tarefas consideradas mais leves e mais femininas.

Se fossemos apresentar um retrato que representasse os participantes do PRONATEC, teríamos a imagem de uma mulher, jovem, branca, com Ensino Médio Completo, realizando

algum curso do Eixo de Gestão e Negócios, oferecido pelo SENAC, residindo em um município do estado com mais de 100 mil habitantes. Infelizmente, existem outras características que nos permitiriam conhecer melhor os participantes do programa, mas infelizmente existem limites que não puderam ser superados. Não podemos afirmar que as pessoas que estão realizando os cursos do PRONATEC estão se inserindo no mercado de trabalho graças à realização de um dos cursos de qualificação, pois o sistema de pré-matrículas não leva em consideração a situação de trabalho antes ou durante a realização do curso, o que inviabiliza uma avaliação ex post desta situação que é importante para conhecer a efetividade do programa.

Como já é sabido, o PRONATEC-FIC está inserido no Programa Brasil Sem Miséria, que tem como objetivo erradicar a pobreza extrema no país, atendendo prioritariamente pessoas cadastradas no Cadastro Único de Políticas Sociais e Beneficiários dos Programas de Transferência de Renda. Contudo, não podemos concluir que o programa está alcançado o seu público alvo por desconhecermos a situação de renda dos participantes. Sabemos que estas pré-matrículas são realizadas nas Secretarias de Assistência Social dos municípios e que deve se priorizar o público do CadÚnico e que estas inscrições são realizadas por pessoas orientadas e que deveriam seguir as indicações quanto ao público do programa, e que deveriam realizar uma busca ativa dos participantes, mas a falta de dados nas fichas de inscrições não permite que façamos esta análise.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente é importante destacar que esta pesquisa começou a ser realizada no ano de 2014. Desde o início de sua execução acompanhamos as mudanças no cenário econômico, político e também social de nosso país, mudanças que atingem diretamente o PRONATEC, assim como outras políticas e outros direitos sociais e trabalhistas.

Podemos perceber no desenrolar deste trabalho que no curto período de existência do programa muitas pesquisas foram desenvolvidas utilizando-se desta política como plano de fundo. Muitas são as críticas ao programa, algumas devido à rapidez com que o programa foi proposto e implementado, outras devido à relação público-privado que dá a iniciativa privada a liberdade de ofertar cursos direcionados para o mercado e principalmente para o empresariado, outras criticam a desvinculação do programa com outras políticas educacionais que incentivem a elevação da escolaridade e por fim, surge, para se somas as pesquisas já existentes, esta nova crítica que apresenta o perfil dos participantes do programa no Rio Grande do Sul e que chama a atenção para a questão do público-alvo da política.

As Políticas de Qualificação Profissional foram utilizadas pelos governos brasileiros, em diferentes momentos e em diferentes contextos como forma de amenizar os problemas ocasionados pelo mercado de trabalho, em alguns momentos observou-se a qualificação como forma de garantir empregos, em outros momentos à qualificação foi justificada como necessidade de garantir uma demanda que manteria o crescimento e o desenvolvimento econômico do País.

O PRONATEC-FIC no Rio Grande do Sul: quem é o seu participante? Possibilitou que conhecêssemos as pessoas que participaram do programa no estado, se utilizando de dados referentes às pré-matrículas no período de 2011 a 2014. A análise nos permitiu a comprovação de desigualdades que já são conhecidas, como as diferenças de cor de pele em relação à escolaridade, assim como as diferenças de sexo, escolaridade, idade e escolha dos cursos. Apesar de observarmos um aumento das políticas que buscam uma inclusão, como é o caso do Programa Brasil Sem Miséria, do Programa Mulheres Mil, o Programa Viver Sem Limites e as Ações Afirmativas, podemos ver que o caminho ainda é longo a se percorrer quando lidamos com

minorias que muitas vezes são maioria e acabam sendo excluídas até mesmo de espaços onde deveriam ser incluídas.

Como foi referido no capítulo 5, a pesquisa apresenta limites e muitas características importantes para se traçar um perfil social dos participantes ficaram de fora, como a situação de emprego antes e após a realização dos cursos, a renda familiar e situação de ser beneficiado, ou não, por alguma outra política social de transferência de renda. Estas características deveriam fazer parte do banco de dados, esta situação poderia ser resolvida de forma que fossem acrescentadas tais informações no momento da pré-matrícula do participante, auxiliando desta forma outras possíveis pesquisas e auxiliando o monitoramento dos participantes, inclusive por parte das secretarias de assistência social e demais órgãos de acompanhamento da política.

O PRONATEC-FIC, inserido no Eixo Brasil Sem Miséria que objetiva erradicar a pobreza extrema no país e ofertar cursos de qualificação para as populações em situação de vulnerabilidade social parece ainda ter problemas na busca pelo público-alvo da política, pois como nos mostrou a análise do perfil, embora seja um programa que atenda pessoas com baixa escolaridade os resultados apresentados nos mostram que a maioria dos participantes possui Ensino Médio Completo ou Incompleto.

Não foi possível verificar as situações de trabalho antes e após a realização do curso, o que nos possibilitaria compreender a razão pela qual este público que poderia acessar outras formas de educação, acessa cursos de curta duração, com conteúdos bem específicos. Talvez estivéssemos diante da necessidade de ingresso rápido no mercado de trabalho, uma vez que o PRONATEC se apresentava como alternativa as necessidades de falta de mão de obra qualificada.

Apesar das críticas em relação ao programa e a sua implementação, não podemos negar a importância da existência de uma política de qualificação profissional. A crítica que buscamos com este trabalho em relação a situações que poderiam ser modificadas e aperfeiçoadas a partir de um monitoramento e uma avaliação da política, por se tratar de uma política nova iniciada em 2011 e uma vez que estávamos diante de um mesmo governo que garantia a continuidade do programa e até mesmo usava-o como um dos “carros chefes” das políticas sociais.

Embora saibamos que escapa às políticas sociais, romper com níveis tão altos de desigualdade, como os encontrados no Brasil, não podemos duvidar das vantagens possíveis dessas políticas na vida do ser que vive do trabalho. É o desejo de quem vive a educação uma forma de acesso a ela de forma mais igualitária e justa, mas não podemos negar que existem necessidades que são imediatas e mesmo que muitas vezes aquilo que é ofertado não seja o desejável, a sua existência é essencial.

Como podemos ver, o PRONATEC foi desenvolvido em um contexto de acumulação flexível, com as taxas de desemprego baixas, e uma expectativa de crescimento que objetivava incluir aqueles que até então estavam excluídos do mercado de trabalho e garantir a expansão da economia, mesmo que através de ações que não fossem tão novas, o momento político em que foi pensado, por um governo do Partido dos Trabalhadores, apesar de muitas críticas, buscava dar continuidade ao enfrentamento da extrema pobreza, da inclusão social e do acesso a serviços e políticas que antes eram negados a população.

Este trabalho enfrentou um grande desafio, acompanhou o enfraquecimento e a quase invisibilidade do PRONATEC nos últimos meses. Acompanhamos neste ano de 2016 um processo que retirou da presidência Dilma Rouseff, dando vez ao seu vice, e atual presidente Michel Temer. Um dos principais destaques na campanha eleitoral presidencial de 2014, o PRONATEC viu no ano de 2015 uma queda significativa nos seus investimentos e a continuidade apenas de turmas já iniciadas, não havendo novas pactuações de vagas. Para o ano de 2016, com a posse do novo governo, mais uma vez vivenciamos as incertezas quanto à continuidade do programa.

Uma das vitrines da área social da gestão do governo federal, programas de incentivo à educação e à profissionalização - como Pronatec, ProUni e Fies - não devem abrir novas vagas neste ano. Acompanhado do enfraquecimento dessas políticas públicas vivenciamos um momento de turbulência ao enfrentarmos a possibilidade de congelamento de políticas sociais e de investimentos em educação.

Diante do cenário que vivenciamos em nosso país, de enfraquecimento e desmantelamento dos direitos sociais de trabalhadores, esta pesquisa, mesmo que recente, talvez

esteja fazendo críticas e indicando situações que talvez nem existam mais, pela possibilidade de inexistência de uma política pública de qualificação profissional.

Vale ressaltar que embora existam críticas ao PRONATEC, a sua importância como política pública e como direito de acesso à educação e a qualificação são de fundamental importância. A situação vivida nos dias de hoje é a de crescimento das taxas de desemprego e a inexistência de uma política que pense nos trabalhadores. Com a justificativa de conter gastos, é posto em “discussão” o congelamento dos gastos públicos em 20 anos, afetando a educação, a saúde e tantos outros direitos sociais.

O que podemos ver é a nítida mudança de orientação econômica do país e o abandono de décadas de construção de um Estado que buscava garantir e ampliar o acesso a direitos sociais. Vivemos um momento de incertezas não apenas com o PRONATEC, mas com a educação e com tantas outras políticas públicas de forma geral, sob a justificativa de diminuir os gastos públicos para colocar o país “em ordem” novamente, ao que parece indo na contra mão do que propõe as políticas sociais que busca o crescimento econômico pela inclusão social e produtiva e pela educação. A tão sonhada “Pátria Educadora” parece, mais uma vez, depois de tantas conquistas sociais, adormecer em berço esplêndido.

BIBLIOGRAFIA

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.
- ALAM, Luise Anita Wulff Al. **Análise sobre o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, SENAI Pelotas**. 2013. 103f. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade Católica de Pelotas. Pelotas –RS.
- ALMEIDA, Cristóvão Domingos; SOUZA, Kairo Vinícios Queiroz. **Políticas públicas e cidadania: experiências do Pronatec em São Borja/RS**. In: *Mediação*, Belo Horizonte, v.17, n.20, jan/jun, de 2015. Disponível em: <http://www.fumec.br/revistas/mediacao/article/view/2821/1726> (Acesso em 01/08/2016).
- BARRADAS, Anésia Maria da Silva. **Fábrica PIPMO: uma discussão sobre a política de treinamento de mão de obra no período de 1963 - 1982**. 230f. Dissertação (mestrado). Instituto de Estudos Avançados em Educação – Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1986. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/8590/000049016.pdf?sequence=1>. (Acesso em 30/09/2016).
- BEZERRA, Emanuely Medeiros. **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL em debate: Uma avaliação política da formação para o trabalho ofertado pelo SENAC/RN através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego**. 2015. 155f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- BRASIL. **Lei 12.513 de 26 de outubro de 2011**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm (Acesso em 31 out. 2016).
- _____. **O Brasil Sem Miséria**. Brasília: MDS, 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Desktop/Disserta%C3%A7%C3%A3o/Levantamento%20Biblio/BRASIL%20SEM%20MIS%C3%89RIA.pdf> (Acesso em 14/10/2016).
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista: A Degradação do Trabalho no Século XX**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- CASSIOLATO, Maria Martha M.C; GARCIA, Ronaldo Coutinho. **PRONATEC: múltiplos arranjos e ações para ampliar o acesso à educação profissional**. In: 1919 Texto para discussão. Brasília – Rio de Janeiro: IPEA, janeiro de 2014. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2406/1/TD_1919.pdf (Acesso em 19/08/2016).
- COSTA, Fernanda Cosme. **O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e a educação escolar da classe trabalhadora**. 2015. 141f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional em Saúde). Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro.
- DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. **Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico**. In: *Revista Interdisciplinar Científica Aplicada*, Blumenau, v.2, n.4, p.01- 13, Sem II. 2008.
- DEITOS, Roberto Antônio; LARA, Angela Maria; ZANARDI, Isaura Mônica. **Política de Educação Profissional no Brasil: aspectos socioeconômicos e ideológicos para a implantação do Pronatec**. In: *Educ. Soc.*, Campinas, v. 36, nº. 133, p. 985-1001, out.-dez., 2015.

DIEESE. Departamento Intersindical De Estudos Socioeconômicos. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. (Acesso em 03 nov. 2016).

DIRETORIA EXECUTIVA, CNTE. **Os riscos do Pronatec para a educação técnica profissional.** In: Revista Retratos da Escola, Brasília, v.5, n.8, p. 179-184, jan/jun/2011. Disponível em: <http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/viewFile/57/54>. (Acesso em 01/08/2016).

FEE, Fundação de Economia e Estatística. **A ascensão do polo naval de Rio Grande.** In: Portal FEE - Carta de Conjuntura. Ano 20 n. 12 – 2011. Disponível em: <http://carta.fee.tche.br/article/a-ascensao-do-polo-naval-de-rio-grande/> (Acesso em 04 nov. 2016).

FONSECA, Ana. **A Superação da Extrema Pobreza no Brasil e a Centralidade da Política Pública de Assistência Social.** In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 8. Eixo I, O SUAS e a Erradicação da Extrema Pobreza no Brasil. Caderno de Textos. 1ª Versão. Conselho Nacional de Assistência Social, 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/cadernodetextos26-07-2011daconferenciadeasocial2011-110808141218-phpapp02.pdf> (Acesso em 14/10/2016).

FRANZOI, Naira Lisboa; SILVA, Carla Odete Balestro; COSTA, Rita de Cássia Dias. **PROEJA E PRONATEC: Ciclo de Políticas, políticas recicladas.** In: Políticas Educativas, Porto Alegre, v.6, n.2, p. 84-100, 2013 (Impresso).

FRIGOTTO, Gaudêncio. **O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional.** In: FAZENDA, Ivani (Org). Metodologia da Pesquisa Educacional. São Paulo, Cortez, 2002.

_____ **Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio.** In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs). Ensino Médio Integrado: concepções e contradições. São Paulo, Cortez, 2005.

_____ **A polissemia da categoria trabalho e a batalha das ideias nas sociedades de classe.** In: Revista Brasileira de Educação v.14 n.40 jan/abr, 2009 (168-194).

GAMBOA, Silvio A.S. **A dialética na pesquisa em educação: elementos do contexto.** In: FAZENDA, Ivani (Org). Metodologia da Pesquisa Educacional. São Paulo: Cortez, 2002.

GODOI, Janete; CAMPOS, Rosânia. **A relação público-privado que se estabelece no Pronatec no Ensino Médio Profissionalizante.** In: Roteiro, Joaçaba, Edição Especial p. 183 – 204, 2014. Disponível em: [file:///C:/Users/user/Downloads/6360-21407-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/user/Downloads/6360-21407-1-PB%20(1).pdf) (Acesso em 10/08/2016).

HOWLETT, M; RAMESH, M; PERL, A. **Política Pública – Seus Ciclos e subsistemas – Uma abordagem Integral.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente.** In: Educ. Soc., Campinas, vol.28, n.100 – Especial, p.1153-1178, Out 2007. Disponível em: <http://educacao.uniso.br/pseletivo/docs/KUENZER.pdf> (Acesso em 01 nov. 2016).

_____ **Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola.** In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org). Educação e Crise do Trabalho. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

LIMA, Marcelo. **A educação profissional no governo Dilma: Pronatec, PNE e DCNEMs.** In: RBPAAE – v.28, n.2, p.495 – 513 mai/ago. 2012. (Disponível em: file:///C:/Users/user/Downloads/37418-148482-1-SM%20(1).pdf. Acesso em 29/07/2016).

LIMA, Marcos Ricardo. **PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego: uma crítica na perspectiva marxista.** (Disponível em: file:///C:/Users/user/Downloads/37418-148482-1-SM%20(2).pdf . Acesso em 29/07/2016).

MACHADO, Maria Margarida; GARCIA, Lênin Tomazett. **Passado e presente na formação de trabalhadores jovens e adultos.** In: Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos, Vol. 1, n.1, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.uneb.br/index.php/educajovenseadultos/article/view/243>. (Acesso em 01/08/2016).

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política – Salário, Preço e Lucro- O Rendimento e suas fontes.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre educação e ensino.** São Paulo: Editora Moraes, 1992.

_____. **A Ideologia Alemã.** São Paulo: Boitempo, 2015.

MASSON, Gisele. **As contribuições do método materialista histórico e dialético para a pesquisa sobre políticas educacionais.** In: Anais IX ANPED SUL – Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. Caxias do Sul/RS, 2012.

MINAYO, M. C. S. & SANCHES, O. **Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?** In: Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul/set, 1993. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf>>. (Acesso em 26/09/2016).

MINETTI, Caroline Bordin. **Permanência e Evasão Escolar no PRONATEC.** 199f. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social. Universidade FEEVALE. Novo Hamburgo/RS, 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). **Plano Brasil Sem Miséria no seu Município.** Brasília: MDS, 2013 (Impresso).

_____. **Inclusão Produtiva Urbana: o que fez o PRONATEC / BOLSA FORMAÇÃO entre 2011 e 2014.** In: Caderno de Estudos Desenvolvimento Social em Debate. – n.24 (2015), Brasília/DF. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17796-caderno-de-estudos-24-inclusao-produtiva-urbana&Itemid=30192 (Acesso em 19/08/2016)

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Plano Nacional de Qualificação – PNQ.** Brasília: MTE, SPPE, 2003.

_____. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE). **Guia do PLANFOR.** Brasília: MTE, SPPE, 2001.

MONTALVÃO, Luciano Alvarenga. **Do PIPMO ao PRONATEC: história e atualidade das políticas nacionais de formação da classe trabalhadora.** In: Observatório em Debate, n.2, dez. 2015. p. 2-26. Disponível em: file:///C:/Users/user/Downloads/93-384-2-PB.pdf (Acesso em 30/09/2016).

PEIXOTO, Patrícia Eboni. **Do PLANFOR ao PNQ: uma análise comparativa sobre os planos de qualificação no Brasil.** 137f. Dissertação. Mestrado em Política Social. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2008.

PEREIRA, L. V.; CAMPOS, L. H.; MEDINA, M. A. L. **Desafios para a implementação do programa PRONATEC/Osasco sem miséria: Proposta de Plano de Ação para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e Inclusão.** 2012. Dissertação (Mestrado Profissional Em Gestão E Políticas Públicas) - Escola de Administração Pública de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV), São Paulo, 2012.

PINTO, Leila Teresinha Corbari. **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL (2003-2012): uma análise das categorias trabalho e empregabilidade presentes no PROEJA, e-TEC e PRONATEC.** 2013. 143f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Paraná.

RAMOS, Leandro da Fonseca. **O PRONATEC COMO POLÍTICA SOCIAL DE ESTADO: historicidade e contradição na construção de uma política para Educação Profissional.** 2014. 118f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional em Saúde). Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro.

RIBEIRO, Jorge. **Pronatec diante da inclusão excludente e da privatização da formação.** In: SINPRO/RS – Revista Textual – vol. 1, n.19 – Maio, 2014, p.16 -21 (Impresso).

RODRIGUES, Romir; SANTOS, Maurício Ivan. **O Novo-Desenvolvimentismo e PRONATEC: aproximações a partir das ideias do Estado Gerencialista.** Disponível em: <http://www.ronaldofrutuozo.com.br/seminariotrabalho2014/img/GT4/NOVO-DESENVOLVIMENTISMO%20E%20PRONATEC.pdf> (Acesso em 07 nov.2016).

SALDANHA, Leticia de Luca Wollmann. **O Pronatec e a relação ensino médio e educação profissional.** IX ANPED SUL – Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul – 2012. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1713/141>. (Acesso em 01/08/2016).

_____. **O PRONATEC e a proclamada política de democratização da Educação Profissional Técnica de Nível Médio: acesso, abandono e permanência a partir de um estudo de caso.** 2016. 261f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná. Curitiba – PR.

SANTOS, Andréia Rodrigues. **A teoria do programa e seus múltiplos usos: construindo referências para a avaliação de desempenho do PRONATEC.** 2013. 98f. Monografia (Especialização em Avaliação de Políticas Públicas). Instituto Serzello Correa do Tribunal de Contas da União. Brasília – DF.

SANTOS, Maurício Ivan; RODRIGUES, Romir de Oliveira. **Relações entre o público e o privado na educação profissional e tecnológica: alguns elementos para a análise do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC).** In: #TEAR: Revista de Educação Ciência e Tecnologia, Canoas, v.1, n.2, 2012 (Disponível em: <http://seer.canoas.ifrs.edu.br/seer/index.php/tear/article/view/65>. Acesso em 29/07/2016).

SENAC, Boletim Técnico. **A revista da educação profissional.** V. 40, n.1, janeiro/abril, 2014, Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.senac.br/media/59041/bts40_bx_completo.pdf (Acesso em 19/08/2016). SILVA, Caio Ruano; PIMENTEL, Beatriz Rios; FINARDI, Kyria Rebeca. **Refletindo sobre a Evasão em um Curso Técnico do Pronatec.** In: UNOPAR Cient., Ciênc. Human. Educ., Londrina, v. 15, n. 3, p. 239-247, Out. 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Desktop/Disserta%20C3%A7%C3%A3o/Levantamento%20Biblio/SILVA%20B%20PIMENTEL%20FINARDIS%20-%20Evas%C3%A3o.pdf> (Acesso em 17/08/2016).

SILVA, Jorge Alexandre. **Basta qualificar? O PRONATEC como estratégia de Inclusão Produtiva do Plano Brasil Sem Miséria.** 2014. 183f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre – RS.

SOUZA, Flávio Elizario. **Educação profissional e tecnológica: análise do PRONATEC no Campus de Paraíso do Tocantins do IFTO.** 2015. 140f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas). Fundação Universidade Federal do Tocantins. Palmas – TO.

TRIVIÑOS, Augusto N.S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: Pesquisa Qualitativa em Educação.** São Paulo: Atlas, 1987.

TROGIANI, Caio de Resende. **Qualificação profissional para beneficiários de programas sociais: qual o próximo passo para a inserção no mundo do trabalho?** Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/10039/20120921_MPGPP_TrabalhoConclusao_Artigo_CaioTrogiani.pdf?sequence=1 (Acesso em 01/08/2016).

VICCARI, Eunice; MARTINS, Eliane. **As políticas de assistência social e do trabalho: uma aproximação necessária no combate à miséria extrema no Brasil – a experiência do Rio Grande do Sul.** In: BELLINI, Maria Isabel Barros; FALER, Camila Susana (Org). Intersetorialidade e políticas sociais: políticas sociais e diálogos. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

APÊNDICE I

Listagem dos municípios gaúchos que aderiram ao PRONATEC-FIC, no período de 2011 a 2014.

Agudo	Esperança do Sul	Porto Lucena
Alecrim	Estação	Porto Mauá
Alegrete	Estância Velha	Porto Vera Cruz
Alegria	Esteio	Quaraí
Alpestre	Estrela	Quatro Irmãos
Alto Feliz	Fagundes Varela	Redentora
Alvorada	Farroupilha	Relvado
Amaral Ferrador	Faxinal do Soturno	Restinga Seca
André da Rocha	Feliz	Rio dos Índios
Anta Gorda	Flores da Cunha	Rio Grande
Antônio Prado	Frederico Westphalen	Rio Pardo
Arambaré	Garibaldi	Roca Sales
Araricá	Garruchos	Rodeio Bonito
Aratiba	General Câmara	Ronda Alta
Arroio do Meio	Getúlio Vargas	Rondinha
Arroio do Padre	Giruá	Rosário do Sul
Arroio do Sal	Glorinha	Sagrada Família
Arroio dos Ratos	Gramado	Saldanha Marinho
Arroio do Tigre	Gravataí	Salto do Jacuí
Arroio Grande	Guaíba	Salvador do Sul
Augusto Pestana	Guaporé	Santa Bárbara do Sul
Bagé	Herval	Santa Cruz do Sul
Balneário Pinhal	Horizontina	Santa Maria
Barão	Hulha Negra	Santana da Boa Vista
Barão de Cotegipe	Humaitá	Santana do Livramento
Barão do Triunfo	Ibiraiaras	Santa Rosa
Barra do Guarita	Ibirapuitã	Santa Vitória do Palmar

Barra do Quaraí	Ibirubá	Santiago
Barra do Ribeiro	Igrejinha	Santo Ângelo
Barra Funda	Ijuí	Santo Antônio da Patrulha
Benjamin Constant do Sul	Ilópolis	Santo Antônio das Missões
Bento Gonçalves	Imbé	Santo Antônio do Planalto
Boa Vista das Missões	Independência	Santo Augusto
Boa Vista do Buricá	Iraí	Santo Cristo
Bom Princípio	Itaara	São Borja
Bom Progresso	Itacurubi	São Francisco de Assis
Bossoroca	Itaqui	São Gabriel
Braga	Itatiba do Sul	São Jerônimo
Butiá	Ivorá	São José das Missões
Caçapava do Sul	Ivoti	São José do Norte
Cacequi	Jaboticaba	São José do Sul
Cachoeira do Sul	Jacutinga	São Leopoldo
Cachoeirinha	Jaguarão	São Lourenço do Sul
Caibaté	Jaguari	São Luiz Gonzaga
Camaquã	Júlio de Castilhos	São Marcos
Camargo	Lagoão	São Martinho
Cambará do Sul	Lagoa Vermelha	São Paulo das Missões
Campina das Missões	Lajeado	São Pedro do Butiá
Campinas do Sul	Lavras do Sul	São Pedro do Sul
Campo Bom	Lindolfo Collor	São Sebastião do Caí
Campo Novo	Linha Nova	São Sepé
Candelária	Maçambará	São Valentim
Cândido Godoy	Mampituba	São Vicente do Sul
Candiota	Manoel Viana	Sapiranga
Canela	Maquiné	Sapucaia do Sul
Canguçu	Marau	Sarandi
Canoas	Mariana Pimentel	Sede Nova
Capão da Canoa	Minas do Leão	Selbach
Capão do Cipó	Miraguaí	Senador Salgado Filho
Capão do Leão	Montenegro	Sentinela do Sul
Capela de Santana	Morro Redondo	Serafina Corrêa

Capitão	Morro Reuter	Sertão
Capivari do Sul	Mostardas	Sertão Santana
Carazinho	Muçum	Sinimbu
Carlos Barbosa	Não-me-toque	Sobradinho
Caseiros	Nonoai	Soledade
Caxias do Sul	Nova Araçá	Tapera
Centenário	Nova Bassano	Tapes
Cerrito	Nova Boa Vista	Taquara
Cerro Branco	Nova Brésia	Taquari
Cerro Grande do Sul	Nova Candelária	Taquaruçu do Sul
Cerro Largo	Nova Esperança do Sul	Tenente Portela
Chapada	Nova Hartz	Terra de Areia
Charqueadas	Nova Palma	Teutônia
Chuí	Nova Petrópolis	Tio Hugo
Chuí	Nova Prata	Tiradentes do Sul
Ciríaco	Nova Santa Rita	Torres
Colorado	Novo Cabrais	Tramandaí
Condor	Novo Hamburgo	Três Cachoeiras
Constantina	Novo Machado	Três de Maio
Coqueiro Baixo	Osório	Três Passos
Coronel Barros	Palmares do Sul	Trindade do Sul
Coronel Bicaco	Palmeira das Missões	Triunfo
Crissiumal	Palmitinho	Tucunduva
Cristal	Panambi	Tupanciretã
Cristal do Sul	Pantano Grande	Tuparendi
Cruz Alta	Parobé	Turuçu
Cruzaltense	Passo Fundo	Unistalda
Cruzeiro do Sul	Paulo Bento	Uruguaiana
Derrubadas	Paverama	Vacaria
Dilermando de Aguiar	Pedras Altas	Vale Real
Dois Irmãos	Pedro Osório	Vale Verde
Dois Irmãos das Missões	Pejuçara	Venâncio Aires
Dois Lajeados	Pelotas	Vera Cruz
Dom Feliciano	Pinhal	Veranópolis

Eldorado do Sul	Pinhal Grande	Vespasiano Correa
Encruzilhada do Sul	Pinheirinho do Vale	Viadutos
Entre-Ijuís	Pinheiro Machado	Viamão
Entre Rios do Sul	Pirapó	Vista Alegre
Erebango	Piratini	Vista Gaúcha
Erechim	Planalto	Catuípe
Erval Grande	Pontão	Portão
Erval Seco	Porto Alegre	Tapejara
Dom Pedro de Alcântara	Caiçara	Seberi
Estação	Novo Barreiro	São Pedro das Missões
Guabiju	Pareci Novo	São Francisco de Paula
Ilópolis	Rolante	Encantado
Nova Ramada	São José do Sul	Carlos Gomes
Áurea	São Valério do Sul	